

VULNERABILIDADES, NARRATIVAS E IDENTIDADES

Cynthia Mara Miranda
Maíra Evangelista de Sousa
Carlos Alberto de Carvalho
Leandro Rodrigues Lage
(Organizadores)



VULNERABILIDADES, NARRATIVAS E IDENTIDADES

Cynthia Mara Miranda
Maíra Evangelista de Sousa
Carlos Alberto de Carvalho
Leandro Rodrigues Lage
(Organizadores)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Bruno Pinheiro Wanderley Reis
Vice-Diretora: Thais Porlan de Oliveira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Coordenador: Bruno Souza Leal
Sub-Coordenador: Carlos Frederico de Brito D'Andréa

SELO EDITORIAL PPGCOM

Carlos Magno Camargos Mendonça
Nísio Teixeira

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)	Kati Caetano (UTP)
Benjamim Picado (UFF)	Luis Mauro Sá Martino (Casper Líbero)
Cezar Migliorin (UFF)	Marcel Vieira (UFPB)
Elizabeth Duarte (UFSM)	Mariana Baltar (UFF)
Eneus Trindade (USP)	Mônica Ferrari Nunes (ESPM)
Fátima Regis (UERJ)	Mozahir Salomão (PUC-MG)
Fernando Gonçalves (UERJ)	Nilda Jacks (UFRGS)
Frederico Tavares (UFOP)	Renato Pucci (UAM)
Iluska Coutinho (UFJF)	Rosana Soares (USP)
Itania Gomes (UFBA)	Rudimar Baldissera (UFRGS)
Jorge Cardoso (UFRB UFBA)	

www.seloppgcom.fafich.ufmg.br

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901
Telefone: (31) 3409-5072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Vulnerabilidades, narrativas, identidades [recurso eletrônico] /
Organizadores Cynthia Mara Miranda... [et al.]. – Belo Hori-
zonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

V991

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86963-12-0

1. Comunicação social – Pesquisa – Brasil. 2. Amazônia
– Condições sociais. I. Miranda, Cynthia Mara. II. Sousa,
Maíra Evangelista de. III. Carvalho, Carlos Alberto de. IV.
Lage, Leandro Rodrigues.

CDD 300

Elaborado por Maurício Armormino Júnior – CRB6/2422

CRÉDITOS DO E-BOOK

© PPGCOM/UFMG, 2020.

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Atelier de Publicidade UFMG
Bruno Guimarães Martins

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Daniel Melo Ribeiro

DIAGRAMAÇÃO

Rafael Mello

O acesso e a leitura deste livro estão condicionados ao aceite dos
termos de uso do Selo do PPGCOM/UFMG, disponíveis em:
<https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/novo/termos-de-uso/>

Sumário

Apresentação	11
<i>Alda Cristina Costa</i>	
Introdução	21
I. VULNERABILIDADES E RESISTÊNCIAS	
CAPÍTULO 1	31
Vulnerabilidades: abordagens iniciais de um desafio à pesquisa	
<i>Bruno Souza Leal</i>	
CAPÍTULO 2	49
Vulnerabilidade, reconhecimento e resistência: contribuições de Axel Honneth	
<i>Leandro Rodrigues Lage</i>	
CAPÍTULO 3	65
Contra-narrativas indígenas: vulnerabilidades e resistências	
<i>André Demarchi</i>	
II. NARRATIVAS E VIOLÊNCIAS	
CAPÍTULO 4	91
Narrativas, direito ao tempo e vulnerabilidades	
<i>Phellipy Jácome</i>	
CAPÍTULO 5	109
Notas sobre relações entre acontecimento, jornalismo e violência	
<i>Carlos Alberto de Carvalho</i>	

CAPÍTULO 6	131
Reflexões conceituais sobre vulnerabilidade: violência simbólica e midiática a partir do enfoque de gênero	
<i>Cynthia Mara Miranda</i>	
III. IMAGENS E IDENTIDADES	
CAPÍTULO 7	155
Fotografia Política, Política Fotográfica: A obra de Nair Benedicto	
<i>Amanda Maurício Pereira Leite</i>	
CAPÍTULO 8	173
TV regional e identidades locais	
<i>Verônica Dantas Meneses</i>	
CAPÍTULO 9	193
A vulnerabilidade da circulação de conteúdos na internet: imagens que incendeiam as redes e as queimadas na Amazônia	
<i>Maíra Evangelista de Sousa</i>	
<i>Jorge Eiró</i>	
<i>Edgar M. Chagas Junior</i>	
CAPÍTULO 10	213
As narrativas sobre as queimadas na Amazônia a partir do conceito de Desinformação	
<i>Liana Vidigal Rocha</i>	
Sobre os autores e as autoras	235

Apresentação

ALDA CRISTINA COSTA

O grande cúmplice do mal é o esquecimento, que se alimenta da incapacidade de pensar

MARCOS GUTTERMAN

Este livro chega num importante momento. Momento em que somos convocados a refletir sobre a inquietude da imagem de um mundo que nos aprisiona. Ou seja, tempo marcado por profundos tensionamentos, violências e medos, em que os valores morais e sociais são colocados em xeque, infelizmente ainda numa tábula rasa em que o discurso das dicotomias bem e mal, certo e errado, falso e verdadeiro ganha espaço e adeptos.

Diante disso, cabe a todos uma reflexão sobre as ações empreendidas, tanto numa perspectiva cotidiana como num espectro institucional, acadêmico e midiático. Assim, dialogando com Hannah Arendt, não podemos renunciar à nossa capacidade de pensar e interpretar os fatos e os acontecimentos que derrubam nossas certezas e nos convidam a refletir sobre as narrativas do presente ou do nosso viver, com um olhar mais crítico, solidário e inclusivo, não em forma de clichês, mas ancorados num profundo senso de nos indignar diante de fenômenos que reduzem os indivíduos a uma condição de inimigo ou de objeto, assim como em lentes de vulnerabilidade, fatores esses que são, muitas vezes,

impregnados pelas condições sociais em que se vive ou pelos rótulos imputados aos sujeitos ao longo de um processo histórico.

É nessa tessitura que este livro se enuncia, entre polifonia e dialo-gismo, entre pluralidade e múltiplo, como um desafio contra aqueles ou aquelas que ainda desumanizam, fazem de bode expiatório ou diferen-ciam com base em preconceitos, alguns segmentos da população.

Nessa perspectiva, como não poderia deixar de ser, mobilizados pela própria temática desta escrita, é mister pensar e fazer uma referência ao atual estado de distanciamento social em que vivemos, consequência de uma pandemia¹ que acomete os indivíduos no mundo todo, abala as nossas certezas do porvir e das instituições que nos cercam, funda-mentalmente dos indivíduos desassistidos em todos os sentidos, do poder público e da própria sociedade; e, acima de tudo, coloca em cena o jornalismo e o seu processo democrático de narrar os acontecimentos contemporâneos, como forma de compreender, no olhar arendtiano, a relação entre entendimento e ação, isto é, em que situação os acontecimentos podem vir a significar o fim ou começo de uma época ou de uma nova narrativa. Ao mesmo tempo, o acontecimento pandemia nos coloca num estágio da vida, em vulnerabilidade, independente de nossas condições emocionais, afetivas, econômicas, políticas, sociais e culturais.

Esse é apenas um preâmbulo maior para pensar o que nos diz Maurice Mouillaud sobre a ideia de que os grandes acontecimentos da mídia deveriam ser aqueles que permitissem um ver e um não ver, ou seja, um recurso cujo valor residiria menos no que ele é do que no que não é. Ou, então, refletir acerca da concepção bakhtiniana de que a posição da qual se narra e se constrói a representação ou se comunica algo deve ser orientada em termos novos face a esse mundo novo, a esse mundo de sujeitos investidos de plenos direitos, e não um mundo de objetos.

Nessa perspectiva, festejamos o resultado do primeiro livro do projeto de pesquisa “Narrativa e acontecimento midiáticos: desafios

1A pandemia é proveniente da epidemia do novo coronavírus, que teve início em dezembro de 2019, na China. De lá até o início do mês de abril de 2020, a Organização Mundial de Saúde tinha contabilizado mais de 1.567.590 casos de contágio em 192 países e territórios e mais de 90 mil mortes e 208 mil pacientes recuperados.

metodológicos para apreensão das experiências glocais”, contemplado com o Edital Capes Procad-Amazônia/2018, em parceria entre docentes vinculados aos PPGCOM/UFT, PPGCOM/UFMG e PPGCLC/UNAMA, que realiza o debate em múltiplas vozes, entre preocupações teóricas, epistemológicas e metodológicas sobre a comunicação e o jornalismo.

Sua leitura proporcionou mobilizar o filósofo e intérprete da Amazônia Benedito Nunes, pensador singular, de referência local e global, que nos ensina, cotidianamente, no rico legado deixado, uma postura teórica da reflexividade, em que devemos pensar o universal e desvelar as relações entre as coisas e os acontecimentos, numa ligação interdisciplinar dos significados e no rompimento das fronteiras do conhecimento entre a filosofia e a cultura, ou seja, na percepção dos nexos e das correlações entre os acontecimentos que tecem as dimensões da condição humana.

A partir desse viés, pensamos o acionamento dos três aspectos relevantes apresentados na presente publicação: Narrativa, Acontecimento e Vulnerabilidade, tendo como eixo norteador compreender de que maneira as mídias jornalísticas operam na apreensão narrativa de acontecimentos vinculados às experiências e aos sujeitos em condições de vulnerabilidade. Ou seja, reflete sobre aspectos que atravessam as questões relacionadas desde o início deste texto, mais especificamente, coloca sua lente enunciativa na Amazônia com olhares diferenciados porque, mesmo do ponto de vista do local, apresenta heterogeneidades que se manifestam em contextos nos quais se devem considerar as especificidades dos fenômenos socioculturais em intersecção com os fenômenos midiáticos.

A Amazônia precisa ser lida e sentida além das narrativas opacas, contra os estereótipos e os ecos do pensamento hegemônico europeu que ainda hoje reverberam sob velhas e novas formas narrativas. É preciso, conforme promessa desta coletânea, visibilizar processos e práticas sociais obscurecidos por enfoques teóricos e jornalísticos reducionistas, e ampliar nosso olhar para ver além das entrelinhas e das sombras.

Assim, demarcamos o jornalismo como relevante instância de mediação, da experiência das pessoas com os fatos cotidianos e, ao mesmo tempo, como ator social de exercício duplo, o de registrar e de intervir nos acontecimentos no momento mesmo em que elabora suas

narrativas e formula suas tessituras. Do mesmo modo, conforme nos indicam Paula Simões e Vera França, destaca-se o poder hermenêutico desse acontecimento, uma vez que ele tem a capacidade de provocar sentidos e acionar questões da vida social.

Nesse liame apresentamos as reflexões críticas de seus autores.

Exercitando a articulação entre pensamento, fotografia, arte e ação, a pesquisadora Amanda Maurício Pereira Leite, no artigo “Fotografia política, política fotográfica: a obra de Nair Benedicto”, faz um deslocamento do olhar e da vivência para analisar a fotografia da artista paulista para além de seu aspecto documental, histórico e jornalístico, a saber, como lugar de memória, narrativa e acontecimento. Em diálogo com Gilles Deleuze, a autora toma o acontecimento como o próprio sentido; dessa forma, as fotografias tornam-se narrativas acontecimentais e de resistência política, um manifesto, um modo de comunicar ao mundo atravessamentos cotidianos que nos conectam e que narram, de diferentes formas, questões ligadas à vulnerabilidade social, étnica e/ou relativa às questões de gênero. Amanda Maurício Pereira Leite identifica, nas imagens fotográficas da artista, uma valorização do simples, daquilo que ajuda a compor a vida, uma relação com o Outro, entre o ver e o pensar.

No ensaio de André Demarchi, denominado “Contra-narrativas indígenas: vulnerabilidades e resistências”, fruto de seu projeto de pesquisa, encontramos um olhar reflexivo de desconstrução de estereótipos, preconceitos e ideias equivocadas presentes nas narrativas dominantes sobre os indígenas. Sua análise tece uma contranarrativa – entendida como uma forma de insurgência a esse imaginário negativo construído ao longo da história – em que a vulnerabilidade implica resistência. Elaboradas esteticamente, discursivamente e imageticamente, as contranarrativas propõem o reconhecimento de mundos, saberes, estéticas silenciadas, ignoradas, oprimidas pelas narrativas coloniais. Nelas, o autor objetiva a escuta dos indígenas para compreender como pensam e falam sobre e para os brancos. No diálogo com Judith Butler, Davi Kopenawa e Ailton Krenak, reflete sobre a perspectiva da vulnerabilidade e sua relação de resistência na medida em que corpos, ao exibirem

essa vulnerabilidade, encenam uma resistência aos poderes instituídos e reconfiguram a gramática do conhecimento.

Em “Vulnerabilidades: abordagens iniciais de um desafio à pesquisa”, o pesquisador Bruno Leal apresenta um panorama conceitual entre um espectro histórico e atual do uso polissêmico do termo vulnerabilidade, considerando sua plasticidade e a amplitude dos fenômenos a ele vinculados. Mas aponta, a partir de ampla discussão – que contempla estudos feministas, de gênero e sexualidade (Butler; McKenzie, Rogers e Dodds); biopolítica (Foucault); processos de colonialidade, subalternidade e seus processos (Bhabha; Mbembe; Varikas); estudos sobre reconhecimento e identidade (Ricoeur), estudos de populações e povos indígenas, entre vários outros –, que ser vulnerável é uma experiência do viver submetido ao estado de exceção (Agamben); estado que, em suas reflexões, é construído por tramas de poder que diferenciam corpos e comportamentos a partir de materialidades físicas e simbólicas. Nesse sentido, as vulnerabilidades adquirem um caráter relacional e dinâmico no interior das realidades histórico-sociais, fazendo surgir um campo de tensões (de valores, de poder, de imagens e estereótipos, entre outros) que perpassam necessariamente identidades, corpos e situações.

Em busca de um movimento de aproximação conceitual entre acontecimentos, violência e jornalismo, o pesquisador Carlos Alberto de Carvalho intitula seu ensaio de “Notas sobre relações entre acontecimento, jornalismo e violência”, com o objetivo de refletir esses fenômenos e suas interconexões, a partir de três eixos de argumentação: os modos como diferentes abordagens conceituais sugerem ou associam acontecimento e violência, a partir de marcadores textuais, com o uso de metáforas; a dialética do agir-sofrer o acontecimento violento, que implica processos que estão nas esferas das ações práticas, das quais as narrativas não são os únicos componentes, mas também são identificadas outras modalidades de intervenção no curso dos acontecimentos; e, por último, as relações entre acontecimentos e mídias, em diálogo com Pierre Nora, que considera que as narrativas jornalísticas também são promotoras de violências diversas, quando apagam vozes de vítimas, amplificam preconceitos, práticas de ódio e variadas modalidades de violências físicas e simbólicas contra pessoas ou coletividades. Assim, o

ensaísta toma o jornalismo como um ator social contraditório, não raro pouco ético, pois se constitui duplamente problema em pesquisas sobre o acontecimento, pois tanto participa da dialética do agir-sofrer o acontecimento, quanto é materialidade que compõe *corpora* de narrativas.

A pesquisadora Cynthia Mara Miranda, no ensaio “Reflexões conceituais sobre vulnerabilidade: violência simbólica e midiática a partir do enfoque de gênero”, contribui para um importante exercício reflexivo sobre as legislações nacionais do Brasil, do México, da Argentina e do Uruguai no tratamento da violência contra a mulher e a caracterização do entendimento sobre vulnerabilidade. Nas suas análises, identifica que uma violência não invisibiliza outra violência, pelo contrário, por mais que a violência física seja a maior ocorrência dos feminicídios, a violência simbólica e a midiática se configuram também em grandes danos às mulheres. As representações estereotipadas produzidas pelos meios de comunicação renovam constantemente as significações imaginárias sobre as mulheres, e essas significações produzem efeitos concretos nas diversas práticas sociais. A existência de legislações que apresentam formas de prevenir, sancionar e erradicar a violência contra as mulheres e que contemplam nominalmente a questão da violência simbólica e da midiática como causadoras de danos à vida das mulheres, mesmo sendo avançadas, diante de um contexto de monopólio das comunicações que ainda impera na América Latina, enfrentam obstáculos para sua implementação no campo jurídico e econômico, o que faz necessária a emergência de novas articulações dos movimentos feministas, para cobrar a implementação das legislações.

Em “Vulnerabilidade, reconhecimento e resistência: contribuições de Axel Honneth”, o pesquisador Leandro Rodrigues Lage apresenta um arcabouço teórico-conceitual com o objetivo de pensar a vulnerabilidade, em caráter social e relacional, a partir de um imperativo solidário que nos vincula uns aos outros, isto é, a exposição a certos perigos, a finitude de si e do outro, a interdependência e o cuidado, a responsabilidade mútua, ou seja, pensar as dimensões da vulnerabilidade que ameaçam a própria existência do sujeito como tal, e não apenas sua autorrelação prática e sua autonomia. Ao mesmo tempo em que estabelece um profícuo diálogo com as teorias de Axel Honneth, distancia-se sobre-

maneira de suas discussões sobre a constituição identitária, uma vez que pensa a vulnerabilidade na constituição mútua do sujeito que anseia por reconhecimento e da própria cena da luta por reconhecimento, a partir das próprias experiências de desrespeito e abusos das condições de vulnerabilidade. Isso significa que se a ausência de um resseguro no outro é capaz de desmoronar a identidade da pessoa inteira, a conversão da vulnerabilidade em resistência depende da própria emergência de um sujeito e de uma cena política sempre porvir.

Em tempos em que as *fake news* se tornaram perigo e ameaça ao social, é muito bem-vindo o ensaio de Liana Vidigal Rocha, denominado “As narrativas sobre as queimadas na Amazônia a partir do conceito de desinformação”. A pesquisadora, com base na lista de desinformações elaborada pela organização sem fins lucrativos First Draft, nos meses de agosto e setembro de 2019, faz uma análise dos conteúdos das narrativas veiculadas e identifica variações estruturais que impactam, de forma direta, em diferentes categorias de desinformação, sobre essas queimadas. Toma o conceito de informação em Buckland, categorizado em três sentidos: como processo, como conhecimento e como coisa. Nesse contexto, lembra a complexidade da definição do termo informação, de como ele pode ser utilizado e com que objetivos. Segundo Rocha, desinformação não é o contrário de informação, até porque aquela mantém os mesmos significados desta, mas o seu conteúdo é que apresenta a mutação; afirma que não existe um limite temático, textual, temporal ou até mesmo ético em relação às narrativas compostas por desinformações e que a utilização de perfis falsos ou *spoofers* é algo comum para se alcançar objetivos, no caso, prejudicar pessoas e/ou instituições, fortalecer disputas ideológicas, enfraquecer o jornalismo e, principalmente, confundir o público.

Já o ensaio “A vulnerabilidade da circulação de conteúdos na internet: imagens que incendeiam as redes e as queimadas na Amazônia”, dos pesquisadores Maíra Evangelista de Sousa, Jorge Eiró e Edgar M. Chagas Junior, busca compreender a vulnerabilidade no processo de circulação de imagens sobre a Amazônia na internet, a partir do Google, e as dimensões de sua apreensão. Os pesquisadores identificam três vulnerabilidades: a participativa, a robótica e a narrativa. Com a primeira, a

participação de qualquer pessoa na postagem de imagens e sua propagação ganham sentidos diferenciados; com a segunda, há a possibilidade de propagação de imagens falsas, em que as pessoas utilizam outras imagens que não correspondem de fato à realidade da Amazônia; com a terceira, a vulnerabilidade narrativa é identificada como o poder da construção da narrativa imagética e sua dissipação na internet, conforme análise empreendida, em que foram percebidas duas narrativas imagéticas sobre a Amazônia, oriundas de fontes profissionais e amadoras, imagens verdadeiras e falsas/fora de contexto. Nesse sentido, a pesquisa resulta num exercício interpretativo da maneira pela qual a produção de imagens digitais sobre determinado tema institui uma diversidade de apropriações simbólicas que pode ou não atingir a eficácia do que se intenciona.

A busca por enfatizar a narrativa como uma condição humana de experiência do tempo é a proposta do ensaio de Phellipy Jácome, sob o título “Narrativas, direito ao tempo e vulnerabilidades”, em diálogo com o pensamento ricoeuriano. Segundo Jácome, há uma ligação intrínseca entre tempo e narrativa na produção dos mundos possíveis humanos, mas também há uma série de histórias ou aspectos de histórias à espera de narração e que, mesmo que vividas, ainda não foram postas em relato. Daí o autor indaga: como os impactos do regime de historicidade moderno e da colonialidade podem ser pensados na escrita da história e na produção de suas tramas? Seria possível pensar uma política do tempo de histórias vulneráveis? Para responder aos questionamentos, o pesquisador parte da compreensão da experiência, que acredita não ser isenta de hierarquias ou de componentes de coerção, por isso as narrativas são percebidas entre tensões éticas e implicações políticas que podem ser fatores de vulnerabilização. O autor propõe pensar novas formas de construção e de revisão histórica, em que passado, presente e futuro, menos do que categorias lineares e sucessivas, podem ser vistos de maneiras estratificadas e não necessariamente unidas por um fio comum. Dito de outra maneira, as narrativas também podem ser formas de vulnerabilização e de tentativa de aniquilação, na medida em que se advoga por uma história linear e única e para uma hierar-

quização temporal dos coletivos humanos, separando vidas dignas de serem vividas e relatadas, daquelas que seriam desprezadas.

No texto de Verônica Dantas Meneses, intitulado “TV regional e identidades locais”, a autora apresenta uma reflexão acerca da expressão de identidades regionais na Televisão Regional no Brasil, entendido como um espaço peculiar de manifestação e negociação de valores locais. Sua pesquisa leva em conta o papel ainda relevante desempenhado pela televisão aberta, especificamente sua regionalização, considerando que, apesar de tantas possibilidades de escolhas que se apresentam aos públicos consumidores de conteúdos audiovisuais na sociedade da informação e do conhecimento, a televisão ainda é um canal de mediação social, política, econômica e cultural, cuja programação é vivida, atualizada e julgada pelas audiências regionais e locais. A televisão se insere em oposição aos conteúdos nacionais e dinamiza conceitos de subalternidade e vulnerabilidade que perpassam os públicos e as culturas locais. Nesse contexto, a autora percebe os modos híbridos que conformam a linguagem dos programas regionais/locais, considerando alguns aspectos específicos, entre eles: a) uma intencionalidade, que tem a ver com os sentidos de lugar e identidade regional; b) os formatos de exibição e técnicas, relacionados aos códigos televisivos, mas que devem levar em consideração as limitações financeiras locais e o fato de que muitas vezes esses formatos parecem ser menos relevantes para as audiências locais; e c) os gêneros televisivos na TV aberta regional, cuja tendência é a hibridação.

O desafio está posto, cabe a nós, leitores, uma reflexão crítica, a partir dessas diferentes vozes que mobilizam múltiplas perspectivas e, em consonância com as questões contemporâneas, pensar os ‘marcadores sociais’ sobre as narrativas, os acontecimentos e as vulnerabilidades, visíveis e invisíveis, físicas e simbólicas nas experiências dos sujeitos. Já nos advertia Michel Foucault que o poder é uma ação que se exerce sobre a ação dos outros, por isso, é necessário pensar as representações que podem intervir em forma de conflito de apreensões, impossível de ser decidido, a não ser pela imposição de um ponto de vista único. E é contra essa visão unilateral que devemos refletir sobre as realidades e a vida cotidiana.

Introdução

Em tempos de incertezas e angústias provocadas por uma pandemia de proporções avassaladoras que assolou o Brasil e o mundo, múltiplas vulnerabilidades (culturais, sociais, políticas, econômicas) vieram à tona e colocaram em evidência os limites da humanidade, dos sistemas de governo e da própria ciência para lidar com a maior crise de saúde pública desde a gripe espanhola. O acontecimento Coronavírus (COVID-19) expôs não apenas vulnerabilidades individuais e coletivas, vividas em condições nitidamente diversas, como também nossa interdependência, isto é, a relacionalidade elementar que nos constitui enquanto sujeitos vivendo em sociedade. Nesse contexto, de maneira ainda mais evidente surgem os alertas, vindos da já longa tradição intelectual em torno do conceito de vulnerabilidades, sobre a necessidade de abordá-las por um viés político. Isso implica tanto na urgência de combater quaisquer dinâmicas produtoras de vulnerabilidades, quanto no imperativo de se evitar que elas possam ser usadas como justificativa para tornar pessoas ou populações ainda mais vulneráveis.

O livro “*Vulnerabilidades, narrativas e identidades*” chega nesse momento de ebulição, em que não há respostas às quais possamos confortavelmente nos agarrar para lidar com dois problemas centrais: o colapso do sistema de saúde e a crise econômica, ambos de dimensões mundiais e que colocam em xeque a condição para a resistência de diversas populações que habitam o planeta, entre elas as que vivem na Amazônia. A partir de uma perspectiva comunicacional, a coletânea busca oferecer reflexões iniciais sobre as distintas facetas que envolvem a relação entre vulnerabilidades, narrativas e identidades, a partir de dez capítulos que estão distribuídos em três seções: “*Vulnerabilidades e Resistências*”, “*Narrativas e Violências*”, “*Imagens e Identidades*”. Embora os textos presentes neste livro tenham sido produzidos em um contexto anterior à crise de saúde planetária detonada pela COVID-19, várias das reflexões aqui publicadas trazem à luz as muitas possibilidades de trabalhar com e a partir das noções de vulnerabilidades.

O reconhecimento como sujeito, indivíduo, pessoa e/ou cidadão(ã) digno(a) de afeto, respeito e estima não é, como se sabe, uma prerrogativa universal na vida contemporânea. Diante desse problema, que sublinha a relevância de se estudar o modo como as vulnerabilidades e as identidades são narradas, teóricas e teóricos de diversas áreas chamam a atenção tanto para as dimensões sociopolíticas e bioéticas das vulnerabilidades, quanto para a necessidade de se compreender os enquadramentos e perspectivas a partir dos quais sujeitos têm suas vulnerabilidades expostas diante de um grande número de pessoas, leitores, consumidores de mídias (sejam elas analógicas ou digitais) etc.

Nesse sentido, esta coletânea se propõe a explorar um horizonte amplo de fenômenos, formas expressivas e interações nas quais as vulnerabilidades, as narrativas e as identidades se apresentam como elementos centrais, levantando um amplo conjunto de questões, tais como: a exploração midiática das vulnerabilidades humanas e das distintas condições de vulnerabilidades, as significações normativas e morais das vulnerabilidades, as lutas e dilemas identitários em torno das situações de vulnerabilidades, as dimensões corporais e as figurações narrativas e imagéticas das vulnerabilidades, entre outras abordagens.

Este é o primeiro livro do projeto de pesquisa *Narrativa e acontecimento midiáticos: desafios metodológicos para apreensão das experiências glocais amazônicas*, desenvolvido com recursos do Programa de Cooperação Acadêmica da Amazônia (Procad Amazônia), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A pesquisa vem permitindo a articulação e o intercâmbio de experiências acadêmicas e de pesquisa entre o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (PPGCOM/UFT), o Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG) e o Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia (PPGCLC/UNAMA), além de outros parceiros envolvidos indiretamente, como o Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM/UFPA). Implementado por meio do Processo 88881.200545/2018-01, o Procad *Narrativa e acontecimento midiáticos* prevê, além da produção de livros, a publicação de capítulos para livros e artigos para revistas especializadas; o intercâmbio de discentes em atividades de iniciação científica, mestrado, doutorado e de docentes em pós-doutorado; e a realização de missões de trabalho, compostas por reuniões de planejamento, palestras e minicursos entre os PPGs participantes.

Lançado em 2006, o Procad Amazônia já apoiou 28 projetos de pesquisa da região, viabilizando a interação entre 34 instituições. Foram investidos pouco mais de R\$ 6 milhões nessa primeira e, até então, única seleção de projetos. A segunda edição do programa foi lançada em 2018, dezesseis anos depois da primeira edição, com previsão orçamentária de R\$ 93 milhões. Trata-se de um programa de extrema relevância para a produção científica realizada na Amazônia, região afetada historicamente pela dificuldade de fixação de doutores, de consolidação de PPGs e de acesso a meios necessários ao desenvolvimento do conhecimento científico e à formação de recursos humanos.

O Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (PPGCOM/UFT) foi o único na área de Comunicação e Informação selecionado no referido edital. Editais de financiamento de pesquisa voltados para a Amazônia possibilitam

um olhar mais direcionado para as demandas dessa região, marcada por problemas históricos de ordens social, econômica e ambiental, além de apresentar um contexto territorial multifacetado e de distâncias continentais. Por isso, tensões e desafios se apresentam constantemente para a consolidação dos Programas de Pós-Graduação na Amazônia, que são poucos e relativamente novos, como são os casos do PPGCOM/UFT, que iniciou o seu funcionamento em 2016, e do PPGCLC/UNAMA, que começou as suas atividades em 2009. Daí a importância do trabalho em rede e da possibilidade de realizar pesquisa em colaboração entre PPGs da região amazônica pertencentes a diferentes áreas - Comunicação e Interdisciplinar - e com o PPGCOM/UFGM, um dos programas mais bem consolidados no campo da Comunicação, no Brasil.

Os capítulos deste livro resultam, simultaneamente, de discussões coletivas promovidas em 2019, envolvendo docentes em reuniões de trabalho, docentes e discentes em palestras e minicursos. Nesse sentido, destacam-se as duas missões do projeto de pesquisa *Narrativa e acontecimento midiáticos*. A primeira realizada de 1 a 3 de abril no PPGCOM/UFT e a segunda, de 2 a 3 de setembro no PPGCLC/UNAMA. Além disso, o projeto de pesquisa e seus integrantes participaram da programação de abertura do III Encontro de Pesquisa em Comunicação na Amazônia (EPCA Amazônia), realizado na Universidade Federal do Pará (UFPA), que reuniu docentes de todos os PPGs em Comunicação da Amazônia Legal. Essas oportunidades de interlocução permitiram diferentes contribuições que tanto refletem temas e abordagens novos em função do escopo de investigações do Procad Amazônia, quanto se beneficiam de trabalhos e pesquisas desenvolvidas por docentes dos três programas participantes em suas rotinas de ensino, pesquisa e extensão, bem como orientações de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, de iniciação científica, de mestrado e de doutorado.

As atividades regulares de grupos de pesquisa (registrados no CNPq) dos quais os membros do Procad-Amazônia fazem parte também corroboraram para o desenvolvimento desta coletânea. Da Universidade Federal do Tocantins, temos os grupos de pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG/CNPq), Grupo de pesquisa em Jornalismo e Multimídia (NepJor/CNPq), Coletivo 50 graus: pesquisa

e prática fotográfica, Núcleo de Pesquisa e Extensão em Comunicação, Imagem e Diversidade Cultural (CID/CNPq) e Grupo de Pesquisa Redes de Relações Indígenas no Brasil Central (CNPq). Da Universidade Federal de Minas Gerais, participam do Procad Amazônia docentes que coordenam os grupos de pesquisa Núcleo de Pesquisa Tramas Comunicacionais: Narrativas e Experiência e Ex-Press - Historicidades das Formas Comunicacionais. Da Universidade da Amazônia, estão envolvidos o Grupo de Pesquisa Acervos Contemporâneos nos Museus Paraenses, o Grupo de Pesquisa Patrimônio Cultural e Representações do Lugar (BATUQUES/CNPq) e o Grupo de Pesquisa em Ubiquidade da Comunicação (UBICOM/CNPq). Há, ainda, um docente que participa do grupo de pesquisa em Comunicação, Estética e Política (CEPOLIS/CNPq) da Universidade Federal do Pará, que atua como colaborador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins.

As interlocuções entre os grupos de pesquisa se deram, ao longo do primeiro ano de atividades do projeto *Narrativa e acontecimento midiáticos: desafios metodológicos para apreensão das experiências locais amazônicas*, coincidindo com a chamada e preparação deste livro, por meio de duas dinâmicas complementares. A primeira, propiciada pelos encontros presenciais referidos acima, nos quais docentes e discentes trocaram experiências e compartilharam visões sobre as temáticas contempladas pelas atividades do Procad Amazônia. A segunda, mais restrita, desenvolveu-se nos grupos de pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais, a partir dos intercâmbios de discentes em formação de iniciação científica, de mestrado e de doutorado e de uma docente em pós-doutoramento, que se deslocaram da Universidade Federal do Tocantins e da Universidade da Amazônia.

Pela necessidade de refletir os resultados das atividades realizadas no âmbito do Procad-Amazônia, a chamada para o livro foi aberta exclusivamente para docentes das três universidades participantes. Atende-se, com essa especificidade, a um dos objetivos centrais a se alcançar segundo o edital do Procad: a qualificação e interlocução dos programas de pós-graduação da região amazônica. A chamada previu dois momentos de seleção: o envio de resumos expandidos e a avaliação

dos artigos já prontos. Em fase intermediária, as propostas submetidas foram discutidas em seminário realizado na segunda missão de trabalho do projeto que ocorreu na Universidade da Amazônia, contando com leituras e sugestões coletivas. Na fase de edição, cada capítulo recebeu dois pareceres com indicações de ajustes teóricos e metodológicos necessários, o que garantiu o direcionamento dos trabalhos para o eixo central da pesquisa, bem como a efetiva interlocução entre os pesquisadores participantes do projeto.

A publicação do livro pelo Selo PPGCOM/UFMG atende a dois requisitos fundamentais: garantir a chancela de uma marca editorial vinculada a um programa de pós-graduação avaliado pela Capes com nota 6 e o acesso gratuito e universal ao conteúdo, produzido a partir de financiamento público. O Selo PPGCOM/UFMG possui corpo editorial composto por docentes de reconhecida qualificação e com vínculos com diversas universidades do país.

Os artigos reunidos na coletânea abordam diferentes aportes conceituais e teóricos das vulnerabilidades, da narrativa e do acontecimento e suas intersecções de gênero, geração, raça, etnia, classe etc., a partir de interconexões com a Comunicação, em suas também múltiplas perspectivas, fenômenos e materialidades, como o jornalismo, a publicidade, a fotografia, o cinema, as plataformas digitais, a internet etc.

A coletânea propôs, assim, explorar um horizonte amplo de fenômenos, formas expressivas e interações nas quais as vulnerabilidades, as narrativas e as identidades se apresentaram como elementos centrais para compreensão dos problemas que colocam pessoas e populações em situações de vulnerabilidade, assim como para o entendimento de como e de que forma essas pessoas e populações ganham visibilidade midiática e/ou são silenciadas e invisibilizadas. Na variedade de abordagens, vulnerabilidades, narrativas e identidades tanto são abordadas em um mesmo capítulo, quanto podem constituir, isoladamente, o foco privilegiado das reflexões. Nesse sentido, esperamos que este primeiro livro seja não apenas a síntese de diferentes perspectivas reunidas em um projeto de pesquisa, mas também a abertura de um horizonte mais amplo de possibilidades de interlocução e debate sobre narrativas, acontecimentos e identidades a partir de experiências locais amazônicas.

Por fim, gostaríamos de agradecer a todas e todos as/os docentes e discentes integrantes do projeto de pesquisa *Narrativa e acontecimento midiáticos: desafios metodológicos para apreensão das experiências locais amazônicas*, que contribuíram diretamente para a coletânea, e especialmente à professora Dra. Liana Vidigal, pela coordenação transparente e democrática do projeto.

Façam uma boa leitura!

Organizadores

I. Vulnerabilidades e resistências

CAPÍTULO 1

Vulnerabilidades: Abordagens iniciais de um desafio à pesquisa

BRUNO SOUZA LEAL

Introdução

A palavra “vulnerabilidade” não é nova. Cotidianamente, seus usos sugerem uma condição negativa, que exige cuidado, muitas vezes superação e resiliência. Estar ou mostrar-se vulnerável não é, em geral, algo considerado bom, uma vez que é associado às ideias de fragilidade, de ferida, de lesão. Estar vulnerável é estar “sujeito a ser atacado, derrotado, prejudicado ou ofendido”, diz o dicionário Houaiss (2020). Há, no campo semântico da vulnerabilidade, as noções de perda (ou risco de perda) de dignidade e de integridade (sejam elas físicas, morais, políticas ou no âmbito das relações de sociabilidade), de exposição (de si, do corpo, do indivíduo ou do grupo social), e também de violência, nas suas mais variadas formas. Articulado à vulnerabilidade está, ainda, um conjunto diverso de práticas sociais, incluindo discursos, que a tomam e organizam das formas e com os propósitos mais variados, dos caridosos aos exploratórios, dos assistencialistas aos reivindicatórios, dos autori-

tários aos mais participativos, da extrema direita à extrema esquerda, passando pelas diferentes nuances do vasto e difuso espectro ideológico.

Como observam Butler, Gambetti e Sabsay (2016), o manejo do termo vulnerabilidade, se se adequa às lutas reivindicatórias de diferentes grupos sociais, pode servir igualmente à direção oposta. Por exemplo, dizem elas,

[...] quando nações propagandeiam sua hipervulnerabilidade a novos migrantes, ou homens abertamente temem que sejam agora as novas vítimas do feminismo, o recurso à “vulnerabilidade” nesses espaços pode se tornar a base para políticas que buscam excluir e conter mulheres e outras minorias, como quando a vulnerabilidade das “pessoas brancas” constrói as pessoas negras como uma ameaça à sua existência. (2016, p. 4, tradução nossa)

Tendo em vista essa plasticidade com que é adaptável aos discursos e ideologias, suas imprecisões e o peso dos seus diversos usos históricos e atuais, a vulnerabilidade se apresenta como um terreno acadêmico relativamente novo e bastante escorregadio e perigoso. Mesmo assim, distintas perspectivas teóricas têm abordado a vulnerabilidade, de modo mais central ou tangencial. Estudos feministas, de gênero e sexualidade (como BUTLER 2015, 2016, 2019; MACKENZIE; ROGERS; DODDS, 2014, LEAL; CARVALHO; ANTUNES, 2020; LEAL; CARVALHO, 2012); de bioética; em torno da biopolítica, a partir de Foucault (AGAMBEN, 2010; ESPOSITO, 2009, entre outros); a partir das discapacidades (como PESSOA, 2018); em torno de doenças e da assistência médica; sobre processos de colonialidade e subalternização, estratégias e figuras (como BHABHA, 2003; MBEMBE, 2018; VARIKAS, 2014); sobre reconhecimento e identidade (como RICOEUR, 2007a, 2007b, 2009); sobre populações e povos indígenas, entre vários outros; têm aberto caminho para a vulnerabilidade como um tema de pesquisa, quando não como um campo problemático com o qual as investigações se deparam e têm que se relacionar.

Nessa heterogeneidade, não há uma definição suficientemente generalista do que seja a vulnerabilidade, ainda que alguns de seus contornos possam ser delineados a partir dessas distintas contribuições. Em parte,

a ausência de um conceito único está ligada também à própria complexidade do fenômeno ao qual o termo se refere (BROWN; ECCLESTONE; EMMEL, 2017). Afinal, por um lado, a vida humana é ontologicamente frágil e vulnerável, ao sabor de acontecimentos, acasos, acidentes e intempéries diversas que variam ao longo do tempo. Não há certeza de o quanto e como viveremos e essa insegurança fundamental nos torna a todos vulneráveis. Por outro lado, no entanto, é mister reconhecer que há seres humanos cuja vulnerabilidade é acentuada por uma série de condições e circunstâncias sócio-históricas. Como observam MacKenzie, Rogers e Dodds,

Embora todos sejam potencialmente vulneráveis a essas ameaças, o que faz de algumas pessoas ou grupos especialmente vulneráveis é a ausência total ou a reduzida capacidade de protegerem a si próprios. Nesse ponto de vista, portanto, pessoas vulneráveis são aquelas com capacidade, poder ou controle reduzidos para proteger seus interesses em relação a outros agentes. Considerando que a resposta ontológica à questão “O que é vulnerabilidade?” enfatiza nossa humanidade comum e nossa susceptibilidade ao sofrimento, essa segunda resposta enfatiza as formas pelas quais as desigualdades de poder, dependência, capacidade ou necessidade tornam alguns agentes vulneráveis a danos ou à exploração por outras. (2014, p. 6, tradução nossa)

Para além de uma dimensão ontológica, a vulnerabilidade está associada aos limites à autonomia e à dignidade de certas populações, adquirindo, em diferentes trabalhos, tanto a feição de um fenômeno a ser descrito (acerca do que precariza as vidas de grupos e indivíduos), quanto uma dimensão política, de combate a essas condições. Assim, a vulnerabilidade adquire um caráter relacional e dinâmico, no interior das realidades histórico-sociais. Alguns grupos e indivíduos, quando em relação com outros, tornam-se vulneráveis em função das dinâmicas de poder que os inferiorizam socialmente. É esse o caso das mulheres, pessoas LGBTQI+, afrodescendentes e imigrantes em sociedades patriarcais e machistas, heterocêntricas, de tradição escravocrata, etnocêntrica e/ou xenófoba. Esses limites se inserem ainda numa rede de valores que, em sociedades marcadas por ideais de igualdade (“somos todos humanos”,

“somos todos iguais perante a lei” etc.) e também de corpo saudável, produtivo e autônomo, configuram pessoas com distintas identidades e características físicas, como deficiência, juventude e/ou idade avançada, como “outros” mais distantes de uma normalidade esperada.

Considerando a complexidade que “vulnerabilidade” abriga, em suas diversas dimensões e relações constitutivas, propomos destacar pontos importantes nos estudos sobre o tema. O esforço aqui é, por um lado, identificar alguns aspectos e cuidados na abordagem das vulnerabilidades e, por outro, problematizá-los, de modo inicial, indicando assim desafios éticos e epistemológicos com os quais se deparam pesquisas e trabalhos que se dedicam a elas. O percurso reflexivo desenvolvido não se vincula a uma perspectiva teórica específica (ainda que se verifique o diálogo mais intenso com algumas em particular), uma vez que ele é norteado por uma preocupação de fundo, que tem como horizonte trabalhos empíricos possíveis. Ou seja, buscamos nos acercar e de certo modo sistematizar cuidados e pressupostos que orientam a aproximação a distintos fenômenos, em especial os da Comunicação, tendo em vista as vulnerabilidades.

Vulnerabilidade, resistência e agência

O uso corrente de “vulnerabilidade” e seus termos correlatos não raro se articula a perspectivas que podem ser chamadas, grosso modo, de “paternalistas”, uma vez que simultaneamente concebem as e os “vulneráveis” pela perspectiva da *falta*, retirando delas e deles sua capacidade de ação e sua autonomia. É como se a pessoa ou grupo vulnerável precisasse, de algum modo, ser compensado em sua condição frágil por um agente externo, que assumiria então as responsabilidades de “cuidar”, “proteger” e “recuperar” esse outro prejudicado. Butler, Gambetti e Sabsay afirmam, nessa direção:

Enquanto nós pensamos naquelas formas de violência institucionalizada que tornam certas populações descartáveis como uma forma de necropolítica, aquelas práticas humanitárias governamentais que as designam como “necessitando de proteção” não

apenas negam a capacidade daqueles declarados vulneráveis de agir politicamente, mas também expandem formas biopolíticas de regulação e controle. (2016, p. 5, tradução nossa)

Conforme a especificidade da sua qualificação como vulnerável, se permanente ou recuperável, essa pessoa ou esse grupo verá condicionados seus modos de vida. Ela ou ele pode passar toda sua existência como dependente desse agente externo, seja ele uma instituição ou um indivíduo; pode ser “reintegrado” à sociedade e aos modos de vida tidos como “normais”; pode ainda viver em uma espécie de subcidadania, sem os mesmos direitos que os demais e sendo vista e tratada como um “tipo”, uma “classe”, uma categoria específica de gente.

Esse entendimento da vulnerabilidade operacionaliza-se a partir da dicotomia “normal” e “anormal” (ou “fora da norma”), na qual uma dada condição de vida, um conjunto de valores e uma realidade histórico-social são homogeneizados e tornados parâmetro para outras, cuja ausência de ao menos parte dos atributos “de referência” as torna frágeis e vulneráveis. Nessa perspectiva, definir pessoas e grupos como vulneráveis resulta de uma atitude autoritária e etnocêntrica, às vezes bem-intencionada, que ou exclui ou subcategoriza do humano esses e essas tornadas “outros”. A esses e essas faltariam qualidades, atributos, que permitissem ser vistos e tratados como “normais”, ou seja, plenamente como “iguais”. Nesse cenário, cabe ao “normal” toda a agência e capacidade de ação frente à falta do “outro”, a quem, por sua vez, resta a condição de sofrimento passivo e de vítima inerte. Butler, Gambetti e Sabsay (2016) nos alertam então que “[c]onceitos dominantes de vulnerabilidade e de ação pressupõem (e sustentam) a ideia de que o paternalismo é o lugar da agência e a vulnerabilidade, entendida apenas como vitimização e passividade, é invariavelmente o lugar na inação” (2016, p. 1, tradução nossa).

Para ver que *falta* algo no outro, é necessário que um normal, mesmo ideal, seja tomado como referência e ao mesmo tempo é preciso ou desconsiderar ou submeter demais atributos a essa ausência. Assim, diante de um corpo que necessita de um instrumento qualquer para sua locomoção diária, pode-se dizer que a ele falta um atributo presente em

pessoas “normais”; diante de rituais, línguas e comportamentos tomados como estranhos ou incompreensíveis, pode-se dizer que faltam a eles (ou a quem os exerce) atributos físicos, cognitivos, funcionais ou mesmo morais típicos de “todo mundo”, por exemplo. Atribuir a *falta* é, então, ao mesmo tempo empoderar uns, aquelas e aqueles que “são normais”, e precarizar os demais, que ressentem ou sofrem (ou que *devem* sofrer e *devem* ressentir) por não ter ou ser como “todo mundo”.

Se a condição de vulnerável advém das dinâmicas histórico-sociais de poder, ela expõe, então, os modos (e contradições) como valores circulam, se fixam e se transformam ao longo do tempo. Como alertam autores tão distintos como MacKenzie, Rogers e Dodds (2014), Ricoeur (2009), Esposito (2009) e Butler (2014), a vulnerabilidade emerge então como um problema político à medida que é fortemente vinculado a uma questão ética. Afinal, que dinâmicas de poder são essas que extraem ao menos parte da humanidade de outros seres humanos? Que processos de ação, resistência e convivência marcam os grupos e pessoas “normais” e os vulnerabilizados? Uma vez instituído que tal ou qual indivíduo ou grupo social é “vulnerável”, outras questões, também muito delicadas, se apresentam. Qual o nível de responsabilidade que um indivíduo e uma sociedade devem ter em relação àqueles que são configurados como vulneráveis? O que fazer então com aquelas e aqueles a quem faltam atributos que os tornem *mesmo* humanos?

Num extremo, para aqueles e aquelas “irrecuperáveis”, a resposta histórica e autoritária mais frequente de lidar com quem é “fora da norma” é o extermínio, seja na forma de genocídios, assassinatos e guerras, seja via encarceramentos, exílios e isolamentos. Historicamente, vem sendo dito: “se não podem mesmo ser como *nós*, iguais a *nós*, não podem então existir *entre nós*”. A solução extrema, mas não pouco usual, do extermínio convive com formas de tratamento da vulnerabilidade que derivam de um senso de responsabilidade e que implica irremediavelmente os e as que se veem como normais. Como sintetizam McKenzie, Rogers e Dodds: “[...] vulnerabilidade *per se* não gera obrigações. Em vez disso, seu significado normativo advém de seu papel de nos alertar à presença de outras reivindicações moralmente

significativas, como aquelas baseadas em danos ou necessidade” (2014, p.12, tradução nossa).

Cuidados iniciais em relação à abordagem das vulnerabilidades envolvem, portanto, a recusa do entendimento da vulnerabilidade como algo “natural” e a atenção aos processos e dinâmicas que tornam pessoas e grupos vulnerabilizados. Para além da dimensão ontológica, que une todas e todos, as vulnerabilidades se apresentam como construções sociais que organizam e distribuem humanidade, modos e condições de vida a partir de dinâmicas de poder e de valores morais e políticos. Os processos que conformam as vulnerabilidades são bastante variáveis e, ao menos no Ocidente, estão organizadas em torno de ideais de normalidade e oposições como ação/passividade, agência/sofrimento, integridade/falta. Recusar visadas “naturalizadas” implica então revisar criticamente algumas dicotomias que sustentam o uso histórico e corrente do termo “vulnerabilidade” e seus derivados. Quando se desloca o olhar e se reconhece que a “outras” e “outros” só lhes falta algo porque assim são construídos discursiva e politicamente, percebe-se então que a resistência não é alheia ou distante da vulnerabilidade. Pessoas e grupos tidos como vulneráveis aprenderam e aprendem, ao longo dos anos, a atuar na rede de relações que os conformam, manejando diferentes recursos e materializando gestos complexos de negociação, nos quais elementos e posições heterogêneas, como criatividade, conformismo, inteligência, cooptação e esperança, muitas vezes se mesclam. As vulnerabilidades se apresentam assim como fenômenos multidimensionais cujas equações estão bem além dos binarismos óbvios.

Identities, diferenças, contextos

O que faz uma pessoa ou um grupo “vulnerável”? Se isso se dá em razão de dinâmicas de poder, ao menos dois pontos importantes se apresentam: a) toda vulnerabilidade é contextual; b) da mesma forma, também o é o ponto de apoio, a ancoragem da vulnerabilidade: a suposta diferença de um indivíduo ou um grupo. Há uma radicalidade aqui cujas consequências são importantes para a evitar a fixação e a decorrente simplificação das relações que instituem uma pessoa ou grupo como “vulnerável”. É preciso ter em mente que a diferença que as esta-

belece como “outro”, como uma subcategoria inferior ou distante do “humano normal” é ela mesma socialmente construída. Esses processos histórico-sociais de instituição, manejo e regulação das diferenças não são nem homogêneos nem desterritorializados. Da mesma forma, ainda que historicamente hajam aqueles e aquelas que são tornados vulneráveis por relações de poder mais duradouras, há também dinâmicas e processos de temporalidades diversas e mais circunscritas.

Em suas reflexões sobre o discurso colonial, em especial sobre o racismo, Homi K. Bhabha (2003) é bastante atento à fixidez das diferenças e das identidades, destacando então o papel crucial e ambivalente dos estereótipos como parte dos jogos complexos de saber/poder. Diz ele:

A fixidez, como signo da diferença cultural/histórica/racial no discurso do colonialismo, é um modo de representação paradoxal: conota rigidez e ordem imutável, como também desordem, degeneração e repetição demoníaca. Do mesmo modo, o estereótipo, que é sua principal estratégia discursiva, é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre “no lugar”, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido. (2003, p. 105)

A fixidez a que se refere Bhabha (2003) e que tem no estereótipo sua “principal estratégia discursiva” diz respeito à estabilização de diferenças e identidades, num jogo ambíguo entre o “já sabido” e sua reiteração. Nesse sentido, o estereótipo não é a produção de uma imagem falsa, mas um mecanismo de (re)conhecimento da diferença e de sua fixação identitária. Os discursos racistas, por exemplo, tomam a cor da pele e outras conformações físicas como signos de diferenças intransponíveis, que subcategorizam indivíduos e grupos, e que, simultaneamente, permitem reconhecê-los *reiteradamente*. Diante de uma pessoa desconhecida, não raro são os estereótipos que fazem ver no seu tom de pele uma caracterização racial e reafirmar então não apenas o que se sabe sobre pessoas negras, asiáticas, latinas etc., como também as próprias categorizações racistas.

Mas o tom de uma pele ou a conformação dos olhos são mesmo diferenças que *naturalmente* dividem a humanidade em grupos específicos e diferentes entre si? Por que não o formato dos pés ou os contornos dos ombros? O ponto aqui é que a diferença a ser reconhecida não se assenta num dado natural óbvio e sim em estratégias complexas de saber/poder que instituem qual é a diferença a ser identificada, quais suas implicações e como ela deve ser apreendida, gerenciada e reiterada. Uma conformação física qualquer ou um comportamento específico não são, portanto, *per se*, vulnerabilizantes. A vulnerabilização é instituída por modos de legibilidade que elegem qual ou qual elemento será âncora de uma diferença inferiorizante ou fragilizadora. A ausência de visão, por exemplo, pode ser instituída tanto como índice de dons místicos ou sobrenaturais quanto como uma incapacidade funcional merecedora de uma tutela paternalista. A altura de alguém vai ser tomado como “baixa” ou “alta” a partir de critérios variáveis e circunstanciais e será merecedora de “distinção” também conforme esse mesmo feixe de relações.

Se isso é válido para conformações físicas, é ainda mais acentuado quando se tem em vista comportamentos e práticas sociais. As construções históricas das sexualidades e dos binarismos de gênero na Europa e nos países que resultaram de seus processos coloniais, tal como indicado por textos hoje clássicos de Foucault (1981), Weeks (2017) e Laqueur (2001), entre outros, aponta, por exemplo, para as variações pelas quais passaram as práticas sexuais e os usos de corpos e prazeres ao longo de variadas épocas e realidades. O sexo entre mulheres não era merecedor de maior atenção na Grécia clássica, não foi visto como possível na era vitoriana inglesa e depois tomado como doença no Ocidente nos fins do século XIX e ao longo do século XX. Não se trata aqui de dizer apenas de “entendimentos” acerca da lesbianidade e sim de apontar que os conceitos de prática sexual e os modos de apreendê-la, conformá-la e gerenciá-la variam conforme distintos contextos.

Há, portanto, na ideia de vulnerabilidade social um campo de tensões que perpassam e articulam necessariamente diferenças, identidades, corpos e situações. É a partir da identidade que um grupo e/ou indivíduo adquire em relação a outro que suas condições de vida se tornam mais precárias. É diante da defesa da identidade nacional que

o estrangeiro se torna um estranho, uma ameaça, um outro menor; é diante de mitos nacionais (como o da brasilidade miscigenada) que uma pessoa afrodescendente encarna em seu corpo o paradoxo de carregar a identidade histórica de um país que aceita tomá-la como mão-de-obra ao mesmo tempo em que a exclui, de forma sistemática e cotidiana, da cidadania plena; é diante do corpo saudável e produtivo do adulto que pessoas com deficiência e também jovens e idosos podem ser considerados incapazes; é porque as relações de gênero e sexualidade são configuradas em torno de uma perspectiva masculina, reprodutivista e heterocêntrica que mulheres e pessoas LGBTQI+ podem ser alvo de violência. O assalto à dignidade e à autonomia desses grupos e indivíduos pode às vezes encontrar-se institucionalizado, através de leis e práticas jurídico-policiais, mas é certamente vivida pela pessoa humana na concretude do seu corpo, seja pela violência sofrida, seja pelo estigma associado à sua incapacidade. É certo que ao longo de suas vidas, esses grupos e indivíduos podem ter suas vulnerabilidades mais ou menos expostas, conforme distintas situações, numa complexa dinâmica na qual diferentes agentes sociais, como os midiáticos, atuam ora para explorar, adensar essa condição precária, ora para combatê-la.

Na aproximação aos processos de vulnerabilização a partir das identidades outros cuidados são também decisivos. É típico dos processos de vulnerabilização, como sugerimos acima, a apreensão dos indivíduos e grupos a partir do que lhes *falta*. Às pessoas homossexuais faltaria o sentido reprodutivo do sexo, o que as faria perversas; às mulheres faltariam as qualidades ativas e viris dos homens, o que as fariam históricas; às pessoas negras, faltariam racionalidade e competências intelectuais, o que as fariam presas a seus instintos naturais e selvagens, e assim por diante. Como se vê, esses modos de inteligibilidade promovem uma espécie de *redução* identitária de pessoas e grupos, em que todos os seus comportamentos, todas suas interações e potencialidades estariam resumidas numa identidade primeira e essencial. Essa redução é ela mesma mais um ato violento de desprezo e desconsideração da multidimensionalidade da vida, das relações e da existência humanas.

Na aproximação e abordagem às diferentes vulnerabilidades, portanto, é preciso estar atenta e atento a situações e contextos, de modo

não só a superar dicotomias aparentemente óbvias, como também para alcançar dinâmicas e processos que se apresentariam, sob um olhar descuidado, como reduzidos, fixos, imutáveis ou essenciais. Uma população barranqueira, cuja vida produtiva se dá em torno da pesca e da agricultura ritmada por cheias e vazantes, não é necessariamente precária, mesmo quando se identifica a ausência de tecnologias médicas e de comunicação digitais. Será vulnerável quando relações de saber/poder específicas conformarem essas ausências e esse ritmo de vida como marcado pela *falta de condições*. E as vidas e a existência daquelas pessoas não têm toda sua complexidade abrangida por essa breve caracterização. Contextualizar, nesse caso, não implica um gesto metodológico de recuperação de dados quaisquer e sim uma ação interpretativa, de produção e articulação de informações que permitem caracterizar e problematizar as dinâmicas de poder que instituem uma realidade político-cultural. Longe de ser a construção de uma espécie de pano de fundo quase indiferente, o trabalho de contextualização é vital para evitar os riscos de simplificação, fixação e aprisionamento acrítico em uma suposta condição de vulnerabilidade e para a atenção a dinâmicas heterogêneas variadas.

Corpos e imaginários

Ao observarmos os processos de vulnerabilização, damo-nos conta da centralidade do corpo. A articulação diferença, identidade e vulnerabilização assenta-se, como vimos, em modos de inteligibilidade do corpo, de suas conformações e práticas. Sendo parte de um grupo vulnerabilizado, tal homem ou tal mulher veem incidir sobre seu corpo tanto as ações de precarização (menos acesso à saúde e alimentação, piores condições de vida, limitações à sua autonomia, movimento e trânsito, por exemplo) quanto as violências físicas e simbólicas que demarcam, reiteram e os confinam à sua condição de “outro”. Além disso, os cuidados de contextualização para apreensão das vulnerabilidades envolvem caracterizar esses modos de inteligibilidade do corpo e as respostas, inclusive corpóreas, que lhes são consequentes. Em certa medida, se se reconhece a centralidade do corpo na experiência das vulnerabilidades, torna-se ao menos perigoso falar em abstrato, sem uma referência específica a

indivíduos, grupos e contextos. As vulnerabilidades não apenas não são idênticas, não são as mesmas, como são configuradas de modo peculiar em cada indivíduo, em cada grupo social. A atenção e o respeito a cada vulnerabilidade não são obstáculos que inviabilizam nem aproximações entre situações ou realidades específicas, nem abordagens mais amplas ou generalizantes: são alertas que explicitam as precauções que esses gestos de pesquisa e entendimentos abrangentes exigem.

O corpo tornado vulnerável, a partir do que foi discutido aqui, não se resume ao organismo biológico (que, aliás, é ecologicamente dependente e aberto às interações com outros seres, dos maiores aos micro-organismos). As dinâmicas de saber/poder que instituem os modos de inteligibilidade corporal produzem um “corpo histórico-social” que dá sentido e condições de vida ao organismo. Se é preciso recusar a fixidez das diferenças e das identidades, da mesma forma que dicotomias óbvias, a investigação sobre as vulnerabilidades depara-se então necessariamente com as conformações contextualizadas desse corpo histórico-social. Atua na constituição desse “corpo histórico-social” toda uma rede de valores, de imagens, de estereótipos, que, além disso, expõem as contradições e tensões típicas das realidades culturais.

Novamente, é importante evitar os riscos de fixidez e essencialização, além de recusar oposições binárias como agência versus passividade. Os processos de conformação dos corpos se dão em meio à heterogeneidade e ao dinamismo das relações sociais e ao longo do tempo. Assim, corpos são construídos e reconstruídos continuamente, ao sabor de posicionamentos, mudanças, circunstâncias, valores (incluindo estéticos). Uma menina que, em algum momento de sua vida, se viu incomodada com seu cabelo crespo, incorporando-o como algo vergonhoso e “ruim”, pode, em outro, torná-lo signo orgulhoso de sua afrodescendência. Corpos não são estáveis, até mesmo biologicamente, e fixar as construções simbólicas das corporeidades é desconsiderar transformações e agências. Além disso, os processos de articulação entre o corpo biológico e o corpo “histórico-social” são bastante complexos, nem sempre conscientes, geralmente marcados por esforços, tensões e contradições. Se, por um lado, os valores sociais são eles mesmos heterogêneos e

contraditórios, por outro, o corpo orgânico não é uma matéria amorfa, instituindo resistências, sensibilidades, potências e limites.

O reconhecimento da centralidade do corpo e dos processos de construção de seus modos de inteligibilidade na experiência das vulnerabilidades explicita também as dinâmicas histórico-sociais em que valores são afirmados, negados e/ou contraditados. Esses valores conformam imaginários sociais que ao mesmo tempo revelam modos de configuração das vulnerabilidades e são revelados por elas. Nesse sentido, o papel dos agentes midiáticos é fundamental. Como observam, em seus estudos hoje clássicos, Bird e Dardenne (2009, 1999), dedicados especialmente ao jornalismo, as histórias que os jornalistas contam ao mesmo tempo recuperam e atualizam mitos, sendo construídos também por imagens fundadoras dessa prática profissional.

Não por acaso, autores atentos à dimensão antropológica dos processos midiáticos e da midiaticização, como Bird e Dardenne (1999, 2009), Couldry e Hepp (2016), Duch e Chillón (2012), entre outros, apontam fortemente para as relações entre mídia, mito, estereótipo e imaginário. Lluís Duch (2011) afirma que as percepções ora contraditórias ora complementares de um inédito fluxo intenso de imagens, de informações sobre o mundo, e de uma “crise” de valores e ideais expõem a importância da dinâmica entre *mythos* e *logos* nas sociedades ocidentais. Diz ele: “apesar das energias no curso da história que foram usadas para *reduzir*, em algumas épocas, o *mythos* e, em outras, o *logos*, a tensão entre mito (‘representação’) e *logos* (‘definição’) é um dado permanente e insuperável na existência concreta do ser humano” (2011, p. 288, grifos do autor, tradução nossa). Atualmente, essa tensão está fortemente associada ao que Duch chama de processos de psicologização da vida contemporânea, marcada, segundo ele, pela “[...] busca, entre angustiada e narcisista, da própria interioridade à margem de qualquer exterioridade ética e histórica” (DUCH, 2011, p. 290, tradução nossa).

Se essa busca se dá em meio aos processos de recuperação e interpretação (e, por consequência, transformação) dos mitos e dos valores que eles corporificam, ficam evidentes as dinâmicas de produção de imaginários sociais (como em MARTINS, LUZ, VAZ e ANTUNES, 2016 e 2017). Refletir sobre as vulnerabilidades, portanto, é lidar com fluxos

de imagens e valores que ao mesmo tempo constituem grupos e indivíduos como vidas precárias e permitem a eles agir politicamente, como sujeitos, no interior desses processos. A delicada e complexa articulação entre psicologização e vida pública envolve conflitos de imagens e definições em torno dos modos como são configurados as capacidades, a autonomia e a dignidade de cada um, dos seus grupos de pertencimento e de seus outros sociais. Nesse processo, o agir midiático parece, como se vislumbra a partir de Bird e Dardenne (1999, 2009), ora como *um a mais*, entre outros socialmente instituídos, ora dotado de um peculiar modo de saber e conformar essas realidades.

No âmbito das pesquisas em Comunicação, faz-se necessário então dar conta de condições particulares de ocorrência dos casos de vulnerabilidades, dos modos como os agentes (institucionalizados ou não, de referência, tradicionais ou não) lhes dão inteligibilidade e através de que dispositivos e ferramentas. Assim, no campo específico da comunicação midiática, trata-se de estudar dimensões das vulnerabilidades que envolvem, mais que apreender as formas da sua representação, explorar o horizonte ético a partir do qual as mídias definem quem são os sujeitos vulneráveis, como o fazem, como se constrói o clamor pela responsabilidade pelos sujeitos e grupos vulneráveis, por exemplo. Esses aspectos ajudam a montar uma espécie de mapa ético-moral a partir do qual percebemos como as mídias narram, mostram, denunciam e exploram as vulnerabilidades.

Conclusões ou pontos de partida?

Todos nascem sob a vigência da lei. Porém, a lei não acolhe a todos da mesma maneira. Ser vulnerável é uma experiência do viver submetido ao estado de exceção. Este estado é construído por tramas de poder que diferenciam corpos e comportamentos a partir de materialidades físicas e simbólicas que, por sua vez, possuem historicidade, são corpóreas, e se instituem através de modos de regulação, de normas e regras forjadas processualmente no tempo. Assim, as vulnerabilidades adquirem um caráter relacional e dinâmico no interior das realidades histórico-sociais, emergindo em um campo de tensões (de valores, de poder, de imagens e estereótipos, entre outros) que perpassam necessariamente

identidades, corpos e situações. Através das vulnerabilidades, alcança-se então processos sociais em que essas tensões são visibilizadas, negadas e/ou contraditadas e nas quais atuam diversos agentes, incluindo os midiáticos. A investigação sobre as vulnerabilidades tem, portanto, na polissemia do termo, na sua plasticidade e na amplitude dos fenômenos a ele vinculados elementos potencialmente produtivos.

É importante frisar que práticas de reiteração, naturalização, essencialização e/ou reificação das vulnerabilidades estão em curso em distintos processos sociais, por diferentes motivos e intermediação de variadas lógicas. Essas práticas assombram pesquisadoras e pesquisadores os mais diversos, dos mais consistentes, dos mais engajados, aos mais ligeiros, aos pontualmente compromissados. Um dos riscos envolvidos é nos tornarmos, de alguma forma, negligentes em relação aos modos complexos pelos quais as pessoas constroem-se a si mesmas e como se posicionam nos processos que as vulnerabilizam (ou tentam fazê-lo). Quem institui ou reivindica a condição de vulnerabilidade, de que modo, quando e por que isso é feito devem ser interrogações permanentes. Os cuidados de evitar dicotomias óbvias, reduções, naturalizações e essencializações, além da atenção à importância do corpo e do gesto metodológico de contextualização, entre outros, apresentam-se então como consequência do respeito ao caráter processual e relacional das vulnerabilidades e da responsabilidade ética e epistemológica para com aquelas e aqueles que são vulnerabilizados.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- BIRD, Elisabeth; DARDENNE, Robert. *Mito, registo e estória*. TRAQUINA, Nélson. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1999, p.81-99.
- BIRD, Elisabeth.; DARDENNE, Robert. Rethinking news and myth as storytelling. WHAL-JORGENSEN, K; HANIZSTCH, T (org.) *The handbook of journalism studies*. Nova York: Routledge, 2009, p.80-109.

BROWN, Kate; ECCLESTONE, Kathryn; EMMEL, Nick. *The Many Faces of Vulnerability*. *Social Policy and Society*, 16 (3), pp. 497-510, 2017.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith; GAMBETTI, Zeynep.; SABSAY, Letica (org.). *Vulnerability in resistance*. Duke University Press, 2016.

BUTLER, Judith; LIEBER, Andreas. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. *The Mediated Construction of Reality*. Cambridge: Polity Press, 2016.

DUCH, Lluís. El contexto actual del mito. MÉLICH, J-C; MORETA, I; VEGA, A.(org). *Empalabrar el mundo: el pensamiento antropológico de Lluís Duch*. Barcelona: Fragmenta Editorial, 2011, p.263-306.

DUCH, Lluís; CHILLÓN, Alberto. *Un ser de mediaciones*. Madrid: Herder, 2012.

ESPOSITO, Roberto. *Tercera persona*. Madrid: Amorrortu, 2009.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto; ANTUNES, Elton (org.). *Um problema cotidiano: jornalismo e violência contra mulher no Brasil*. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto. *Jornalismo e Homofobia no Brasil*. São Paulo: Intermeios, 2012.

MACKENZIE, Catriona; ROGERS, Wendy; DODDS, Susan (Ed.). *Vulnerability: New essays in ethics and feminist philosophy*. New York: Oxford University Press, 2014.

MARTINS, Moisés; LUZ, Maria; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo (org.). *Os sentidos da morte na vida da mídia*. Curitiba: Appris, 2017.

MARTINS, Moisés; LUZ, Maria; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo. (org.). *Figurações da morte nos média e na cultura*. Braga: CECS/UMinho, 2016.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1, 2018.

PESSOA, Sonia. *Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas*. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2018.

RICOEUR, Paul. *A história, a memória, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007a

RICOEUR, Paul. *Percurso do reconhecimento*. São Paulo: Loyola, 2007b.

RICOEUR, Paul. *O Justo* – vol. 2. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

VARIKAS, Eleni. *A escória do mundo: figuras do pária*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

WEEKS, Jeffrey. *Sex, politics and society: the regulation of sexuality since 1800*. 4a. ed. Londres: Routledge, 2017.

CAPÍTULO 2

Vulnerabilidade, reconhecimento e resistência: contribuições de Axel Honneth

LEANDRO RODRIGUES LAGE

Introdução: rumo a uma dimensão moral da vulnerabilidade

Na tentativa de mapear o protagonismo contemporâneo da noção de vulnerabilidade em diversos campos de conhecimento, Mackenzie, Rogers e Dodds (2014) perceberam a consolidação de um pano de fundo ético-conceitual marcado pela compreensão do caráter fundamentalmente social e relacional da vulnerabilidade. Mas qual seria a origem dessas preocupações teóricas com a vulnerabilidade? Seriam elas um reflexo da escalada de discursos e formas de governo neofascistas, ultracapitalistas e conservadoras? Ou seriam uma resposta do pensamento crítico à exacerbação concreta das experiências de violência imperialista e antiprogressistas, à precarização das condições de vida e trabalho de populações inteiras, bem como ao retrocesso de políticas, leis e instituições democráticas em diversos países?

O próprio conjunto dessas indagações aponta para uma miríade de possibilidades de abordagens da vulnerabilidade: emocional, sociopolítica, bioética, ambiental, física, ontológica, moral etc. Para Ferrarese

(2009), a proeminência desse tema emerge simultaneamente à demanda por um conceito alternativo de sujeito, fundado numa ontologia social distinta daquela ancorada na figura do homem racional, soberano e solipsista. A premissa dessa abordagem da vulnerabilidade passa, então, a ser eminentemente moral: todos sentimos dor e todos somos capazes de reconhecer a dor alheia. Portanto, pensar a vulnerabilidade comum toma como base um imperativo solidário que nos vincula uns aos outros: a exposição a certos perigos, a finitude de si e do outro, a interdependência e o cuidado, a responsabilidade mútua etc.

Se escavarmos ainda mais fundo, percebemos que o alicerce dessa perspectiva ecoa aquilo que Hannah Arendt (2011) chamou de universalização da regra moral, isto é, uma forma de política consubstanciada no reconhecimento do sofrimento como algo injusto e que, portanto, deve incitar a ação coletiva para que seja aplacado ou mitigado. Essa universalização, por sua vez, já parte de uma compreensão hegeliana da política como forma moderna do destino, constituída como secularização da compaixão cristã (VAZ, 2014). Nesse sentido, chegamos a um ponto crucial de nossa proposta: explorar, a partir das contribuições de Axel Honneth e de sua matriz hegeliana e intersubjetiva do reconhecimento, uma noção de vulnerabilidade associada às demandas por justiça social, à autonomia e a uma ética do cuidado inspirada na interdependência.

Essa exploração implicará pelo menos três movimentos: 1) em primeiro lugar, será necessário desatrelar, em certa medida, a vinculação da vulnerabilidade a formas, estruturas e mecanismos de violência, no sentido de expandir as possibilidades de relação entre reconhecimento, vulnerabilidade e autonomia para além de uma dimensão física, corporal; 2) em seguida, buscaremos sintetizar o esquema desenhado por Honneth para explicar como experiências de desrespeito e o fenômeno da reificação estão intimamente associados a pelo menos três dimensões da vulnerabilidade, e de que formas tais experiências servem de gatilho para gestos de resistência e lutas por reconhecimento; 3) por fim, tentaremos indicar o que entendemos que sejam as principais contribuições do autor para as teorias da vulnerabilidade, se assim

podemos chamá-las, além de apontar caminhos abertos para reflexões em outras direções.

Reconhecimento, autonomia e violência

Ao explorarmos uma abordagem intersubjetiva da vulnerabilidade, erigida sob o prisma das relações de reconhecimento, essa noção deixa de remeter apenas a um problema relativo a estruturas institucionais, a condições materiais e a ameaças à integridade física e também passa a ser compreendida como componente intrínseco às relações sociais e seus fundamentos axiológicos. Nesse sentido, as noções de autonomia, interdependência, cooperação e de desrespeito ganham, na perspectiva de Honneth, uma relevância decisiva.

Mesmo antes de escrever as linhas gerais de sua teoria da luta por reconhecimento, Honneth (1988), acompanhado por Hans Joas, já havia estabelecido uma compreensão da vulnerabilidade humana a partir de bases antropológicas. Para ele, “nossa vulnerabilidade biológica ou física ao nascermos exige formas de relacionalidade e cuidado humano, bem como formas de aculturação, socialização e cooperação” (PETHERBRIDGE, 2017, p. 159). Ou seja, nós, humanos, teríamos uma vulnerabilidade biológica constitutiva e que exige, como resposta prática, formas de cooperação social relacionadas à nossa necessidade de cuidados básicos desde o nascimento, o que aponta para uma dimensão permanente de interdependência.

Entretanto, é na elaboração de sua teoria da luta por reconhecimento que a vulnerabilidade passa a ocupar um lugar de destaque nos trabalhos de Honneth. Isso porque, para esse autor, a partir de um ponto de vista moral, estar sujeito a experiências de desrespeito, nas quais o reconhecimento é negado, é nossa condição elementar de vulnerabilidade:

É do entrelaçamento interno de individualização e reconhecimento, esclarecido por Hegel e Mead, que resulta aquela vulnerabilidade particular dos seres humanos, identificada com o conceito de “desrespeito”: visto que a autoimagem normativa de cada ser humano, de seu “Me”, como disse Mead, depende da possibilidade de um resseguro constante no outro, vai de par

com a experiência de desrespeito o perigo de uma lesão, capaz de desmoronar a identidade da pessoa inteira. (HONNETH, 2003, p. 213-214)

Embora tenha deixado de lado a preocupação com o aspecto biológico da vulnerabilidade humana, a cooperação social continua sendo, para o autor, uma dimensão importante desse fenômeno, embora apareça sob a forma correlata da intersubjetividade das relações e da própria constituição do *self*. Para Honneth (2003), as lutas por reconhecimento são animadas pela aspiração à autorrealização dos sujeitos e motivadas por situações de desrespeito à integridade física, social e à dignidade dos indivíduos. Tal perspectiva tem por base uma concepção intersubjetivista da identidade, segundo a qual uma pessoa só adquire consciência de si mesma quando é capaz de perceber a si e as próprias ações a partir da perspectiva de um outro (LAGE; CAVALCANTE, 2018). E é nessa confrontação, na percepção de si mesmo a partir da visão de outrem, que reside o risco do desrespeito.

Honneth (2003) concebe a luta por reconhecimento como um fenômeno subdividido em três âmbitos distintos, porém relacionados: o amor e as relações afetivas, o direito e a imputabilidade moral, além da solidariedade ou da estima. Tais âmbitos ou padrões de reconhecimento constituem, juntos, o quadro desenhado pelo filósofo para explicar as estruturas intersubjetivas das relações sociais de reconhecimento e as condições para o desenvolvimento, por parte dos sujeitos, de três formas de autorrelação prática: a autoconfiança, o autorrespeito e a autoestima. Emerge daí a centralidade da autorrealização como processo através do qual o indivíduo se percebe socialmente reconhecido, dos pontos de vista dos afetos, dos direitos e da estima, a partir das reações, que encontra nas interações sociais, às suas próprias ações, capacidades e propriedades.

Em trabalho mais recente, Honneth e Anderson (2011) convertem o conceito hegeliano de “autorrelação prática” na ideia mesma de autonomia, explicando que essa noção, entendida como capacidade de desenvolver e perseguir uma concepção própria de vida digna de valor, só pode ser alcançada sob condições social e moralmente favoráveis. “A nosso ver, uma abordagem particularmente promissora situa a vulnera-

bilidade social dos agentes nos modos pelos quais estar apto a conduzir a própria vida depende de estar amparado por relações de reconhecimento” (HONNETH; ANDERSON, 2011, p. 87). Ou seja, o que está em questão é a própria relação entre autonomia e vulnerabilidade, no sentido de que, privado de reconhecimento, o indivíduo tem sua autonomia ameaçada, isto é, tem sua capacidade de enxergar a si mesmo como alguém digno de afeto, de direitos e de estima comprometida.

Central a esse modelo de autonomia é a ideia de que a aquisição, a manutenção e o exercício do rol de competências que constituem a autonomia, dependem do estabelecimento de modos particulares de “se autorrelacionar praticamente”, especialmente autorrespeito, autoconfiança e autoestima. E, porque estes estão, por sua vez, vinculados a várias relações sociais de reconhecimento, a autonomia acaba tendo, como condição de possibilidade, uma infraestrutura de reconhecimento que a sustente. Porque os agentes são amplamente dependentes dessa infraestrutura de reconhecimento para sua autonomia, eles estão sujeitos a vulnerabilidades relacionadas à autonomia: danos e negligências a essas relações de reconhecimento põem em risco a autonomia dos indivíduos. (HONNETH; ANDERSON, 2011, p. 108)

Portanto, a vulnerabilidade aparece, aqui, intimamente vinculada à autonomia dos indivíduos, a qual, por sua vez, só pode se constituir sobre redes sólidas de reconhecimento social, garantidoras daqueles diferentes modos de autorrelação: autorrespeito, autoconfiança e autoestima. Entretanto, para os autores, essas dimensões da autonomia dos sujeitos estão sempre suscetíveis, ou melhor, vulneráveis a formas variadas de violação, sanção ou humilhação. A contraface dessa vulnerabilidade é o entendimento de que as próprias experiências de desrespeito, embora ameacem “desmorar a identidade da pessoa inteira”, funcionam como gatilho para resistência política através da abertura de um horizonte de possibilidades de relações e agenciamentos chamadas de lutas por reconhecimento.

No deslocamento de uma percepção da vulnerabilidade como condição essencialmente física e biológica para uma compreensão de seu caráter intersubjetivo e axiológico, Honneth se afasta, por exemplo,

de uma abordagem da vulnerabilidade excessivamente marcada pela noção de violência, tal como a dos trabalhos mais recentes de J. Butler (2006, 2015, 2016, 2018). Nesse sentido, de uma espécie de suscetibilidade à violência física, a vulnerabilidade passa a indicar um estado de abertura para o outro, uma disposição às formas diversas de relacionabilidade. Mais à frente, esperamos mostrar que essa linha argumentativa acabará por deixar um flanco em aberto: a saber, o de que também é necessário pensar sobre as dimensões da vulnerabilidade que ameaçam a própria existência do sujeito, e não apenas causam feridas em suas formas de autorrelação prática.

Vulnerabilidade como desrespeito e reificação

Explorar a relação entre reconhecimento e vulnerabilidade a partir de Honneth significa assumir pelo menos duas premissas: em primeiro lugar, a de que a vulnerabilidade está associada ao comprometimento da autonomia e da integridade da pessoa, o que impede que o indivíduo estabeleça uma “compreensão positiva de si mesmo”; em segundo lugar, a de que formas distintas de desrespeito ameaçam componentes distintos da personalidade dos indivíduos. E é justamente esse esquema analítico que gostaríamos de percorrer, reconstituindo as formas de reconhecimento intersubjetivo que precisam ser socialmente garantidas para que os indivíduos possam alcançar plenamente sua autonomia enquanto autorrealização prática, isto é, para que os sujeitos consigam estabelecer relações de autoconfiança, autorrespeito e autoestima a partir do modo como interagem socialmente.

Tal movimento não deve ser feito sem antes ressaltarmos que, diferentemente de uma visão essencializada da vulnerabilidade como atributo limitador da capacidade de agência ou como fraqueza intrínseca a certos indivíduos e grupos, Honneth assume a vulnerabilidade como condição social elementar, constituidora do próprio indivíduo em sua permanente interdependência em relação a outros. Assim, a própria vulnerabilidade não é vista como problema a ser eliminado, tampouco como antítese da autonomia, posto que isso significaria eliminar uma

parte essencial do que nos constitui como indivíduos enredados em relações de mútua afetação.

Qualquer tentativa de excluir esse aspecto constitutivo da vulnerabilidade projetaria o indivíduo para “fora do espaço interpessoal dentro do qual essas relações consigo mesmo são estabelecidas e mantidas” (ANDERSON, 2014, p. 142, tradução nossa). Ser vulnerável é estar constantemente sujeito à possibilidade de não ser reconhecido, de ser desrespeitado como alguém digno de afeto, direito e estima ao ponto de ter sua própria relação consigo abalada. Mas isso não exclui seu caráter positivo, relacionado à abertura ao outro no contexto de nossas relações afetivas, amorosas, o que confere à vulnerabilidade um aspecto fundamentalmente valioso.

A primeira forma de desrespeito a que Honneth (1995, 2003, 2011) se refere remete às ameaças diretas à integridade física do indivíduo, as quais possuem um impacto profundamente destrutivo sobre o modo como o sujeito se relaciona consigo do ponto de vista da confiança em si e também no mundo à sua volta. Trata-se das experiências de violação, maus-tratos, tortura, estupro, “em que são tiradas violentamente de um ser humano todas as possibilidades da livre disposição sobre seu corpo” (HONNETH, 2003, p. 215). Ao chamar atenção para a proeminência desse tipo de vulnerabilidade, Honneth não retoma sua ênfase à dimensão biológica. Pelo contrário. Para o filósofo, o potencial destruidor da lesão física, além de corporal, é danoso principalmente porque submete o indivíduo à experiência de estar sujeito, sem proteção, à vontade de um outro, o que fere de forma duradoura a confiança em si mesmo, provocando um tipo de “vergonha social” e comprometendo interações com outros sujeitos, sobretudo no nível físico.

Portanto, o que é aqui subtraído da pessoa pelo desrespeito em termos de reconhecimento é o respeito natural por aquela disposição autônoma sobre o próprio corpo que, por seu turno, foi adquirida primeiramente na socialização mediante a experiência da dedicação emotiva. (HONNETH, 2003, p. 215)

A segunda forma de degradação abordada por Honneth (1995, 2003) afeta não mais a confiança do sujeito em si próprio, mas a compreensão

normativa da identidade do sujeito como alguém que dispõe da mesma imputabilidade moral que outros membros da sociedade. O autor se refere a modos de desrespeito e exclusão a determinadas pessoas, que se veem impossibilitadas de exercer direitos, que lhes são negados. “Nesse sentido, a autonomia dos indivíduos está vulnerável a ser reduzida por subordinação, marginalização e exclusão” (HONNETH; ANDERSON, 2011, p. 91). Isso porque, grosso modo, ser portador de direitos, em nossa sociedade, significa, na prática, ser considerado um membro de igual valor em uma coletividade; significa participar em igualdade de uma ordem institucional, moral e normativa.

Por direitos, Honneth se refere não apenas aos amparos legais, mas, sobretudo, à expectativa de ser socialmente reconhecido, em suas interações, como alguém capaz de formar juízo moral. É por isso que a experiência de negação de direitos gera a perda do autorrespeito enquanto capacidade de se referir a si mesmo como alguém que possui o mesmo *status* de igualdade em relação a outras pessoas. Apesar da centralidade do direito na maioria das lutas políticas por reconhecimento, Honneth e Anderson (2011) fazem questão de ressaltar que, mesmo que os direitos tenham uma posição decisiva em qualquer discussão sobre justiça social e as possibilidades de construção da autonomia dos indivíduos, o componente legal e normativo das relações sociais não dá conta de todas as dimensões de vulnerabilidade das pessoas.

A terceira forma de degradação remete a outro tipo de vulnerabilidade, correspondente ao rebaixamento moral que afeta diretamente a percepção que o indivíduo tem de seu valor para a sociedade. Honneth faz referência à humilhação e à injúria como formas de desmoralização que possuem um componente semântico-simbólico significativo quanto à maneira como se exercem e ameaçam a autonomia dos sujeitos. Ao rechaçar ou ridicularizar formas de vida ou modos de ser, considerando-os de menor valor prático para os objetivos social e tacitamente consentidos, a humilhação e a ofensa retiram dos sujeitos toda e qualquer possibilidade que eles tinham de verem a si e às suas capacidades, por particulares que sejam, como dignos de valor e estima social. Para usarmos os termos do autor, trata-se de uma espécie de “morte social”.

É significativo que Honneth e Anderson (2011) relacionem a humilhação a uma vulnerabilidade semântica. Tal pressuposição sugere que essa dimensão da vulnerabilidade se concretize em um outro plano prático, relativo ao valor e ao significado dos atributos e das atividades de determinados indivíduos e grupos, bem como ao modo como são expressados. Ou seja, trata-se de um campo simbólico, semântico e cultural, moldado por normas morais a partir das quais formas de vida são avaliadas, discriminadas e hierarquizadas nas interações sociais. Ao contrário do que se pode pensar, tal categoria de desrespeito não é menos grave do que as duas outras em nenhum aspecto, pois a experiência de rebaixamento social e humilhação tem por consequência, além da “vexação”, a configuração de uma grave ameaça à identidade dos indivíduos, pois compromete sua capacidade de construção da autoestima.

No escopo de seus trabalhos mais recentes sobre a luta por reconhecimento, Honneth (2018) propõe uma revisão da abordagem de Lukács ao conceito de reificação que, a nosso ver, acaba por oferecer um desfecho à sua abordagem da vulnerabilidade. Isso porque tal revisão complementa as três dimensões ou formas da vulnerabilidade. Honneth (2018) se refere a duas fontes sociais de reificação, isto é, a posturas reificadoras marcadas pela perpetuação sistemática do chamado “esquecimento do reconhecimento”: em primeiro lugar, à práxis social na qual a observação do outro se tornou um fim em si mesmo, apagando deliberadamente todo o histórico de uma socialização prévia; em segundo lugar, ao estabelecimento de um sistema de convicções que orienta ações reificantes no sentido de compelir os sujeitos a negar o reconhecimento.

A nosso ver, esse esquema também é constitutivo das dimensões de vulnerabilidade porque remete à combinação, num nível social, entre uma práxis unilateral e um sistema ideológico criador de tipificações reificadoras e sistemas de convicções que orientam comportamentos e ações, estimulando o tratamento de determinados indivíduos e grupos como “coisas” porque seu reconhecimento foi negado. Em um contexto de exacerbação de políticas autoritárias e de legitimação de estados policiais, não nos é difícil imaginar classes de indivíduos socialmente preteridos, tratados com máxima desumanidade pelas forças governamentais, sem que isso suscite formas expressivas de indignação moral

por parte da sociedade como um todo. Trata-se, portanto, de uma vulnerabilidade social ainda mais fundamental e ampla, sujeita às consequências da gestão estratégica dos sistemas normativos legais, bem como dos campos semânticos, simbólicos e culturais a partir dos quais o reconhecimento é ou não concedido.

Por reificação, Honneth (2018) faz referência ao comprometimento da autonomia, mas, sobretudo, à condição em que, a partir das dinâmicas das interações sociais marcadas pela ausência ou recusa deliberada de reconhecimento, os indivíduos percebem seus parceiros de interação ou a si próprios como entidades materiais, como “coisas”. Para esse autor, as fontes sociais da reificação enquanto forma específica de vulnerabilidade vão desde a depuração das relações sociais na forma das trocas comerciais, tal como já indicava Lukács, até a própria existência de esquemas interpretativos que fornecem as justificativas morais para a adoção de posturas reificadoras tais como a completa instrumentalização, desumanização ou apagamento do outro - ou de nós mesmos, com base na forma como nos vemos no olhar desse outro. Assim, além da ameaça à autoconfiança, do autorrespeito e da autoestima, é a própria condição do sujeito enquanto tal que se vê prejudicada pela vulnerabilidade às posturas e quadros normativos reificantes.

Contribuições de Axel Honneth (e alguns limites)

Devemos reconhecer, a essa altura, que Axel Honneth, em seus trabalhos sobre reconhecimento, não parece estar particularmente interessado em consolidar uma definição ou um pano de fundo teórico para a conceituação de vulnerabilidade. A despeito da ênfase de sua teoria às ameaças à autonomia, entendidas como diferentes expressões e manifestações de desrespeito, o enfoque desse autor parece ter como finalidade a crítica a um modelo liberalista de autonomia, baseada em uma percepção da própria autonomia como constituída a partir das condições normativas, axiológicas e intersubjetivas para o reconhecimento. A vulnerabilidade emerge, nesse percurso argumentativo, como condição diretamente vinculada à ausência de reconhecimento e aos obstáculos que ela opõe à capacidade de os indivíduos estabelecerem uma compre-

ensão positiva de si e do papel que têm na sociedade como um todo; ou de modo ainda mais elementar, de os próprios sujeitos verem a si mesmos enquanto tais.

A título de síntese, acreditamos que as contribuições deixadas pelo autor para um debate sobre a vulnerabilidade passam pelos seguintes aspectos: o estabelecimento de uma abordagem intersubjetiva da vulnerabilidade; a oferta de um quadro normativo fundado em experiências de desrespeito; a associação entre vulnerabilidade e o comprometimento da autonomia e da integridade da pessoa (não apenas a integridade física); uma abordagem positiva da vulnerabilidade como encorajadora da resistência; por fim, a problematização da vulnerabilidade em sua relação com um pano de fundo moral e axiológico. Passemos à pormenorização de cada um desses pontos.

Para Honneth, as formas de autorrelação prática vinculadas à vulnerabilidade (autoconfiança, autorrespeito e autoestima) não são um problema individual, de um sujeito individualista, em crise consigo mesmo. Trata-se de “um processo intersubjetivo contínuo”, no qual a atitude do sujeito frente a si emerge em seu encontro com a postura do outro em contextos de interação (HONNETH; ANDERSON, 2011, p. 88). Depreende-se, portanto, que a vulnerabilidade se constitua enquanto dimensão intrínseca à práxis das relações sociais e seus fundamentos axiológicos. Nesse sentido, ela deixa de ser um problema relativo a estruturas institucionais, a condições materiais e a ameaças à integridade física e passa a ser questão subjacente à intersubjetividade, à relacionalidade, à interdependência, bem como à própria justiça social.

Uma das principais contribuições de Honneth, a nosso ver, ao debate sobre vulnerabilidade diz respeito à oferta, em sua teoria da luta por reconhecimento, de um quadro normativo fundado em experiências de desrespeito. Ao desenhar esse quadro, distinguindo as variadas dimensões da vulnerabilidade do sujeito, o autor nos permite afirmar que formas diversas de desrespeito ameaçam componentes distintos da personalidade dos indivíduos. Não somos, portanto, vulneráveis “por inteiro”. Isso significa, em contrapartida, a possibilidade de combater formas específicas de desrespeito com base em seus respectivos impactos sobre os sujeitos.

Ao associar a vulnerabilidade à ameaça contra a integridade, o autor acaba por sugerir um princípio de justiça social ancorado no reconhecimento das vulnerabilidades vinculadas ao comprometimento da construção da autonomia. Ou seja, Honneth reivindica uma noção de justiça social que, uma vez compromissada com a proteção da autonomia dos sujeitos, deve estar preocupada com ameaças relacionadas às violações, exclusões e humilhações. Esse argumento acaba por delinear um pano de fundo axiológico para se pensar a vulnerabilidade, partindo da premissa de que, sem um horizonte plural de valores éticos, aberto às distintas metas e formas de vida e ancorado na solidariedade e na autonomia, um conjunto amplo de vulnerabilidades continuará ameaçando as relações que os sujeitos estabelecem consigo e com outrem.

Por fim, devemos reconhecer, na abordagem de Honneth, uma compreensão positiva da vulnerabilidade como encorajadora da resistência.

Isso significa, notadamente, que a questão da vulnerabilidade se torna uma questão política, aberta para formas de ação social no interior da esfera pública, onde diferentes interpretações podem ser expressas e debatidas, ou onde lutas acerca das melhores respostas aos abusos de vulnerabilidade podem ser travadas. Nesse sentido, também, é preciso levar em conta o contexto histórico-social em que diferentes formas de vulnerabilidade surgem, bem como diferentes interpretações da compreensão da vulnerabilidade e das respostas normativas a ela. (PETHERBRIDGE, 2017, p. 167)

Petherbridge (2017) vê na teoria honnethiana o desenho de um quadro de relações e agenciamentos a partir do qual os desrespeitos, isto é, os “abusos de vulnerabilidade”, funcionam como gatilho e motivo para resistência política através de lutas por reconhecimento. Ao discriminar diferentes formas de vulnerabilidade, de ameaças a ela e de respostas práticas e normativas, a autora chama a atenção, indiretamente, para a diferença pressuposta na abordagem de Honneth entre a vulnerabilidade comum elementar que todos nós compartilhamos e as experiências nas quais a vulnerabilidade é exacerbada em contextos particulares. Assim, por mais que todos sejamos vulneráveis às ameaças que recaem

sobre as relações que estabelecemos conosco a partir das interações com os outros, a vulnerabilidade daqueles que não possuem condições igualitárias para evitar abusos sempre será mais acirrada.

Diante da síntese das contribuições de Honneth ao debate sobre vulnerabilidade, devemos ponderar sobre algumas críticas direcionadas a essa abordagem, naquilo que elas podem indicar como caminhos ainda abertos à investigação, mesmo frente ao esquema normativo rígido delineado pelo filósofo alemão sobre reconhecimento, vulnerabilidade e autonomia. Uma das principais críticas diz respeito à negligência de Honneth quanto ao papel das relações de poder nos contextos marcados pelo desrespeito, bem como pela luta por reconhecimento (FERRARESE, 2009; PETHERBRIDGE, 2017). Diferentemente da abordagem de J. Butler sobre vulnerabilidade, Honneth, segundo essa crítica, trata com indiferença o papel e os efeitos do poder como constitutivos das relações de reconhecimento, tanto do ponto de vista das ameaças estruturais à autonomia quanto do das formas de resistência.

Embora discordemos em parte desse argumento, reconhecendo no trabalho de Honneth (2018) sobre a reificação uma atenção específica do autor às relações de poder constituidoras de sistemas ideológicos e esquemas de convicções estruturadores de bases axiológicas e campos semânticos reificadores, essa crítica nos leva a um outro ponto merecedor de atenção. Trata-se da necessidade de se pensar sobre as dimensões da vulnerabilidade que ameaçam a própria existência do sujeito enquanto tal, não apenas sua autorrelação prática e sua autonomia. Com isso, voltamos a atentar para o componente da violência na compreensão das condições de vulnerabilidade, mas também jogamos luz no fato de que, para alguns indivíduos e grupos, não são apenas as formas de autorrelação prática que estão ameaçadas, e sim a possibilidade mesma de subsistir, fisicamente, simbolicamente e politicamente.

Tal preocupação acaba nos desviando de uma ênfase talvez excessiva que Honneth confere à constituição identitária dos indivíduos, em sua dimensão intersubjetiva, para a necessidade de se pensar na constituição mútua do sujeito que anseia por reconhecimento e da própria cena da luta por reconhecimento, a partir das próprias experiências de desrespeito e abusos das condições de vulnerabilidade. Isto é, se a ausência de

um resseguro no outro é capaz de desmoronar a identidade da pessoa inteira, a conversão da vulnerabilidade em resistência depende da própria emergência de um sujeito e de uma cena política sempre porvir.

Referências

ANDERSON, Joel. Autonomy and vulnerability entwined. In: MACKENZIE, Catriona; ROGERS, Wendy; DODDS, Susan. *Vulnerability: New essays in ethics and feminist philosophy*. New York: Oxford University Press, 2014, p. 134-161.

ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BUTLER, Judith. *Vida precária: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. Rethinking Vulnerability and Resistance. In: BUTLER, Judith; GAMBETTI, Zeynep; SABSAY, Leticia (Ed.). *Vulnerability in resistance*. Durham and London: Duke University Press, 2016, pp. 12-27.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERRARESE, Estelle. “Gabba-Gabba, We Accept You, One of Us”: Vulnerability and Power in the Relationship of Recognition. *Constellations*, v. 16, n. 4, p. 604-614, 2009.

HONNETH, Axel. Integrity and disrespect: Principles of a conception of morality based on the theory of recognition. In: HONNETH, Axel. *The fragmented world of the social: essays in social and political philosophy*. Albany: State University of New York Press, 1995, p. 147-260.

HONNETH, Axel; JOAS, Hans. Anthropological foundations of social action. In: _____. *Social action and human nature*. New York: Cambridge University Press, 1988, p. 41-117.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HONNETH, Axel. The social dynamics of disrespect: On the location of critical theory today. In: _____. *Disrespect*. The Normative Foundations of Critical Theory. Cambridge: Polity Press, p. 63-79, 2007.

HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, n. 17, p. 81-112, 2011.

HONNETH, Axel. *Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento*. São Paulo: Unesp, 2018.

LAGE, Leandro Rodrigues; CAVALCANTE, Tainá. Estima Social e Linguagens da Solidariedade: pessoas com Síndrome de Down e a luta por reconhecimento. *Revista Observatório*, v. 4, p. 506-543, 2018.

MACKENZIE, Catriona; ROGERS, Wendy; DODDS, Susan. Introduction: What is vulnerability and why does it matter for moral theory. In: _____. *Vulnerability: New essays in ethics and feminist philosophy*. New York: Oxford University Press, 2014, p. 1-29.

PETHERBRIDGE, Danielle. O que há de crítico na vulnerabilidade? Repensando interdependência, reconhecimento e poder. *Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, v. 1, n. 2, 2017.

VAZ, Paulo. A compaixão, moderna e atual. In: FREIRE FILHO, João; COELHO, Maria das Graças Pinto. *Jornalismo, cultura e sociedade: visões do Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 73-98.

CAPÍTULO 3

Contra-narrativas indígenas: vulnerabilidades e resistências

ANDRÉ DEMARCHI

Apresentação

O presente capítulo consiste em um ensaio que é um resultado inicial (e experimental) do projeto de pesquisa intitulado *Contra-narrativas Indígenas: vulnerabilidades e resistências*¹ (DEMARCHI, 2019). Este, por sua vez, é uma continuação da tarefa reflexiva de desconstrução dos estereótipos, preconceitos e ideias equivocadas presentes nas narrativas dominantes sobre os povos indígenas e profundamente arraigados no imaginário da diversificada população brasileira (MORAIS E DEMARCHI, 2015). Se naquele momento, estávamos preocupados com os racismos que recaem sobre a vasta população indígena² presente

1 O projeto *Contra-narrativas Indígenas: vulnerabilidades e resistências* está vinculado ao Núcleo de Estudos e Assuntos Indígenas (NEAI) e o Programa de Pós-Graduação em Comunidade e Sociedade, ambos da Universidade Federal do Tocantins. Agradeço a Suiá Omim pela leitura crítica e tenaz e também aos pareceristas do PROCAD Amazônia pelas contribuições a esse texto.

2 Segundo Krenak, “existem aproximadamente 250 etnias que querem ser diferentes umas das outras no Brasil, que falam mais de 150 línguas e dialetos” (KRENAK, 2019: 31)

no país, agora trata-se de compreender as contra-narrativas indígenas, entendidas aqui como uma forma de insurgência a essa cascata de imagens negativas coladas aos povos indígenas nesses quinhentos e vinte anos de colonização. Assim, trata-se de dar um passo além na análise e se voltar não para o que os brancos³ falam (negativamente) e pensam (fantasiosamente) sobre os indígenas, mas compreender e ouvir o que os indígenas pensam e falam sobre e para os brancos.

As coordenadas desse ensaio seguem então pela proposta de inventar um conceito (DELEUZE E GUATARRI, 2010), ou com mais modéstia, uma categoria, para compreender as insurgências simbólicas e pragmáticas, orais e escritas, performáticas e reflexivas, filosóficas e artísticas dos povos indígenas às formas de exploração, colonização e vulnerabilização do estado capitalista em suas mais diversas faces. Para compreender alguns elementos dessas situações e contextos utilizo as categorias de contra-narrativa e vulnerabilidade, que serão explicitadas a seguir. Por ora, basta saber que vulnerabilidade implica resistência (Buttler, 2016) e que as contra-narrativas são as formas como essas resistências são elaboradas esteticamente, discursivamente, imageticamente propondo o reconhecimento de mundos, saberes, estéticas silenciadas, ignoradas, enfim oprimidas pelas narrativas dominantes. Trata-se de um exercício de mapear e compreender narrativas insurgentes, no sentido de que nelas estão contidos gestos de levante (DIDI-HUBERMAN, 2017).

Seguindo Stengers (2015), também esse ensaio almeja ser uma contra-narrativa, se colocando “entre aqueles e aquelas que se dizem herdeiros de uma história de lutas *contra* o estado de guerra perpétua que o capitalismo faz reinar. É a questão de como ser herdeiro dessa história hoje que me faz escrever” (STENGERS, 2015, p. 17; grifo do autor) e, por conseguinte, me posicionar ao lado dos vencidos, dos

3 “Branco é um conceito *político*, não cromático ou “racial”, ainda que a escolha da cor branca nada tenha de arbitrário no batismo do conceito. (...) As palavras índias que os índios traduzem por “branco” têm vários significados descritivos, mas um dos mais comuns é “*inimigo*”, como no caso do yanomami *napë*, do kayapó *kuben* ou do araweté *awin*. Ainda que os conceitos índios sobre a inimizade, ou condição de inimigo, sejam bastante diferentes dos nossos — ou o eram até chegarem os brancos —, não custa registrar que a palavra mais próxima que temos para traduzir diretamente essas palavras indígenas seja esta mesma: “inimigo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015:57).

vulnerabilizados, daqueles massacrados, que existem por que resistem. Como afirma Benjamin (1994, p. 226), “a tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade”. É nessa tradição que este ensaio se insere, e a categoria de contra-narrativa corresponde a uma pequena contribuição na construção de um conceito que corresponda às contra-verdades dos povos indígenas.

O ensaio está dividido em duas partes. A primeira parte é um exercício de definição conceitual da noção de contra-narrativa, a partir de reflexões já existentes sobre o prefixo “contra” e sua potência enquanto definidor de teorias que se opõem, criticamente, às narrativas dominantes. Já na segunda parte, esse trabalho de definição alcança os universos indígenas tematizados com mais profundidade através das obras seminais de Davi Kopenawa (2015) e Ailton Krenak (2019), ambas se posicionando contra as possibilidades do “fim do mundo” impetradas pelas sociedades capitalistas.

Como pano de fundo a essas duas partes está uma leitura particular da noção de vulnerabilidade enquanto resistência encontrada nos trabalhos de Judith Butler (2018; 2016; 2011), importante para compreender as formas estéticas, políticas e éticas das contra-narrativas indígenas. Um dos pontos centrais dos escritos da autora permite entender que “vulnerabilidade implica em resistência na medida em que corpos, ao exibirem essa vulnerabilidade, encenam uma resistência aos poderes instituídos, reconfigurando a gramática do reconhecimento” (DEMETRI, 2018, p. 07). A ideia de contra-narrativa defendida aqui nomeia justamente as respostas às situações extremas e históricas de vulnerabilidade a que estão expostos os povos indígenas no Brasil.

Narrativas e contra-narrativas

A ideia de contra-narrativa me surgiu em um contexto teórico de descolonização do pensamento (SEGATO, 2013), a partir das reflexões em torno do conceito de narrativa, proposto como um dos conceitos norteadores do projeto coletivo que originou essa coletânea. Ao refletir

sobre as narrativas construídas pelos grupos hegemônicos como sinônimos de uma ordem social estabelecida, normalizada e naturalizada, me questionei sobre como seriam as reações dos povos indígenas a essas “*master narratives*” (BAMBERG, 2004). Ou seja, quais e como seriam suas reações às narrativas que, como diria Butler (2011), afirmam que suas vidas valem menos que as vidas daquelas pessoas contempladas ou adaptadas às narrativas hegemônicas? A essas perguntas, somaram-se outras: se como afirma Canclini (2002, p. 50), “a imprensa, o rádio e a televisão contribuem para reproduzir mais do que para alterar a ordem social”, como e por meio de quais mídias, gestos, performances, enfim, contra-narrativas, os povos indígenas reagem à perpetuação dessa ordem social colonizadora e racista?

Pensar a noção de contra-narrativa impõe de início duas reflexões conjuntas: uma sobre a própria ideia de narrativa; e a outra sobre o prefixo “contra”. Em relação ao conceito de narrativa é preciso, antes de tudo, atentar para sua multiplicidade. Em termos formais, uma narrativa pode ser oral ou escrita, pode ser uma peça de teatro, um filme, uma performance, pode estar expressa em um livro, em uma entrevista, em uma notícia de jornal, em uma postagem no *Facebook*, em uma obra de arte, enfim, em uma infinidade de formas estéticas possíveis. Essa polivalência da narrativa precisa ser retida aqui, pois ela também marcará a noção de contra-narrativa, já que esta última está, nesse sentido, submetida às nuances, estilos e formas narrativas. As contra-narrativas são também narrativas e, por isso mesmo, guardam toda multiplicidade presente nesse conceito.

Por outro lado, e seguindo Castells (2013), estou interessado na percepção de que existem nas sociedades modernas, colonizadoras e capitalistas narrativas dominantes produzidas pelos grupos que detêm o poder e imprimem nelas seus valores e interesses.

Parto da premissa de que as relações de poder são constitutivas da sociedade porque aqueles que detêm o poder constroem as instituições segundo seus valores e interesses. O poder é exercido por meio da coerção (o monopólio da violência, legítima ou não, pelo controle do Estado) e/ou pela constrição de significado na mente das pessoas, mediante mecanismos de manipulação sim-

bólica. As relações de poder estão embutidas nas instituições da sociedade, particularmente nas do Estado. Entretanto, uma vez que as sociedades são contraditórias e conflitivas, onde há poder, há também contra-poder – que considero a capacidade dos atores sociais de desafiar o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses. (...). A verdadeira configuração do Estado e de outras instituições que regulam a vida das pessoas depende dessa constante interação entre poder e contrapoder. (CASTELLS, 2013, p. 08)

O conceito de contra-poder estabelecido por Castells é, portanto, constitutivo das sociedades modernas, coloniais capitalistas e se estabelece como ponto de resistência àqueles que detêm o poder e que moldam as instituições segundo seus valores e interesses. Nessa assertiva, descortina-se também a importância das contra-narrativas, uma vez que elas são produções simbólicas que questionam o poder instituído, interferindo na “forma como as pessoas pensam” (CASTELLS, 2013, p.09), propondo significados diversos, propondo novas gramáticas de reconhecimento social.

Coerção e intimidação, baseadas no monopólio estatal da capacidade de exercer a violência são mecanismos essenciais da vontade dos que controlam as instituições da sociedade. Entretanto, a construção de significados na mente das pessoas é uma fonte de poder mais decisiva e estável. A forma como as pessoas pensam determina o destino de instituições, normas e valores sobre os quais a sociedade é organizada. Poucos sistemas institucionais podem perdurar baseados unicamente na coerção. Torturar corpos é menos eficaz do que moldar mentalidades. Se a maioria das pessoas pensa de maneira contraditória em relação aos valores e normas institucionalizados em leis e regulamentos aplicados pelo Estado, o sistema vai mudar, embora não necessariamente para concretizar as esperanças dos agentes da mudança social. É por isso que a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significados na mente das pessoas. (CASTELLS, 2013, p. 09)

As contra-narrativas, são, assim, uma resposta imediata às narrativas

hegemônicas ou dominantes, uma vez que propõem a construção de novos significados. São narrativas levantes (DIDI-HUBERMAN, 2017), no sentido de que são produzidas por grupos vulnerabilizados que se negam a aceitar esses estereótipos e esquemas dicotômicos e se levantam contra elas por meio de manifestações diversas como palavras, performances, obras de arte, livros, músicas, intervenções culturais e políticas, ocupações, trazendo à tona significados diferentes sobre suas trajetórias e histórias de vida, assumindo, enfim, seus lugares enquanto sujeitos de suas histórias, desconstruindo e rebatendo as construções simbólicas hegemônicas disseminadas na sociedade e cultura brasileira e impregnadas de racismo e sexismo (GONZALEZ, 1979). De modo bastante didático, pode-se dizer que as contra-narrativas desmantelam as “histórias únicas” (ADICHIE, 2019), possibilitando o reconhecimento do pluralismo histórico (SEGATO, 2013) condizente com a multiplicidade de povos e sociedades existentes e que devem ser ouvidas e não silenciadas pelos poderes instituídos.

A antropologia está repleta de exemplos da desconstrução da história única e de produção de inter-historicidades (SEGATO, 2013). Um deles surge com a ideia de “contra Estado” apresentada pelo etnólogo francês Pierre Clastres e retirada do conhecimento imemorial guarani sobre política. A partir do pensamento político Guarani, Clastres (2003) apresentou a ideia de que ao invés de “não” terem Estado, os povos indígenas são contra o Estado, quer dizer: contra a unificação e centralização do poder em uma única instituição ou pessoa, contra a ideia de representação política tão comum nas democracias ocidentais. Por meio da filosofia política guarani, o autor propõe, então, uma revolução copernicana nas ciências sociais, retirando o Estado do centro da teoria social e política ao demonstrar que existem sociedades que não orbitam em torno do seu poder centralizador, mas preferem fragmentá-lo em formas de poder organizadas em torno do parentesco, dos rituais e das redes comunitárias. A potência conceitual dessa obra de Clastres e que gostaria de reter aqui é o seu aspecto contra colonial, no sentido de que as formas políticas indígenas não são compreendidas pela falta do Estado, mas pela sua negação em prol de outras formas de organização social e política. Surge, assim, um pluralismo de socialidades, políticas, históricas

contra o Estado. O efeito dessa posição epistemológica tornou possível o que Clastres denominou uma revolução copernicana na própria antropologia.

Se a antropologia vacila, é porque está no fundo de um impasse, e cumpre portanto mudar de rota (...) A condição [para essa mudança] é renunciar, asceticamente, digamos, à concepção exótica do mundo arcaico, concepção que em última análise determina maciçamente o discurso pretensamente científico sobre este mundo. A condição será nesse caso a decisão de levar a sério o homem das sociedades primitivas, sob todos os seus aspectos e em todas as suas dimensões; inclusive sob o ângulo político, mesmo e, sobretudo, se este se realiza nas sociedades arcaicas como negação do que ele é no mundo ocidental. É necessário aceitar a ideia de que a negação não significa um nada e de que quando o espelho não nos devolve a nossa imagem, isso não prova que não haja nada que observar. (CLASTRES, 2003, p. 16)

Talvez a teoria do “contra” mais conhecida nas ciências sociais seja aquela constituída pelo filósofo Herbert Marcuse (1966) em torno da ideia de contra-cultura. Marcuse cunhou esse termo no bojo dos movimentos pela liberdade social, sexual e racial que ocorreram nas décadas de 1960 e 1970, primeiramente nos EUA e depois na Europa e na América Latina. Eram movimentos que lutavam contra o *status quo*, para usar a terminologia do autor que marcou época nas ciências sociais. Os movimentos contra-culturais propunham novas formas igualitárias e comunitárias de organização social baseadas na horizontalização do poder entre homens, mulheres, negros e brancos, na não violência, bem como formas de organização políticas baseadas em grandes assembleias deliberativas, além de formas de expressão artística como a música, o cinema, o teatro. Propunham, inclusive, outra estética corporal contra os padrões de beleza padronizados pelo ocidente: os homens com cabelos e barbas longas, mulheres com cabelos curtos, pelos corporais também longos. A expressão contra-cultura criada por Marcuse, tornou-se amplamente disseminada como sinônimo de pessoas e movimentos que se levantam contra a normalização do poder e da forma de vida capitalista-ocidental-moderna.

Outra inflexão importante e também muito conhecida do uso da terminologia “contra” está presente nas ideias gramscianas de hegemonia e contra-hegemonia. Em resumo, o conceito de hegemonia de Gramsci foi cunhado com o intuito de definir uma forma de dominação consentida, não apenas econômica e política, mas também e, sobretudo, social e cultural, onde, parafraseando Marx, a cultura da classe dominante (branca e capitalista) é a cultura hegemônica nas sociedades modernas. Segundo Góes:

A ideia de hegemonia chega aos nossos dias com o sentido de dominação por consentimento. Para o pensador italiano Antônio Gramsci, a ideia de hegemonia vai além do aspecto político, englobando também o cultural, ideológico e moral. Na ótica gramsciana, coexistem outras determinantes como a cultura, a produção da fantasia, a arte, a religião, a filosofia e a ciência que se articulam junto à política e a economia para a produção de um pensamento determinante e dominante. É um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida, um senso de realidade para a maioria das pessoas na sociedade, uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes. (2007, p. 02)

Por conseguinte, a contra-hegemonia é a oposição a todas essas formas de dominação, em conjunto com a proposição de formas de vida, em geral, igualitárias, novas ou já existentes. Como bem atentou Loria:

por contra-hegemônico, designa-se um projeto cultural, social e político que pode se embater e se enfrentar contra a hegemonia burguesa, elitista e contra a colonialidade do saber e do poder. As narrativas hegemônicas simbolizam o poder, cuja crítica e desobediência manifestam-se através da criação de instrumentos de materialização do contra-poder, isso são, por exemplo, as contra-narrativas. Portanto onde há poder, há contra-conduta, há contra-ação e desse modo há contra-narrativas. (2017, p. 93)

Na pesquisa de Loria (2017) encontrei um raro trabalho de definição do conceito de contra-narrativa. Compartilho com a autora a percepção de que existe uma lacuna nas ciências sociais a respeito dele.

O conceito de contra-narrativa esteve abordado levemente (e não diretamente) nas ciências sociais e humanas, particularmente nas áreas da teoria crítica literária, nas ciências políticas, na sociologia, na educação, nos estudos feministas, pós-modernos e pós-coloniais. Consta-se que seu enquadramento conceitual e teórico é escasso. (LORIA, 2017, p. 91)

Diante dessa escassez é que se faz necessário buscar alternativas conceituais nos autores que utilizam a noção de “contra” para pensar as contra-narrativas e seus contextos específicos de produção de significado, atuação e efetuação. Loria faz isso a partir da contextualização das contra-narrativas nas periferias urbanas por meio de estudos de caso sobre coletivos de arte no Rio de Janeiro (Brasil) e Lisboa (Portugal). Sua preocupação é entender como esses coletivos constroem contra-narrativas por meio da arte em contextos periféricos, produzindo também contra-imaginários.

A contra-narrativa surge para contrastar de uma forma crítica as leituras hegemônicas e dominantes, no intento de confrontá-las, oferecendo assim significados politizados e críticos sobre um dado fenômeno, nesse caso, as periferias urbanas. O contra-imaginário é o que surge como consequência dos efeitos das contra-narrativas: novas histórias se narram sobre essas realidades; portanto, novos imaginários surgem sobre esses contextos, constituídos desse modo por novas visões do mundo, novas representações, novos símbolos, novas ideologias. (LORIA, 2017, p. 24)

Assim, onde há contra-imaginário, há contra-narrativa, e vice-versa, ambos atuando na guerra simbólica que nos fala Castells (2013). Um exemplo do uso das redes como contra-poder me chegou no dia 16 de agosto de 2019. Ao entrar na minha *time line* do Facebook encontrei um *post* do artista Denilson Baniwa denunciando um vídeo promocional da *Todeschini*, uma conhecida loja brasileira de *design* de interiores. No vídeo, o *designer* Edson Marques, responsável pela decoração da “casa amazônica”, um dos projetos da loja, afirmou: “a gente partiu da premissa de uma casa amazônica. A gente chamou a *Todeschini* e pediu

a ela painéis aonde a gente tensionava (sic) colocar quadros com referências amazônicas, mas não aquelas de índios, mas sim de pessoas”⁴.

Ao tomar conhecimento do vídeo e da declaração racista do *designer* Denilson Baniwa publicou nas redes sociais:

Eu poderia estar dormindo, mas não! São 3:15 da manhã e eu aqui tendo que ouvir esse tipo de coisa. O racismo diário e estrutural que nos faz pensar em que lugar vivemos, eu sou do Norte, eu vim do Norte onde a grande maioria é Indígena, mas é onde também mais se nega esse sangue. Se ser pessoa (gente) é ser a representação branca européia colonizadora, eu não sou pessoa (gente) não. Eu sou bicho! Eu sou bicho, eu sou animal, eu sou fera! Eu faço parte dos não-pessoa que com o próprio sangue construiu o Brasil. Não existe casa amazônica senão a Indígena, não existe gente amazônica senão a Indígena, não existe arte amazônica senão a Indígena. Então me diz, o que esse racista tá falando? O-QUE-ESSE-RACISTA-ESTÁ-FALANDO?? (BANIWA, 2019).

Além de escrever o texto acima, Denilson Baniwa produziu uma intervenção no vídeo em que a declaração racista aparecia, editando-o de modo que a fala preconceituosa fosse repetida à exaustão. Além disso, o artista inseriu legendas no vídeo, dando ainda mais visibilidade à declaração racista do *designer* da *Todeschini*. O *post* e o vídeo não só respondem ou denunciam o discurso racista, mas impõem uma contra-narrativa e, por conseguinte, cria uma contra-discursividade imediata ao acontecimento, produzindo um gesto de levante midiático, uma insurgência narrativa que atua diretamente na proposição de significados que contestam a narrativa do *designer*.

Baniwa denuncia o processo de desumanização cotidiano a que estão submetidas as populações indígenas no país, e que é tão característico do processo colonial. A fala racista do *designer*, ao negar a condição de pessoa à população indígena, é um exemplo da condição de vulnerabilidade a que estão submetidos esses povos. Como afirma Buttler (2011),

4 Disponível em: <https://www.facebook.com/dbaniwa/posts/2384314448295931>. Acesso em: 13 jan. 2020.

vulnerabilidade está estritamente relacionada à des-humanização de populações, cujas vidas podem ser consideradas como “menos que humanas”, como “não-pessoas”. Por isso, a importância da auto-representação, ela por si só, uma contra-narrativa.

Segundo Butler,

Quando consideramos as formas comuns de que nos valem para pensar sobre humanização e desumanização, deparamo-nos com a suposição de que aqueles que ganham representação, especialmente, autorepresentação, detém melhor chance de serem humanizados. Já aqueles que não têm oportunidade de representar a si mesmos correm grande risco de ser tratados como menos que humanos, de serem vistos como menos humanos ou, de fato, nem serem mesmos vistos. (2011, p. 24)

Ao insurgir contra o racismo, Baniwa cria uma narrativa visível, subjetivada. A autorepresentação por meio da fala e da escrita tem sido uma forma contínua de produção de contra-narrativas e de ocupação de espaços de poder. Como afirma Clastres, “toda tomada de poder é uma aquisição de palavra” (2003: 108). É o que encontramos na introdução de *Memórias da Plantação* (2018) de Grada Kilomba;

Escrever este livro foi, de fato, uma forma de transformar, pois aqui eu não sou a “Outra”, mas sim eu própria. Não sou o objeto, mas o sujeito. Eu sou quem escreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político. O poema ilustra o ato da escrita como um ato de tornar-se e, enquanto escrevo, eu me torno narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou. (2018, p. 28)

Como diz Conceição Evaristo (2016, p. 05), “escrever é uma maneira de sangrar”. Escrever, narrar, ritualizar contra a distribuição desigual da humanidade. Escrever enfim, como gesto radical e político de reconhecimento, como forma de tomar o poder de se auto-determinar. Contra-narrativas como transformação decolonial, isto é, como narrativas que expressam, ao mesmo tempo que produzem formas-de-vida contra-

-coloniais. Sujeitos que se tornam, que existem e que resistem por meio das palavras. E tornar-se é opor-se, é a ação de produzir uma narrativa que se levanta contra, ou seja, uma narrativa-levante, que emerge da boca, do corpo e dos gestos daqueles que foram silenciados e que agora falam e escrevem, que se contra-representam.

As contra-narrativas, indígenas ou não, atuam instaurando uma “gramática do reconhecimento”. Elas abrem, como diz Segato, “fissuras que avançam, hoje, desarticulando a colonialidade do poder” (2013, p.106), subvertendo seus significados, se posicionando contra o Estado, contra a cultura, contra a hegemonia, contra o poder, contra, enfim, o colonial.

Contra-narrativas para adiar o fim do mundo

Apresentadas as linhas conceituais do projeto, interessa agora traçar alguns campos de atuação das contra-narrativas indígenas contemporâneas que serão posteriormente aprofundadas por meio de pesquisas etnográficas e bibliográficas. Início destacando a potencialidade das contra-narrativas em dois livros publicados recentemente por autores indígenas para os leitores não indígenas. Trata-se das obras *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami* (KOPENAWA E ALBERT, 2015) e *Ideias para adiar o fim do mundo* (KRENAK, 2019). Duas obras particulares, com espaços e tempos distintos, com durações e reflexões diversas, mas que sem dúvida conversam entre si, oferecendo chaves de reflexões alternadas, como num diálogo em que problemas comuns se resolvem na diferença que se soma e não se separa.

Encontro nas contra-narrativas tanto de Kopenawa (2015), quanto de Krenak (2019) a potência de:

alterar as coordenadas que definem um campo de associações já dadas entre vulnerabilidade, graus de conhecimento, incapacidades e falta de consciência, que terminam por recair na culpabilização, estigmatização e na própria produção de uma certa vulnerabilidade das ditas “populações vulneráveis”, que tanto se desejava combater. Fazê-la emergir então como resistência, intuição, não saber, encontro de heterogêneos, formação de coleti-

vos aberrantes, abertura ao novo, possibilidade de vida, ocasião efetiva de se deixar afetar pela matéria frágil dos seres-corpos-coisas do mundo e de produzir a permeabilidade necessária para a invenção e a vida, pois não se pensa e não se cria sem se deixar vulnerável como a terra. (DIAS, 2016, p. 05)

Davi Kopenawa é um xamã e ativista do povo yanomami. No decorrer de sua história de vida, ele tem sofrido ameaças de morte por se levantar e falar contra a invasão das terras yanomami por garimpeiros e, mais do que isso, contra os efeitos nefastos à natureza proporcionados pela forma-de-vida capitalista. Suas “palavras dadas”, que se dirigem aos brancos devem ser compreendidas como uma contra-narrativa, ou como diz Viveiros de Castro, uma contra-antropologia.

A queda do céu é um ‘objeto’ inédito, composto e complexo, quase único em seu gênero. Pois ele é, ao mesmo tempo: uma biografia singular de um indivíduo excepcional, um *sobrevivente* indígena que viveu vários anos em contato com os Brancos até reincorporar-se a seu povo e decidir tornar-se um xamã; uma descrição detalhada dos fundamentos poético-metafísicos de uma visão do mundo da qual só agora começamos a reconhecer a sabedoria; defesa apaixonada do direito a existência de um povo nativo que vai sendo engolido por uma máquina civilizacional incomensuravelmente mais poderosa; e, finalmente uma contra antropologia arguta e sarcástica dos Brancos, o ‘povo da mercadoria’, e de sua relação doentia com a Terra – conformando um discurso que Albert (1993) caracterizou, lapidarmente, como uma ‘crítica xamânica da economia política da natureza’. (2015, p. 27)

Ao falar dos brancos e para os brancos, Kopenawa oferece uma contra-versão da sociedade capitalista conduzida por um povo “amante das mercadorias”, morando em suas casas de pedra, cujos espaços estão repletos de objetos acumulados.

Mas os brancos são gente diferente de nós. Devem se achar muito espertos porque sabem fabricar multidões de coisas sem parar. Cansaram de andar e, para ir mais depressa, inventaram a bicicleta. Depois acharam que ainda era lento demais. Então inven-

taram as motos e depois os carros. Aí acharam que ainda não estava rápido o bastante e inventaram o avião. Agora eles têm muitas e muitas máquinas e fábricas. Mas nem isso é o bastante para eles. Seu pensamento está concentrado em seus objetos o tempo todo. Não param de fabricar e sempre querem coisas novas. E assim, não devem ser tão inteligentes quanto pensam que são. Temo que sua excitação pela mercadoria não tenha fim e eles acabem enredados nela até o caos. Já começaram há tempos a matar uns aos outros por dinheiro, em suas cidades, e a brigar por minérios ou petróleo que arrancam do chão. Também não parecem preocupados por nos matar a todos com as fumaças de epidemia que saem de tudo isso. Não pensam que assim estão estragando a terra e o céu e que nunca vão poder recriar outros. Suas cidades estão cheias de casas em que um sem-número de mercadorias fica amontoado, mas seus grandes homens nunca as dão a ninguém. Se fossem mesmo sábios, deveriam pensar que seria bom distribuir tudo aquilo antes de começar a fabricar um monte de outras coisas, não é? Mas nunca é assim! Quando os visitamos na cidade, quando é que os ouvimos dizer: “Levem todos os facões e panelas que estão vendo! Não quero deixá-los aqui envelhecendo por mais tempo! Distribuam entre os seus de graça e falem a eles de mim!”? Ao contrário, os brancos costumam empilhar seus bens de modo mesquinho e guardá-los trancados. Por sinal, sempre levam com eles muitas chaves, que são as das casas em que escondem seus pertences. Vivem com medo de ser roubados. E, ao final, só os dão com muita má vontade, ou sobretudo os trocam por peles de papel que também acumulam, pensando em se tornar grandes homens. Devem pensar, com satisfação: “Faço parte do povo da mercadoria e das fábricas! Só eu possuo todas essas coisas! Sou inteligente! Sou um homem importante, sou rico!” (KOPENAWA E ALBERT, 2015, p. 418-419)

Como não se reconhecer nessas palavras? Ainda está por ser disseminado nas escolas e universidades desse país a potência dessa descrição densa (GEERTZ, 1976) sobre o modo de vida capitalista. É urgente que as próximas gerações de brasileiros se defrontem com as imagens refletidas nesse espelho, que, como diria Clastres, tem muito a ensinar, justo porque não retorna imagens de identidade, mas de diferença, de alte-

ridade: contra-imagens do colonial-capitalismo e suas subjetividades acumuladoras.

A crítica xamânica do capitalismo proposta por Kopenawa tem a proposta de alertar contra a forma de vida insustentável que está disseminada no planeta e que levará ao seu fim.

Não queremos arrancar os minérios da terra, nem que suas fumaças de epidemia acabem caindo sobre nós! Queremos que a floresta continue silenciosa e que o céu continue claro, para podermos avistar as estrelas quando a noite cai. Os brancos já têm metal suficiente para fabricar suas mercadorias e máquinas; terra para plantar sua comida; tecidos para se cobrir; carros e aviões para se deslocar. Apesar disso, agora cobiçam o metal de nossa floresta, para fabricar ainda mais coisas, e o sopro maléfico de suas fábricas está se espalhando por toda parte. Os espíritos do céu que chamamos hutukarari ainda estão segurando seu peito longe de nós. Porém, mais adiante, depois que eu e os outros xamãs morrermos, talvez sua escuridão desça sobre nossas casas e, então, os filhos de nossos filhos não verão mais o sol. (KOPE-NAWA E ALBERT, 2015, p. 420)

Percepção similar é atestada por Ailton Krenak em seu livro recente *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), que constitui outro exemplo do que estou denominando contra-narrativas indígenas. As perguntas lançadas por Krenak são fundamentais, questionando as narrativas dominantes e apresentando posições contra-hegemônicas:

Como os povos originários do Brasil lidaram com a colonização, que queria acabar com o seu mundo? Quais estratégias esses povos utilizaram para cruzar esse pesadelo e chegar ao século XXI ainda esperneando, reivindicando e desafiando o coro dos contentes? Vi as diferentes manobras que os nossos antepassados fizeram e me alimentei delas, da criatividade e da poesia que inspirou a resistência desses povos. A civilização chamava aquela gente de bárbaros e imprimiu uma guerra sem fim contra eles com o objetivo de transformá-los em civilizados que poderiam integrar o clube da humanidade. (...) Eles não se renderam porque o programa proposto era um erro: “A gente não quer essa roubada”. E os caras: “Não, toma essa roubada. Toma a Bíblia,

toma a cruz, toma o colégio, toma a universidade, toma a estrada, toma a ferrovia, toma mineradora, toma a porrada”. Ao que os povos responderam: O que é isso? Que programa esquisito! Não tem outro, não? (KRENAK, 2019, p. 30)

A contra-narrativa produzida pelo autor está questionando um conceito de humanidade que exclui as formas de vida dos povos indígenas, que humaniza des-humanizando, que, como afirma Segato, “entrega com uma mão o que já tirou com a outra” (2013, p. 110), produzindo vulnerabilização.

Essa estratégia de dominação colonial é contemporânea, é um acontecimento cotidiano nas vidas dos povos indígenas afetados pelo Estado e seus projetos coloniais. Um bom exemplo é o que ocorreu e ainda ocorre em torno da construção da usina de Belo Monte, na cidade de Altamira, no sul do Pará. Citando relatórios oficiais, a jornalista Eliane Brum afirma:

A partir de setembro de 2010, com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, os indígenas passaram a receber cestas de alimentos, composta por alimentos não perecíveis e industrializados. Com isso os indígenas deixaram de fazer suas roças, de plantar e produzir seus próprios alimentos. Porém, em setembro de 2012, tal ‘benefício’ foi cortado, os indígenas ficaram sem o fornecimento de alimentos e já não tinham mais roças para colher o que comer, o que levou ao aumento do número de casos de crianças com Peso Baixo ou Peso Muito Baixo Para a Idade, chegando a 97 casos ou 14,3%. Em outro ponto do documento, o aumento dos casos de “doença diarreica aguda” em 2010 é relacionado à atuação da Norte Energia nas aldeias: “Em 2010 registramos um aumento considerável, já que numa população de 557 crianças menores de 5 anos ocorreram 878 casos, o equivalente a 157% dessa população ou 1.576,3 para cada 1.000 crianças. (...) Mudanças nos hábitos alimentares com a introdução de alimentos industrializados oriundos de recursos financeiros das condicionantes para construção da hidrelétrica de Belo Monte é outro fator contribuinte para o alto índice existente (BRUM, 2019, s/p).

“Que programa esquisito! Não tem outro, não?”, afirma ironicamente Krenak (2019, p.30). É esse programa estatal de vulnerabilização que os povos indígenas que estão no Brasil receberam, recebem e receberão. Negar esse programa é se assumir fora dessa “humanidade”, é se posicionar, como também o fez Denilson Baniwa na postagem mencionada acima, contra uma humanidade, cujo sentido se alinha à ideia de civilização e, mais ainda, de capitalismo.

Tanto Kopenawa (2015) quanto Krenak (2019), assim como Baniwa (2019), propõem falar então de uma contra-humanidade, crítica e condizente com as formas de vida indígenas, vinculadas, enfim, à Terra.

Enquanto isso, a humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a Terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes – a sub-humanidade. Por que tem uma humanidade, vamos dizer, bacana. E tem uma camada mais bruta, rústica, orgânica, uma sub-humanidade, uma gente que fica agarrada na terra. A organicidade dessa gente é uma coisa que incomoda, tanto que as corporações têm criado cada vez mais mecanismos para separar esses filhotes da terra de sua mãe. (KRENAK, 2019, p. 22)

O que o autor está chamando ironicamente de “sub-humanidade” dialoga com a definição de indígena, tal como formulada por Viveiros de Castro, pois que constrói uma relação

vital, originária, com a terra, com o lugar em que se vive e de onde se tira seu sustento, onde se *faz a vida* junto com seus parentes e amigos. Ser indígena é ter como referência primordial a relação com a terra em que nasceu ou onde se estabeleceu para fazer sua vida, seja ela uma aldeia na floresta, um vilarejo no sertão, uma comunidade de beira-rio ou uma favela nas periferias metropolitanas. É ser parte de uma comunidade ligada a um lugar específico, ou seja, é integrar um povo. Ser cidadão, ao contrário, é ser parte de uma população controlada (ao mesmo

tempo “defendida” e atacada) por um Estado. O indígena olha para baixo, para a Terra a que é imanente; ele tira sua força do chão (...) *Pertencer à terra, em lugar de ser proprietário dela, é o que define o indígena*. E nesse sentido, muitos povos e comunidades no Brasil, além dos índios, podem se dizer, porque se sentem, indígenas muito mais que cidadãos. (CASTRO, 2016, p. 04-05)

Essa definição interessada e interessante de indígena está presente em uma cena marcante do cinema brasileiro contemporâneo, no filme *Terra Vermelha* (2008). Em certo momento da trama, o protagonista indígena, em um gesto de levante, uma performance contra-narrativa, se impõe, literalmente, comendo a terra de seus ancestrais. A cena estabelece uma diferença crucial entre o “dono” da propriedade, ou seja, branco, gaúcho e proprietário, e aqueles que, ao contrário, pertencem à terra, tendo com ela relações subjetivas que vão muito além da sua objetivação e exploração mercadológica. Momentos antes desse gesto, o gaúcho armado e com seus capangas esbravejava contra o indígena Guarani Kaiowá, dizendo que naquela terra se plantava comida, que ali seus antepassados tinham alimentado muitas gerações e que a tinha recebido de herança, que, enfim, a terra era dele e não dos Guarani. Impávido ao chilique do gaúcho, o protagonista se abaixa lentamente, toma um punhado de terra vermelha no chão, se levanta no mesmo ritmo e, diante da face suada e branca do colonizador, leva a mão à boca e mastiga lentamente a terra, como que dizendo, “eu sou a terra”, “a terra não é minha, ao contrário, eu sou parte dela e ela é parte mim”. A terra, diria o protagonista, não se vende nem se compra, porque a terra é gente, é sujeito, é parente.

A potência dessa cena se alinha às contra-narrativas de Kopenawa (2015) e Krenak (2019) que abrem fissuras nas histórias únicas (ADICHIE, 2019), questionando uma única forma-de-vida possível e apresentando mundos onde as pedras e as montanhas se comunicam com os humanos.

Li uma história de um pesquisador europeu do começo do século XX que estava nos Estados Unidos e chegou ao território dos Hopi. Ele tinha pedido que alguém daquela aldeia facilitasse o encontro dele com uma anciã que ele queria entrevistar. Quando foi encontrá-la, ela estava parada perto de uma rocha. O pesqui-

sador ficou esperando até que falou: “ela não vai conversar comigo, não?”. Ao que seu facilitador respondeu: “Mas é uma pedra.” E o camarada disse: “Qual é o problema?” (KRENAK, 2019, p. 18)

Essas formas de vidas outras devem ser compreendidas em seu sentido filosófico e epistemológico como saberes que descolonizam as ciências sociais, porque, como afirma Clastres (2003), negam os conceitos ocidentais, propondo reflexos outros no espelho da alteridade. Por isso, as contra-narrativas aqui trabalhadas não devem ser entendidos como, “folk”, “folclore” ou “cultura”, em seu sentido engessado e inerte, tão comum ao iluminismo antropológico (SAHLINS, 1997).

Neste sentido, Krenak lança perguntas fundamentais:

Assim como aquela senhora hopi que conversava com a pedra, sua irmã, tem um monte de gente que fala com montanhas. No Equador, na Colômbia, em algumas dessas regiões dos Andes, você encontra lugares onde as montanhas formam casais. Tem mãe, pai, filho, tem uma família de montanhas que troca afeto, faz trocas. E as pessoas que vivem nesses vales fazem festas para essas montanhas, dão comida, dão presentes, ganham presentes das montanhas. Porque essas narrativas não nos entusiasmam? Porque elas vão sendo esquecidas e apagadas em favor de uma narrativa globalizante, superficial, que quer contar a mesma história para a gente? (KRENAK, 2019, p. 19)

Por que são contra-narrativas. Por que abrem fissuras na colonialidade do poder. Porque se colocam contra as narrativas globalizantes, superficiais, estereotipadas que, como diz Chimamanda, são unilaterais, silenciando as potências criativas e críticas (ADICHIE, 2019). Os livros de Kopenawa (2015) e Krenak (2019) estão aí para que o entusiasmo continue, para que os povos indígenas e seus mundos possíveis continuem falando com as pedras e com os espíritos, continuem sangrando com as palavras, transformando, enfim, vulnerabilidade em resistência.

(Des)considerações finais

Como diz a frase célebre de seu livro, Krenak (2019) vê nas (contra) narrativas um modo de adiar o fim do mundo: “a minha provocação de poder adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim” (2019, p. 15). Davi Kopenawa, que roda o Brasil e o mundo alertando os brancos sobre a fatal “queda do céu”, envereda por caminho similar em suas palavras xamânicas:

Eu não tenho velhos livros como eles [os brancos], nos quais estão desenhadas as histórias dos meus antepassados.’ As palavras dos xapiri estão gravadas no meu pensamento, no mais fundo de mim. São as palavras de Omama. São muito antigas, mas os xamãs as renovam o tempo todo. Desde sempre, elas vêm protegendo a floresta e seus habitantes. Agora é minha vez de possuí-las. Mais tarde, elas entrarão na mente de meus filhos e genros, e depois, na dos filhos e genros deles. Então será a vez deles de fazê-las novas. Isso vai continuar pelos tempos afora, para sempre. Dessa forma, elas jamais desaparecerão. Ficarão sempre no nosso pensamento, mesmo que os brancos joguem fora as peles de papel deste livro em que elas estão agora desenhadas; mesmo que os missionários, que nós chamamos de “gente de Teosi”, não parem de dizer que são mentiras. Não poderão ser destruídas pela água ou pelo fogo. Não envelhecerão como as que ficam coladas em peles de imagens tiradas de árvores mortas. Muito tempo depois de eu já ter deixado de existir, elas continuarão tão novas e fortes como agora. São essas palavras que pedi para você fixar nesse papel, para dá-las aos brancos que quiserem conhecer seu desenho. Quem sabe assim eles finalmente darão ouvidos ao que dizem os habitantes da floresta, e começarão a pensar com mais retidão a seu respeito? (KOPENAWA E ALBERT, 2015, p. 466)

As palavras tanto de Krenak (2019) quanto de Kopenawa (2015) parecem levar ao limite as relações entre tempo e narrativa tal como formulados por Ricoeur: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plena quando se torna uma condição da existência temporal”

(2006, p. 93). Krenak se propõe a adiar o fim do mundo contando mais uma história, Kopenawa, por sua vez, quer vê-las sempre renovadas pelas gerações de Yanomami que virão para continuar com a potência das palavras, tão fundo que talvez, finalmente, os brancos ouvirão. Tempo e narrativa se entrelaçam em uma proposição contra “o fim do mundo”, que é uma metáfora para o fim do tempo como possibilidade de narração.

A narrativa torna-se assim contra-narrativa e “alcança a sua significação plena” como condição de existência radical, temporal dos povos que pela colonização tiveram seus “mundos despedaçados” (ACHEBE, 2007), mas adiaram seu fim, contando novas, velhas histórias, se reinventando como povos da Terra, inserindo outros contra-tempos para fora do tempo colonial.

Referências

ACHEBE, Chinua. *O mundo se despedaça*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

ADICHIE, Chimamanda. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

BAMBERG, Michael. “Considering counter narratives”. In: BAMBERG, Michael; ANDREWS, Molly. (Eds.), *Considering counter narratives: Narrating, resisting, making sense*. Amsterdam: John Benjamins, 2004.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994

BRUM, Eliane. “Lula livre sim, mas sem fraudar a história”. In: *El país*, 2019.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. “Rethinking Vulnerability and Resistance”. In: BUTTLER, Judith; GAMBETTI, Zeynepp; SABSAY, Leticia. *Vulnerability in resistance*. Durham: Duke University Press, 2016.

_____. *Vida precária*. Contemporânea– Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, 2011.

CANCLINI, Nestor. “Cidades e Cidadãos Imaginados pelos Meios de Comunicação”. *Opinião pública*, Campinas, Vol. VIII, nº1, 2002.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: os movimentos sociais da era da internet*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2013.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: ensaios de antropologia política*. São Paulo: Casac & Naif, 2003.

DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. *O que é a filosofia?* São Paulo: Ed. 34, 2010.

DEMARCHI, André. *Contra-narrativas indígenas: vulnerabilidades e resistências*. Projeto de pesquisa. UFT: 2019.

DEMARCHI, André e MORAIS, Odilon. “Mais algumas ideias equivocadas sobre os índios ou o que não deve mais ser dito sobre eles”. In: Pinheiro, Reijane. (Org.). *Povos Indígenas do Tocantins: Desafios contemporâneos*. Palmas: Ed. Nagô, 2015.

DEMETRI, Felipe. *Corpos despossuídos: vulnerabilidades em Judith Butler*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2018.

DIAS, Susana; RODRIGUES, Carolina; GODOY, Ana. “Carta de Apresentação: Vulnerabilidades”. *ClimaCom*, n. 05, 2016.

DIDI-HUBERMAN, G. *Levantes*. São Paulo: Sesc-SP, 2017.

EVARISTO, Conceição. *Olhos D'água*. São Paulo: Ed. Pallas, 2016.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação da Cultura*. São Paulo: FTD, 1973.

GÓES, Leonardo. “Contra-hegemonia e Internet: Gramsci e a Mídia Alternativa dos Movimentos Sociais na Web”. In: *Anais do IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Nordeste*, Salvador, 2007.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e Sexismo na cultura Brasileira*. ANPOCS, 1979.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2018.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

LORIA, Luana. *Manifestações artísticas como contra-narrativas: estudos de caso das periferias do Rio de Janeiro e Lisboa*. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2017.

MARCUSE, Hebert. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1966.

RICOEUR, Paul. “La vida: um relato em busca de narrador”. *Ágora – Papéis de Filosofia*, v. 25, n. 2, p. 9-22, 2006.

SAHLINS, Marshal. “O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I e II)”. In: *Mana*. v. 3, nº 1, 1997.

SEGATO, Rita. “Gênero e Colonialidade: em busca de chaves de leituras e de um vocabulário estratégico descolonial”. In: *E-cadernos Ces. Epistemologias feministas ao encontro da crítica radical*. 2013

STENGERS, Isabel. *A era das catástrofes*. Ed. CosacNaify, 2015.

TERRA ESTRANGEIRA. Direção: Marco Bechis. Itália/Brasil. 2008. 100 min.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Os involuntários da Pátria”. *Revista Chão de Feira*, 2016.

_____. “O recado da Mata”. In: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

II. Narrativas e violências

CAPÍTULO 4

Narrativas, direito ao tempo e vulnerabilidades

PELLIPY JÁCOME

No ensaio *La vida: un relato en busca de narrador*, Paul Ricoeur (2006) se propõe a discutir maneiras pelas quais os atos de viver e os atos de narrar podem estar, ao mesmo tempo, distanciados e relacionados. Afinal, há uma ligação intrínseca entre tempo e narrativa na produção dos mundos possíveis humanos, mas também há uma série de histórias ou aspectos de histórias à espera de narração e que, mesmo que vividas, ainda não foram postas em relato. Se, como aponta o filósofo francês ao recuperar Sócrates, uma vida não examinada não é digna de ser vivida, nos parece haver um claro componente político que relaciona tempo, narrativa, vidas narradas e vidas não-narradas. Assim, nos perguntamos, como os impactos do regime de historicidade moderno e da colonialidade podem ser pensados na escrita da história e na produção de suas tramas? Seria possível pensar uma política do tempo de histórias vulneráveis?

O objetivo de nosso texto é, num primeiro momento, recuperar a relação entre tempo e relato, explorando as ideias de construção da intriga, do círculo hermenêutico ricoeuriano e de suas formas de

concordância-discordante. Buscamos enfatizar a narrativa não como um gênero textual específico, mas como uma condição humana de experiência do tempo. Essa experiência, acreditamos, não é isenta de hierarquias ou de componentes de coerção, motivos pelo quais, na sequência, gostaríamos de problematizar a produção de narrativas, destacando tensões éticas e implicações políticas que podem ser fatores de vulnerabilização. Nesse sentido, não são poucos os autores que, de diferentes perspectivas anticoloniais, vêm abordando questões relativas às experiências culturais e particulares do tempo (APPADURAI, 2013; 2006; RIVERA, 2018; MBEMBE, 2018) ou que têm se dedicado a denunciar os riscos de histórias totalizantes e/ou homogeneizantes (ADICHIE, 2019; SPIVAK, 2010; KRENAK, 2019). Em muitos deles, há uma crítica severa às consequências geradas por uma concepção unitária, progressiva e linear do tempo.

Parte desse questionamento se dá numa tentativa de propor novas formas de construção e de revisão histórica, em que passado, presente e futuro, menos do que categorias lineares e sucessivas, podem ser vistas de maneiras estratificadas e não necessariamente unidas por um fio comum. Ou seja, vivemos experiências culturais e pessoais diversas, muitas vezes impossíveis, que só são simultâneas se imaginadas do ponto de vista cronológico, mas que podem guardar diversas contemporaneidades e formas próprias de trabalhar os paradoxos do tempo (JÁCOME, MANNA, 2016). O que buscamos, então, é perceber como distintos gestos de *escrita da história* podem iluminar aspectos de um *direito ao tempo* e de novas formas de vislumbrar, no presente, outras relações com passados e futuros.

A narrativa e a inconsistência ontológica do tempo

Na maioria das vezes em que pensamos nas nossas relações temporais, adotamos, com frequência, categorias culturalmente estabilizadas, que nos permitem medir intervalos mais ou menos regulares. Assim, podemos falar da nossa data de nascimento, combinar um encontro às oito horas da noite, planejar a participação em um congresso acadêmico no próximo ano ou saber que a rotina de trabalho deveria começar e encerrar em um horário preestabelecido. Ainda que utilizadas em nosso

cotidiano sem maiores questionamentos, essas marcações cronológicas guardam uma relação que une posições cosmológicas e interpretações culturais muito específicas, permitindo que recordemos e planejem nossas ações. Paradoxalmente fixas e flutuantes, ditas categorias vão estabelecendo, a cada momento, novos ontens, hojes e amanhãs, mas parecem incapazes de responder de maneira mais incisiva “o que é o tempo?”, posto que carregam consigo uma inevitável tautologia.

À pergunta “o que é um dia?”, poderíamos responder que é o tempo que este planeta demora para realizar uma volta completa em seu próprio eixo. Quanto tempo dura essa volta? “24 horas”. “Quanto dura um dia?” Teríamos que responder que dura o tempo do movimento de rotação, que por sua vez corresponde a 24 horas, e que significa também um dia. Essas perguntas (poderíamos repeti-las com meses, anos, minutos ou outros intervalos de medição) se condicionam e se respondem mutuamente, sem explicar, no entanto, a natureza do tempo que aferem. Mas para além disso, também demonstram que, impreterivelmente, o tempo é uma categoria de movimento, a qual não podemos atestar seu começo ou o seu fim, apenas o seu “entre”. Como defende Carvalho (2012, p. 172), “é possível dizer que há dimensões do tempo que vão além das cronológicas, a exemplo das dimensões psicológicas, capazes de tornar tempos cronológicos semelhantes distintos para pessoas diferentes, posto que cada uma está vivenciando experiências de mundo particulares”. Cosmológico, cultural e pessoal, a questão do ser-do-tempo (ele possui uma existência própria? Se sim, onde e como?) nos leva a uma série de aporias na explicação de nossas experiências mundanas.

Há, como identificou Agostinho em suas *Confissões*, uma inconsistência ontológica incontornável, na medida em que falamos do tempo, sem conseguir explicar o seu “como”. Por isso, podemos pensar o tempo em sua negatividade, como algo que não é: o futuro ainda não chegou, o passado não é mais e o presente não permanece; ou em sua positividade, como se algo fosse: as coisas porvir serão, as coisas passadas foram e as coisas presentes são. Ou seja, sabemos e sentimos que ele passa, mas não logramos estabilizar sua extensão ou apontar uma rota precisa do seu “ser”. Transitamos no tempo como agentes e pacientes e tentamos, aporeticamente, medir algo que não deixa de passar.

Ricoeur (1994), ao retomar as reflexões agostinianas, postula que é na passagem e no trânsito que encontramos, simultaneamente, a multiplicidade e o dilaceramento do tempo, motivo pelo qual sofremos as coerções existenciais da reflexão temporal, cujas perguntas não cessam de ruir qualquer possibilidade acerca de uma definição precisa sobre o ser-do-tempo. “O que é o tempo?”, se indaga Agostinho, “se ninguém me pergunta, sei; se quiser explicar a quem me pergunta, já não sei” (Conf. XI, p. 14). Na tentativa, porém, de dar forma às suas inquietações, Agostinho propõe que reflitamos sobre o tempo pelo par *intentio-distentio*, em que a partir de uma intenção, o tempo se distende em nossa alma como memória, atenção e espera. Essa estratificação aponta para o caráter aporético das reflexões temporais e é ressituada por Ricoeur em suas formulações acerca do papel fundante da narrativa na resolução poética desse paradoxo.

Se em Agostinho, a reflexão temporal gera um fluxo interminável de discordâncias (cada resposta atingida pode ser desmoronada por outros questionamentos), Ricoeur vê no conceito de *intriga* (*mythos*) formulado por Aristóteles em sua *Poética*, o triunfo de uma ordenação de acontecimentos. Nessa conceitualização, a intriga enquanto produção de uma *trama* não deve ser confundida como uma estrutura fixa, mas como uma operação que integra elementos dispersos e produz uma identidade dinâmica para uma história narrada. Significa, ao mesmo tempo, uma história imaginária (singular e única) e uma integração a outros fluxos narrativos. Isto é, “a intriga tem a virtude de obter uma história a partir de acontecimentos diversos, ou se preferirmos, transforma os múltiplos acontecimentos em uma história. (...) A narrativa os organiza em um todo inteligível” (RICOEUR, 2006, p. 10, tradução nossa).

Desse modo, como dissemos, o pensamento agostiniano sofre com as inconsistências do tempo, em que as discordâncias não cessam de perturbar qualquer grau de concordância, e o pensamento aristotélico vê na tessitura da intriga o solapamento da concordância pela organização narrativa. Ao combinar as duas perspectivas que, antes, não possuíam relação, Ricoeur postula o conceito de concordância-discordante, demonstrando a dialética aberta da experiência viva, na qual a discordância, própria do tempo, é responsável por arruinar a concordância.

E esta, enquanto estratégia narrativa, surge para reparar a discordância e levar adiante o embate entre elas. Por isso, a arte de compor a intriga consiste em fazer parecer concordante a discordância: “um por causa do outro” predomina sobre o “um depois do outro”. “É na vida que o discordante arruína a concordância, não na arte trágica” (RICOEUR, 1994, p. 72). Nesse sentido, Ricoeur afirma que em qualquer história narrada podemos encontrar, ao menos, duas classes de tempo: a primeira delas tem a ver com uma sucessão discreta e, no limite, indefinida, de acontecimentos (seria sempre possível perguntar durante a contação de uma história: “E depois? E depois?”); a outra tem a ver com a integração e o fechamento de qualquer texto, responsável por dar uma conformação àqueles eventos narrados. Ou seja, extrair uma configuração da simples sucessão.

Essa reflexão nos autoriza a afastar a ideia de narrativa como algo que apenas descreve acontecimentos decorridos ou mesmo como decalque de uma realidade preexistente. Afinal, “compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do accidental, o universal do singular, o necessário ou verossímil do episódico” (RICOEUR, 1994, p. 70). Há, nesse sentido, uma atividade criadora do gesto narrativo que instaura, no campo prático, uma relação imaginária entre inúmeros acontecimentos e faz desse desenrolar uma configuração particular. A tessitura da intriga também fabula a ação e, como afirma Ricoeur, instaura o necessário, compondo, produzindo uma síntese do heterogêneo. É ela que dá algum sentido às aporias do tempo, fazendo-as trabalhar poeticamente: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal” (RICOEUR, 1994, p. 15).

Se podemos pensar em uma imitação, essa seria apenas uma imitação da ação, motivo pelo qual, Ricoeur propõe, ao retomar Aristóteles, uma relação entre a intriga (*mythos*) e a mimese. O que se sugere, desse modo, é um caminho não para resolver as aporias, mas para fazê-las trabalhar produtivamente. A narrativa é, então, uma estratégia humana para enfrentar as discordâncias do tempo e do mundo cosmológico, motivo pelo qual o ato de narrar deve ser entendido como uma solução

poética sempre *temporária* (ANTUNES, 2014). Como aponta Carvalho (2012, p. 173),

As narrativas constituem exatamente o que permite ao tempo ser, independente de sua remissão ao passado, de sua projeção no futuro ou de sua fugacidade no presente. Narrar, portanto, é ação de permanente atualização, é a capacidade humana de tornar a atualidade mais do que um momento que logo em seguida se perderá da memória.

Na retomada do par *mimese-mythos*, Ricoeur formula uma espiral hermenêutica tríplice, capaz de pensar as mediações entre o humano e o mundo (a referencialidade), o humano e outros humanos (comunicabilidade), e o humano e si-mesmo (compreensão de si). Desse modo, a noção de tríplice mimese enfrenta os processos de construção narrativa do real sem desconsiderar as formações culturais que precedem o ato de narrar, bem como o processo de interlocução ativo que lhe é imprescindível:

Mimese I: representa o mundo prefigurado, que diz respeito aos esquemas de representação do real, como pressuposições de verdade, que o leitor tem como dadas. É a narrativa em sua dimensão ética.

Mimese II é o campo da poesis, do mundo configurado, que corresponde às estratégias de criação e de inteligibilidade ao mundo realizadas pelas diferentes instâncias narradoras. É a narrativa em sua dimensão poética.

Mimese III corresponde à refiguração, ou seja, o domínio de intervenção da atividade receptora, que atualiza a configuração de maneira persuasiva e emotiva. É narrativa em sua dimensão estética. (adaptado de FARRÉ, 2004; POZUELO-YVANCOS, 1993)

A espiral hermenêutica ricoeuriana é capaz, nesse sentido, de demonstrar que o trabalho da narração não nasce do nada. A *mimese I*, ao representar um mundo prefigurado, pressupõe a existência de padrões

culturais estabelecidos e de formas narrativas que modulam a produção de novas tramas integradas à ordem diacrônica da história. A tessitura da intriga se daria na passagem entre *mimese I* e *mimese II*, momento de proposição de uma nova síntese do heterogêneo, que representa tanto uma *atualidade*, na medida em que se produz uma nova ação humana na ordem do mundo, como uma *integração*, já que dita ação procede de uma tradição cultural e de certa reserva de tipologia de intrigas. Desse modo, qualquer configuração narrativa envolve necessariamente um processo de ficcionalidade, ou como aponta Ricoeur (1994, p. 101), a abertura do “reino do como-se”.

Isso significa que a tessitura da intriga não é nem tanto uma cópia (tendo em vista que apresenta sempre caracteres de inovação semântica) nem uma novidade sem peias (já que é governada pelo esquematismo da tradição em que se insere). Ao narrar, reunimos elementos dispersos: personagens, sensações, espaços e unimo-los numa história configurada. “A história narrada é uma totalidade temporal e o ato poético é uma mediação entre o tempo como fluxo e o tempo como duração. Algo que dura e permanece através do que escapa e passa” (RICOEUR, 2006, p. 1, tradução nossa). Ao ser mais do que uma mera sucessão de acontecimentos, a narrativa carrega consigo uma série de elementos não-previstos em sua organização, o que impede a ideia de um “todo textual” ou de uma história esgotada. Ao contrário, a concordância-discordante faz com que o ato de narrar só encontre sentido e validação na medida em que estiver desenrolada na temporalidade da vida de um interlocutor, estando condicionada à sua transformação.

Daí a importância da *mimese III*, momento de refiguração da intriga sem a qual não haveria narrativa, na medida em que não haveria realidade produzida a partir dela. A instância de interlocução (que pode se dar face a face ou por outras mediações) se choca com o mundo textual configurado por seus próprios parâmetros e modifica a narrativa a partir de elementos de sua experiência. Um texto é sempre uma configuração provisória de refigurações possíveis, e desse modo, não há hiato entre a expressão e a compreensão, na medida em que os sentidos textuais só existem *em relação*. Por isso, “o texto deve ser encarado não como um artefato para a transmissão de uma realidade, mas antes como uma

mediação complexa para a configuração da mesma” (JÁCOME, 2015, p. 55). Como consequência, a realidade histórica é menos pressuposto e mais tarefa.

Pelo menos três advertências se fazem importantes aos tratarmos das apropriações da espiral hermenêutica ricoeuriana. A primeira delas diz respeito ao caráter virtuoso e interminável das operações de interpretação. A passagem entre as mimeses é um fluxo constante de sedimentação e inovação retroalimentado. A partir do momento em que uma história (fruto de uma configuração cultural peculiar) é configurada e refigurada, ela passa a ser parte dessa pré-figuração, atuando na compreensão de intrigas vindouras. Ou seja, a narrativa não é um “lugar” ou um “objeto” de detenção, mas um meio a ser atravessado em que nem obra nem leitor nem mundo podem sair incólumes. Como sintetiza Ricoeur, “o mundo é o conjunto das referências abertas por todos os tipos de textos descritivos ou poéticos que li, interpretei e amei” (RICOEUR, 1994, p. 123). Assim, aponta o filósofo, é preciso questionar a falsa evidência que diz que a vida se vive e não se narra, na medida em que esta é uma equação simplória entre a vida e o vivido. “Uma vida não é mais do que um fenômeno biológico enquanto não seja interpretada” (RICOEUR, 2006, p. 17, tradução nossa). Uma vida não narrada seria, portanto, um relato à espera do narrador.

A segunda advertência tem a ver com o fato de que a tríplice mimese, apesar de sugerir uma sucessão, não diz de momentos particulares identificáveis. O contato do mundo do texto e do mundo do leitor não prescinde de um mundo pré-figurado; ao contrário, é causa e consequência da possibilidade desse choque. Por isso, a espiral hermenêutica não deve ser confundida como uma etapa metodológica de análise estrutural e nem a narrativa como um gênero textual. Não se trata de identificar os momentos específicos de mimese I, II ou III ou de contrapor narrativa a outras modalidades discursivas. Esses momentos estão necessariamente imbricados e sua relação é indissolúvel; além disso, a narrativa, enquanto condição de experiência humana do tempo, pode abordar diferentes composições no mundo a partir de um “olhar narrativizante” (LEAL, 2013).

A última advertência tem a ver com a posição de mundos possíveis advindos de pré-figurações não complementares, bem como com os silenciamentos dentro de um mesmo regime histórico. Como apontado na formulação de *mimese I*, é sempre em relação a regras culturais que nossas ações no mundo são iniciadas e cotejadas. Isso ajuda a compreender porque um mesmo texto pode ser considerado como ficção num determinado regime sócio-histórico e como realidade objetiva num outro. É também esse conjunto de normas culturais que vai dizer dos aspectos que conferem verossimilhança a uma narrativa, ou caracterizá-la como atrasada, superior, exótica etc. Além disso, dentro de um mesmo regime de historicidade, há aqueles grupos que, tachados como subalternos, veem vulnerabilizados seu direito à voz, com os seus “pôr-em-intriga” tratados como algo sem importância ou que mereceria ser destruído, suplantado. Em ambos os casos, acreditamos, há uma política temporal que opera para permitir/restringir a configuração de narrativas e suas formas de concordância-discordante.

E é justamente sobre esse tema que gostaríamos de refletir acerca de estratégias de silenciamento e mesmo solapamento do direito ao tempo. Se a narrativa é a guardiã do tempo e condição para sua experiência, o que significa a tentativa de homogeneização de fluxos temporais? Assim, de um lado, a narrativa como consonância imposta às aporias do tempo é aquilo que nos permite resolver poeticamente os seus paradoxos; de outro, ela significa também uma “violência da interpretação” e uma hierarquização conflituosa de ordens temporais diversas e irresolúveis. Como reflete Carvalho (2019), a metáfora da tessitura da intriga, num primeiro momento, pode nos levar a imagens romantizadas da tece-lagem, de fios unidos para formar belos objetos dignos de contemplação. Entretanto, adverte o autor, não podemos esquecer também que

Tecer é lidar com agulhas, rocas e outros objetos pontiagudos, que potencialmente ferem, desgastam as mãos, provocam cansaço físico e mental. Tecidos podem provocar alergias, por mais macios, coloridos e atraentes que sejam. Tecer pode implicar submeter-se a condições de trabalho estressantes, desumanas e desumanizadoras. (CARVALHO, 2019, p. 38)

A partir do exposto acima, é possível pensar em fios de alta tensão (CARVALHO, 2019), que podem envolver práticas de rasura, silenciamento, rompimentos e vulnerabilização. Toda formulação narrativa, nesse sentido, gera vidas narradas e vidas não-narradas, fazendo do direito ao tempo uma distribuição desigual. No caso específico deste texto, gostaríamos de deter-nos nas características macro-temporais do regime de historicidade moderno, apresentando suas contradições, bem como alguns empreendimentos teóricos que tentam questionar seus pressupostos e fazer avançar uma política do tempo, quiçá, menos assimétrica.

Narrativas vulneráveis: os sem direito ao tempo do regime moderno

São vários os autores que, pelo menos desde metade do século passado, vêm discutindo os limites da modernidade a partir de diversas matrizes. Como ressalta Bruno Latour (1994), a modernidade possui tantas definições quantos forem os pensadores e jornalistas... Neste capítulo, não nos interessa aprofundar nos meandros do debate acerca dessa episteme, mas apontar para a concepção de tempo que ela engendra. Falamos, portanto, de um *regime de historicidade* que, como defende François Hartog (2013), trata-se de uma maneira específica, socialmente compartilhada, de encadear passado, presente e futuro. No caso da modernidade, ela aponta para uma interpretação que diz de uma aceleração e de várias rupturas, como se aquilo que acontece hoje tivesse que ser suplantado pelo futuro para converter-se em passado. Nesse sentido, o “moderno” é duplamente assimétrico: “assinala uma passagem regular do tempo; assinala um combate no qual há vencedores e vencidos” (LATOURE, 1994, p. 15), estes últimos, os que supostamente teriam ficado para trás. Tendo isso em vista, é importante destacar a modernidade e se seus agentes/pacientes foram capazes de modificar substancialmente os modos pelos quais diferentes agrupamentos humanos (muitas vezes de maneira forçada) experienciam e dão forma às aporias do tempo.

Em seus estudos sobre a constituição moderna, por exemplo, Reinhart Koselleck (2014, 2006) postula que esta poderia ser definida a

partir do acúmulo de indícios de uma nova maneira de conceitualização temporal. Nela, o tempo já não seria mais a forma em que os acontecimentos se desenrolam, na medida em que ele próprio passa a adquirir uma qualidade histórica, dinamizando-se como uma força impulsora de transformação. Há, nesse sentido, uma tentativa de unir temporalidades múltiplas, permitindo deduzir aquilo de que se teve experiência, bem como projetar, em um horizonte móvel, o que se deseja. Como consequência, o que até então era percebido como a junção de múltiplas histórias particulares passou a ser compreendido como parte de uma mesma linha temporal, tendo a Europa como suposta protagonista. Esse regime de historicidade foi capaz de propor uma sincronia a diferentes fenômenos, entabulados num mesmo fluxo, o que permitiu categorizar “desenvolvidos” (modernos) e “arcaicos” (pré-modernos), imaginando um caminho único rumo ao “progresso”.

A falsa ideia de uma humanidade unida por uma história comum, replicável, fez com que surgisse também a percepção compulsória de um “atraso”, que poderia ser recuperado por uma aceleração robusta por países ou populações, agora, “em desenvolvimento”. Essa simultaneidade do assincrônico, defende Koselleck (2014), autoriza, por exemplo, a pensar que o estágio técnico-industrial já alcançado pelos países desenvolvidos poderia ser, no futuro, atingido pelos menos desenvolvidos. O recurso ao atraso é, portanto, imprescindível para avaliação das narrativas da modernidade (JÁCOME, 2020), na medida em que é ele que permite e sustenta o surgimento de mitos fundacionais e passados idealizados, constringendo o presente e limitando propostas de futuro. “A experiência destes é a expectativa daqueles” (KOSELLECK, 2014, p. 163).

Esse regime de historicidade emerge de um tipo de racionalidade que constringe diferentes relatos históricos como se fizessem parte de um todo homogêneo. Ou seja, é como se agrupações humanas diversas estivessem reunidas numa mesma prefiguração de mundo, que diz de posições de adiantamento ou de atraso, e que também incide na configuração e refiguração de seus relatos, bem como nas condições de memória e de esquecimento. Como destaca Arjun Appadurai (2011, p. 1, tradução nossa), a “Modernidade diz respeito a um conjunto de teorias

que ao mesmo tempo declara e deseja uma aplicabilidade universal de si mesma”. O que vemos, então, é a proposição de um “mundo único” (não importando quão heterogêneo seja) a ser guiado por uma “adiantada civilização”. Isso significa, como reflete Achille Mbembe (2017, p. 32), que de um ponto de vista metodológico, não haveria “mais uma ‘historicidade distinta’ dessas sociedades, uma que não esteja incorporada em tempos e ritmos altamente condicionados pela dominação europeia”.

Nesse sentido, as narrativas também podem ser formas de vulnerabilização e de tentativa de aniquilação, na medida em que se advoga por uma história linear e única e para uma hierarquização temporal dos coletivos humanos, separando vidas dignas de serem vividas e relatadas, daquelas que seriam desprezadas. Nessa relação de alteridade a partir do “sujeito” eurocentrado, a experiência de seres percebidos como “alheios” impõe sérias dificuldades para uma visada ocidental e a outras formas de fruição do tempo e constituição de identidades. “Não importando se a questão é a África ou com outros mundos não-europeus, esta tradição nega há muito a existência de qualquer ‘self’ que não seja o próprio” (MBEMBE, 2017, p. 23). De maneira similar ao filósofo camaronês, mas em outro contexto teórico, Gaytari Spivak também aponta para a tentativa de apagamento das alteridades não-europeias pelas práticas e teorias coloniais. Para ela, o mais claro exemplo disponível de violência epistêmica “é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como Outro. Esse projeto é também a obliteração do rastro desse Outro em sua precária Subjetividade” (SPIVAK, 2014, p. 60). É desse cerceamento epistêmico que também deriva os critérios de subalternidades.

Como defende a autora indiana, o sujeito subalterno não se refere a todo e qualquer marginalizado, mas sim àquele cuja voz não pode ser ouvida. Isso não significa que o subalternizado não possua uma voz própria, mas sim que, inserida num discurso hegemônico, essa voz nunca seria entendida como algo a ser escutado, apenas como ruído. Spivak postula que as possibilidades de agenciamento se dão quando há uma relação que permite distinguir falantes e ouvintes. Essa dialogia, destaca, nunca se daria para o subalterno. É como se não fosse reconhecido o caráter dialógico em sua fala e também de sua autorrepresentação.

tação. Nesse sentido, fica evidente a negação de suas narrativas como outras formas válidas de concordância-discordante.

Por isso, acreditamos que, no caso do regime de historicidade moderno, as narrativas colonizadoras trazem inúmeras consequências para a formulação de outras Histórias, na medida em que há um forte silenciamento daqueles tidos como “subalternos” e de outras prefigurações temporais possíveis. É como se outras possibilidades de espirais hermenêuticas não pudessem produzir uma transfusão poética da realidade sem passar, antes, pelo crivo violentador dos não-subalternos. Esse silenciamento é também uma forma de restringir o direito ao tempo, na medida em que há uma negação, num presente supostamente universal, da colocação em intriga de experiências narrativas peculiares. Ou seja, a colonialidade, ao distribuir corpos dignos e não dignos de relato, também o faz vulnerabilizando sujeitos por meio de narrativas externas e buscando impedir outras formas de configurações temporais.

Essa vulnerabilização, adaptando as formulações de Mbembe sobre a violência colonial, assumiria uma tripla dimensão temporal: no comportamento cotidiano do colonizador em relação ao colonizado; no esvaziamento das dimensões do passado do colonizado, tolhido de qualquer substância; e na injúria em relação ao futuro, pois a colonialidade se postula como único projeto possível. Trata-se, portanto, da imposição de uma historicidade alheia, advinda de tipologias de intrigas que pretendem instaurar uma narrativa de realidade normativa. Esse ponto se torna bastante explícito na exemplificação do imaginário colonial sobre África como fantasmagoria, explorados pelo autor:

Ela vem do fato de não haver praticamente nenhum discurso sobre a África em si mesma. No princípio mesmo de sua constituição, em sua língua e em suas finalidades, a narrativa sobre a África sempre é pretexto para um comentário sobre alguma outra coisa, algum outro lugar, outras pessoas. Mais precisamente, a África é um meio que permite ao Ocidente aceitar o seu próprio subconsciente e explicar sua própria subjetividade. (MBEMBE, 2017, p. 24)

Ou seja, é a própria ação de silenciar discursos africanos sobre África (ou indianos sobre a Índia, ou indígenas sobre o continente americano etc.) que permite a fabricação do Outro exótico, como uma negação de temporalidades heterogêneas. Muitas vezes, esse silenciamento pode surgir, inclusive, sob a violenta forma de narrativas supostamente apaziguadoras, como a idealização de uma “mescla” de raças que nega a violência colonial, tão típica da conformação dos estados nacionais americanos. Ao refletir sobre os usos da ideia de mestiçagem na historiografia oficial e seu imaginário sobre a Bolívia, por exemplo, Silva Rivera Cusicanqui alerta para os apagamentos dessa tentativa forçada de reparação à fissura da colonialidade, que busca obliterar as contradições que habitam os múltiplos passados desse território, numa espécie de culto ao esquecimento. “Temos então uma lógica de recombinação de horizontes diferenciados que se justapõem como camadas de diversos passados em cada momento de nossa vida e, tudo isso, encobrimos com a noção totalizadora de modernidade” (RIVERA CUSICANQUI, 2018, p. 58, tradução nossa). No limite, formulações narrativas advindas de outros mundos prefigurados nos levariam a questionar inclusive a “realidade” de nomes fixados a partir da visada colonial (há diferenças temporais irreconciliáveis em tratar uma porção do mundo como “América” ou Abyy Ayala, por exemplo), como demonstram os trabalhos da própria Rivera Cusicanqui (2018, 2015), ou de Viveiros de Castro (2004) e Krenak (2019), entre outros. Na medida em que trazem ordenações temporais distintas, essas narrativas contam com origens e encadeamentos poéticos peculiares para os paradoxos do tempo.

Nesse ponto, cabe destacar que, como uma rede de violências, a colonialidade também deve ser encarada em suas dimensões de colonialismo interno (RIVERA CUSICANQUI, 2015), nas quais os micro-poderes, muitas vezes, corroboram as dominações macrológicas. Nem subalterno nem colonizador são entidades homogêneas, mas antes posições situacionais de dominação, o que nos exige pensar, entre outras coisas, nas interseccionalidades (como as relações de raça e de gênero) e nas posições centro-periferia de quaisquer territórios (a produção de “centros de saber” tendem a se sobrepor os chamados “saberes locais”). Por isso, uma ênfase nas dimensões temporais e espaciais, insistimos,

deve ser considerada nos relatos anticoloniais. Essa posição, a nosso ver, tem de estar atenta à condição de produção de epistemes próprias, advindas de outras espirais hermenêuticas possíveis, em que o direito ao tempo seja considerado. Isso significa, como reflete Mbembe (2017, pp. 30-31), em “compreender o *tempo como vivido*, não sincronicamente ou diacronicamente, mas em sua multiplicidade e simultaneidade, as suas presenças e ausências, além das categorias preguiçosas de permanência e mudança tão caras a muitos historiadores”. Esses tempos vividos, menos que uma linha, são uma espécie de magma em constante ebulição, que não possuem uma origem ou fim determinados, a não ser pelo gesto instaurador da narrativa.

Nos parece, então, evidente a necessidade do reconhecimento das experiências culturais do tempo para a produção de narrativas que vão de encontro aos riscos de uma história única (ADICHIE, 2019). Nesse sentido, os territórios e as distintas formas de solucionar poeticamente os paradoxos do tempo cobram uma importância seminal para a diversificação das formas pelas quais habitamos e sabemos o mundo. Frente a uma suposta ubiquidade homogeneizante de um tempo linear, urge reconhecer outros inícios e formas de interpretar Histórias. “Para construir este mundo que nos é comum, será preciso restituir àqueles e àquelas que foram submetidos a processos de abstração e de coisificação na história a parte da humanidade que lhes foi roubada” (MBEMBE, 2017, pp. 313-314). Essa restituição é também uma reparação do direito ao tempo e de seus desdobramentos no espaço nele instituído.

Para encerrar, acreditamos que um último argumento se faz necessário. Refletir sobre outras pré-figurações de mundos possíveis não significa desconsiderar os impactos e consequências do regime de historicidade moderno. Não se trata aqui, portanto, de cair no risco de novas integralidades narrativas e identitárias. Ao contrário, uma reflexão sobre narrativas insurgentes deve ser capaz de produzir uma investigação crítica em relação a teorias e narrativas totalizantes e homogeneizadoras. Deve incluir, portanto, uma reflexão sobre os limites das histórias que se contam. Retomando Ricoeur, por mais incongruente que possa parecer a ideia de “histórias ainda não narradas”, é preciso perceber nossas existências como um grande emaranhado temporal, nunca esgotado de suas

mediações. A narrativa, enquanto forma da concordância-discordante, continua sendo a nossa forma de romper as coerções dos paradoxos temporais e tornar humanas suas experiências. Quão mais rica será no reconhecimento de suas potências e de suas dívidas históricas.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGOSTINHO. *As confissões*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1993.

APPADURAI, Arjun. *Modernity at large*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.

APPADURAI, Arjun. *The future as cultural fact*. Nova York: Verson, 2013.

ANTUNES, E.. Narrativa. In: Vera França; Bruno Guimarães Martins; André Melo Mendes. (Org.). *Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS): Trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação*. 1ed. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2014, v. 1, p. 191-199.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur. *MATRIZES (USP. IMPRESSO)*, v. 6, 2012, p. 169-188, .

CARVALHO, Carlos Alberto de. É possível tecer fios de alta tensão desencapados? Comunicação, jornalismo e acontecimentos sociais que envolvem violência. *InTexto*, 2019, p. 35-54.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

JÁCOME, P.. *Fissuras no espelho realista do jornalismo: a narratividade crítica de Barcelona*. 1. ed. Belo Horizonte: PPGCom UFMG, 2015.

JÁCOME, P.. *A constituição moderna do jornalismo no Brasil*. Curitiba: Appris, 2020.

JÁCOME, P.; COSTA, V. S. Cascatas de modernidade em um lago aparentemente imóvel: Imagens de Ciência e Tecnologia, do Futurismo ao Presentismo. *REVISTA ECO-PÓS (ONLINE)*, v. 21, 2018, p. 277-293 .

JÁCOME, P.; MANNA, N. . Ficção como antropologia especulativa: embates comunicativos na literatura de Juan José Saer. *Tríade: Comunicação, Cultura e Mídia*, v. 4, 2016, p. 117-134.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio : Contraponto, 2006.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEAL, B. S.. Jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: Bruno Souza Leal; Carlos Alberto de Carvalho. (Org.). *Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas*. 1ed.São Paulo: Intermeios, 2013, v. 1, p. 25-48.

LEAL, B. S.. Saber das narrativas, narrar. In: Vera França; César Guimarães. (Org.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. 1ed.Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006, v. 1, p. 19-28.

MBEMBE, A. *O tempo em movimento*. Contracampo. 2018.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014. p.139-222.

RICOEUR, Paul. La vida: un relato en busca de narrador. *Ágora. Papeles de filosofía*, v. 25, n. 2, 2006, p. 9-22.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994. 3v.

RIVERA CUSICANQUI, S. *Un mundo ch'xi es posible*. Ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

RIVERA CUSICANQUI, S. *Sociología de la imagen*. Miradas ch'ixi desde la historia andina. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakrovorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation. Tipiti (Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America)*, 2004. 2(1):3-22.

CAPÍTULO 5

Notas sobre relações entre acontecimento, jornalismo e violência

CARLOS ALBERTO DE CARVALHO

Introdução

Ainda quando não nomeada explicitamente, a violência é uma das componentes mais importantes para pensar o acontecimento, de que é sintomático o título que François Dosse dá à segunda parte do livro “Renascimento do acontecimento, um desafio ao historiador: entre esfinge e fênix” (2013), nomeada como “O trágico século XX e a redescoberta do acontecimento”. O caráter trágico do século XX se evidencia em uma série de acontecimentos, que se têm a política como primeiro elemento constitutivo, não se reduz a essa ação humana. Acontecimentos trágicos que marcaram o século passado foram as duas grandes guerras promovidas pela e a partir da Europa e suas práticas imperialistas com repercussões negativas para o restante do globo, as diversas guerras promovidas pelos Estados Unidos em variados pontos do mundo, guerras regionais como as desencadeadas com o fim da União Soviética, dentre muitos outros conflitos.

Não menos violento, ainda que sem as guerras de grandes proporções centradas na Europa, tem sido o início do século XXI, que tem no atentado às duas torres do World Trade Center, em Nova York, acontecido em 11 de setembro de 2001, um marco referencial, conforme destaca François Dosse. Este acontecimento, aliás, é sintomático dos movimentos imperialistas e formas de colonização e colonialidade que passam a ter seus eixos principais deslocados para os Estados Unidos, ainda que a Europa não tenha deixado de continuar suas políticas colonialistas.

Acontecimentos violentos foram também o resultado de desenvolvimentos científicos e tecnológicos, a exemplo da explosão das usinas nucleares de Three Miles Island e de Chernobyl, dos danos causados pelo aumento da poluição ambiental, da ameaça de destruição planetária por meio de armamentos de alto poder destrutivo e tal como na esfera política, com uma lista extensa de acontecimentos. Nos planos econômico, cultural, comportamental, ideológico, moral e ético acontecimentos violentos também são abundantes, como a fome que resulta da concentração de renda, os ódios motivados por xenofobia, relações de gênero, racismo e uma infinidade de hierarquizações excludentes, indicando fraturas, se não a falência, do projeto iluminista e de suas premissas “civilizatórias” (MBEMBE, 2017; 2018).

Em que pese a existência de acontecimentos não violentos, neste capítulo exploraremos as dimensões de violência neles contidas, articulando as reflexões em torno de três eixos complementares:

1. Os modos como diferentes abordagens conceituais sugerem ou associam acontecimento e violência como fenômenos interconectados. Alguns marcadores textuais, notadamente a utilização de metáforas, são profícuos para este exercício. Ruptura, irrupção, eclosão e transbordamento são algumas dessas construções metafóricas que sugerem processos violentos, de quebra da normalidade, de desvio da rotina e outras modalidades que desarranjariam o transcurso de ações individuais ou coletivas. De uma perspectiva das temporalidades, há também uma miríade de abordagens conceituais que investigam os acontecimentos

em função das violências provocadas por noções de interrupção de fluxos de tempo, instaurando rupturas e descontinuidades, ainda que ao final dos processos a violência possa ser mitigada ou superada.

2. Como poder de agência possível sobre os acontecimentos, particularmente na tentativa de conter as dimensões de violência neles implicadas, é fundamental recorrer à dialética agir/sofrer. Aqui, as narrativas se apresentam em um primeiro modo de relação com os acontecimentos, posto que é por meio do narrar que são acionadas disputas de sentido e jogos de poder quanto aos significados de cada acontecimento particular para pessoas ou coletividades. Por meio das narrativas e de outras modalidades de ação são promovidas estratégias que não se limitam às tentativas de compreensão dos acontecimentos, ampliando-se o escopo estratégico com finalidades de contenção ou ampliação de efeitos, dentre outras formas de lidar com um fenômeno que pode nunca ser pacificado quanto às suas consequências, usos e abusos em função de interesses intelectuais, científicos, econômicos, políticos, culturais, ideológicos, comportamentais, morais, éticos etc. Agir e sofrer o acontecimento violento implica processos que estão nas esferas das ações práticas, das quais as narrativas não são as únicas componentes, uma vez que também identificamos aí outras modalidades de intervenção no curso dos acontecimentos, como iniciativas de reparação de danos, dentre outras, que não raro podem potencializar o grau de violência.
3. As relações entre acontecimentos e mídias, com destaque para as jornalísticas, pensadas em função das proposições de Pierre Nora (1984; 1993), mas também como promotoras de violências diversas, a exemplo de narrativas que acabam levando ao apagamento narrativo de vítimas e tantas outras estratégias midiáticas que amplificam preconceitos, práticas de ódio e variadas modalidades de violências físicas e simbólicas contra pessoas ou coletividades. Interessa em particular refletir sobre as mídias jornalísticas como promotoras de violências - talvez mais espe-

cificamente as simbólicas - tomando como referência múltiplas facetas das relações de gênero, e mais amplamente, a realidade da Amazônia Legal. Uma segunda forma de relação entre narrativas e acontecimentos emerge neste terceiro momento de articulação teórica do artigo, ampliando as interconexões indicadas no tópico anterior.

A visada que propomos tem como objetivo um movimento de aproximação conceitual entre três fenômenos - acontecimentos, violência e jornalismo - cuja centralidade em estudos comunicacionais tem sido frequentemente reivindicada como pertinente e promissora para melhor compreendê-los, tanto isoladamente, quanto em suas possíveis interconexões. As *narrativas*, por seu turno, importam também como materialidades a partir das quais é possível explorar os fenômenos que propomos investigar, compondo corpus de textualidades jornalísticas, por exemplo, e como uma modalidade central da dialética agir/sofrer o acontecimento. O capítulo não se propõe analítico, no sentido de escrutinar um caso específico, mas lançará mão de exemplos sempre que necessário como auxílio para a compreensão dos conceitos acionados. Também nos esforçaremos para aproximar as reflexões dos desafios impostos pelas investigações em torno da Amazônia Legal, considerando que o presente capítulo é parte de atividades do projeto *Narrativa e acontecimento midiáticos: desafios metodológicos para apreensão das experiências locais amazônicas*, aprovado no âmbito do Edital Procrad-Amazônia/2018.

Dimensões de violências em acontecimentos

Que nem todo acontecimento é violento pode ser, até certo limite, ponto pacífico, por exemplo, se pensamos em um casamento por livre vontade e motivado por legítimos e fortes laços de afetos e solidariedade. Afirmamos a não violência de tal acontecimento como possível até certo limite, pois o casamento em tela pode ter como uma das pessoas da parceria alguém que em um relacionamento anterior deixou feridas em outrem por conta de um término abrupto ou motivação de outra ordem

que significou dor e sofrimento para a parte preterida. O exemplo, à primeira vista estranho a uma discussão conceitual, pretende chamar atenção, de saída, para os riscos de abordar um determinado acontecimento privilegiando o mais visível que dele aflora, em detrimento de um escrutínio mais cuidadoso de pessoas, lugares, circunstâncias e outras variáveis não perceptíveis na superfície, ou mais complexas e contraditórias do que inicialmente aparentavam ser. Identificar dimensões de violências em um acontecimento, conseqüentemente, requer superar limites conceituais e metodológicos.

Como indicamos na introdução, as relações entre acontecimento e violência estão potencialmente presentes nas metáforas frequentemente acionadas para identificá-lo. Desse modo, acontecimentos “eclo-dem”, “irrompem”, sugerindo, mais do que a quebra de uma suposta tranquilidade anterior, movimentos com forças potencialmente destrutivas ou disruptivas, como um vulcão em erupção ou um rompante furioso da natureza. Há mesmo quem sugira que o acontecimento “irromperia da superfície lisa da história” (RODRIGUES, 1994), como a perturbar a paz reinante. Que não há história “lisa” é, até prova em contrário, ponto pacífico, restando, no entanto, a perturbação como elemento fortemente indicativo das possíveis interconexões entre acontecimento e violência.

No já referido livro de François Dosse (2013) temos a sugestão de que o “trágico século XX” foi decisivo para que a historiografia, a sociologia, a filosofia e outras áreas de saber voltassem a dar maior atenção ao acontecimento, por certo período considerado pouco produtivo conceitualmente para explicar grandes eventos históricos. Destituído de uma suposta caracterização de factualidade, de cotidianidade, de fato ordinário, o acontecimento ressurge como fenômeno complexo a partir de eventos catastróficos como o holocausto promovido pelo nazismo contra judeus, homossexuais, comunistas, ciganos e quem mais representasse o inimigo face ao projeto totalitário nazista. Os extermínios em campos de trabalhos forçados promovidos pelo stalinismo na União Soviética, os diversos regimes ditatoriais em países os mais variados foram também responsáveis pelo retorno do acontecimento e seus múltiplos desafios conceituais e metodológicos. Além, evidentemente,

das outras esferas da vida humana que elencamos na introdução, com seus diversos acontecimentos.

Acontecimentos quase sempre duradouros em sua “materialização”, como os campos de concentração e extermínios nazistas ou stalinistas, que perduraram, no último caso, por mais de uma década, os eventos responsáveis pela retomada do interesse sobre o acontecimento trouxeram à tona o desafio de ir bem além das perspectivas do “fato” histórico. Na esteira, a dificuldade de identificar atrizes e atores em ação, motivações, antecedentes, repercussões futuras etc. Outras podem ser as exigências de escrutínio quando nos deparamos com acontecimentos menos duradouros, a exemplo de um acidente automobilístico, de um escândalo político, de um assassinato motivado por relações de gênero e tantos outros acontecimentos que fornecem os “casos” que alimentam cotidianamente as dinâmicas da informação jornalística, por exemplo. Tais acontecimentos, tal como propõe Pierre Nora (1984; 1993), indicam simultaneamente uma “inflação acontecimental” e o desafio de compreendê-los em simultâneo aos seus cursos de ocorrência.

Em nossa época, portanto, lidamos tanto com os grandes acontecimentos, aqueles que seriam merecedores do selo de “históricos” - pelo impacto sobre vastas regiões, sociedades e pessoas, modificando dinâmicas até então prevalentes - quanto com aqueles de menores proporções. Estes últimos são os que mais nos interessam, particularmente em suas interconexões com o jornalismo, como adiante exploraremos.

Mas como lidar com as relações temporais de um determinado acontecimento, processo que também implica compreendê-lo? Louis Quéré (2005; 2012), a partir de uma visada de inspiração pragmatista sintetizada na fórmula “o acontecimento é aquilo em que ele se transforma”, propõe que todo acontecimento exige sobre si uma hermenêutica, um processo de interpretação. Pressupondo que o acontecimento instaura rupturas, ainda que dentro de algum circuito de continuidades, que potencialmente inaugura algo novo, sua compreensão requer um inquérito, ao longo do qual, inclusive por meio de estratégias narrativas, sentidos novos podem emergir, processo que tende a nunca findar. Passado, presente e futuro importam nessa equação, mas resta um cuidado nem sempre observado: em nome do potencial/exigência hermenêutica do

acontecimento há o risco de pressupor-lhe uma imanência ao modo de relações causais, ou dinâmicas de causa/efeito que podem forçar explicações não necessariamente pertinentes.

Assim, a atitude supostamente hermenêutica frente ao acontecimento pode resultar em explicações de causa e efeito, como nos diversos casos de feminicídio, por exemplo, atribuídos genericamente ao machismo, ao patriarcado e à misoginia, lembrando que essas são as variáveis de base para sua criminalização por meio de legislação específica. Que tais fatores sejam decisivos para as dinâmicas que transformam o feminicídio em acontecimento social violento e que exige ações para sua eliminação não deveria restar dúvida. No entanto, cada feminicídio em particular deve ser investigado em suas especificidades, sob pena de fazer desaparecer pessoas envolvidas, dinâmicas particulares e outras variáveis não negligenciáveis em função das “causas universais” que por efeito de imanência enclausuraria todos os feminicídios em uma única lógica explicativa (sobre o problema das categorias universais implicadas em estudos sobre feminicídios e outras formas de violências contra mulheres, com suas lógicas complexas, consultar SEGATO, 2016). Em tais circunstâncias, o combate ao feminicídio pode se tornar menos eficaz precisamente pelo desconhecimento de especificidades, por exemplo de sociedades conservadoras, o que resultará lamentável. Dito de forma teoricamente mais aguda, tal como Louis Quéré propõe a natureza hermenêutica do acontecimento, relações temporais, circunstâncias específicas, pessoas envolvidas, lugares de ocorrência e outras variáveis fundamentais podem ser sacrificadas em nome de supostos universalismos presentes nos procedimentos teóricos e metodológicos necessários para o escrutínio do acontecimento. Ou ainda, transformar variáveis complexas, como as noções de machismo, misoginia e patriarcado e as práticas daí derivadas em fenômenos não envoltos em matizes e sujeitos a variações históricas que dependem de distintas localizações temporais, espaciais, econômicas, culturais e ideológicas.

Nessa perspectiva, como buscamos evidenciar no exemplo do casamento, as próprias dimensões de violências em um determinado acontecimento não estão dadas sob a forma de pura imanência. Assim como os graus de violências físicas e simbólicas podem ser distintos para

distintas pessoas impactadas por um acontecimento em particular. Tomem-se como exemplos os “descobrimientos” de novas terras por portugueses e espanhóis, motivo de comemoração para eles e de extermínio para as populações das terras invadidas, como vem sendo tratado por estudos interessados nas dinâmicas da colonialidade e consequências da colonização (MALDONADO-TORRES, 2009; QUIJANO, 2009; CUSICANQUI, 2015; 2018, dentre outros). A escravidão é outro acontecimento em que o sofrimento dos oprimidos pelas diversas violências físicas e simbólicas encontravam do lado do opressor a satisfação das lógicas de trabalho forçado e outras humilhações. Que ambos sejam acontecimentos violentos, portanto, se por um lado é dado constatável, por outro requer conclusões que não caiam em armadilhas universalistas. Não por acaso, muitas são as iniciativas de escrita da “história dos vencidos”, que a depender da maneira como for conduzida, pode trazer à baila componentes de violências e de resistências silenciadas pelas perspectivas de análise dos acontecimentos segundo pressupostos de indistinção que, conscientemente ou não, se apegam a relações causais e linearidades temporais.

Em Alain Badiou (1996) encontramos reflexões que nos auxiliam nos cuidados teóricos e metodológicos que evitem universalizar condições e relações de causalidade ou de causa-efeito no trato do acontecimento. Segundo Badiou, um acontecimento deve sempre ser explorado levando em consideração seu sítio de ocorrência, o que implica não somente locais físicos ou geopolíticos, como também sítios identificados em função do seu “pertencimento” a uma esfera da vida social, como a política, a economia, a cultura etc. Nessa perspectiva, uma violência de gênero que resulta em feminicídio ocorrido na região amazônica deve ter em consideração as especificidades geopolíticas amazônicas e as condições em que relações de gênero ali se particularizam. Ainda nos marcos da Amazônia Legal e considerando as dimensões físicas e não físicas dos sítios de ocorrência de um determinado acontecimento, a partir da proposição de Alain Badiou, é relevante ter em consideração, dentre outras variáveis: 1) imagens estereotipadas e reducionistas da Amazônia e de suas populações foram acionadas?; 2) há relações de hierarquias centro-periferia da região em relação a outras regiões brasileiras ou no

interior da própria região, de vasta amplitude territorial e diversidades culturais? 3) distinções como urbano e não-urbano são utilizadas? Se sim, elas criam hierarquias inferiorizantes?

Em Alain Badiou também encontramos preocupações com a natureza política dos acontecimentos, dimensão quase sempre ausente em diversos estudos, não devendo se confundir a temática política de um evento com a politização das apreensões sobre ele. Na leitura que Alessandro Zagato faz do autor, temos uma síntese da natureza política do acontecimento:

Segundo Badiou (1987:74), a condição sine qua non para que um acontecimento possa ser definido “político” é que seja suportado por uma “intervenção”. Com a noção de intervenção designam-se declarações e actos que permitem estabelecer a consistência do acontecimento e ao mesmo tempo propagá-lo para além da situação pré-política que com ele se tinha gerado. Nessa perspectiva, o evento é em si uma entidade pré-política, que pode tornar-se política só através de acções concretas que transformam a fronteira imaterial por ele traçada na situação, numa “ruptura real” da ordem que caracteriza esta mesma situação. Dito por outras palavras, para que o acontecimento possa incidir materialmente nas “relações de força e nas relações de possíveis” (Bensa, 2002), i.e., ter uma valência política, é necessário que subjectividades coletivas intervenham activamente com declarações e acções concretas, tendo como referência incontornável o próprio acontecimento. (ZAGATO, 2007, pp. 92-93, com destaques no original)

Se todo acontecimento possui potencialidades políticas, que somente se fazem concretas em função dos modos como são assim transformados pela agência humana, advogamos que as dimensões de violências constituem motivação privilegiada para acções que politizam um determinado acontecimento. A dialética agir-sofrer, conseqüentemente, entra em cena, trazendo na esteira as narrativas como parte dos jogos de poder e disputas de sentido implicados na interpretação do acontecimento.

Agir, sofrer e narrar o acontecimento

Se a partir de Alain Badiou temos a indicação das potencialidades políticas do acontecimento e das condições mínimas para tal efetivação, não encontramos no autor preocupações de ordem narrativa, por exemplo, que indiquem as dinâmicas das “declarações e ações concretas”. Buscamos em Paul Ricoeur (1991; 1994; 1997) os elementos conceituais que melhor nos auxiliem a entender como agimos e sofremos os acontecimentos, articulando as noções de “identidade narrativa”, da “dialética mesmidade-ipseidade e de “pessoa capaz”, que simultaneamente dão a ver as filiações ricoeurianas à filosofia da ação e à hermenêutica rumo à elucidação das narrativas ficcionais e históricas e os modos como os acontecimentos estão nelas materializados.

Dentre outras características fundamentais na apreensão teórica sobre as narrativas - que tem nas articulações temporais seu elemento condutor -, Paul Ricoeur dedica à composição da intriga a ação que integra o acontecimento à história narrada. Desse modo, além de afirmar que a narrativa é a “guardiã do tempo”, a responsável por tornar o tempo humano, ainda que incapaz de superar as aporias que jamais permitem sua apreensão integral, Ricoeur se interessa pelo acontecimento como fenômeno que diz respeito também às personagens de uma determinada narrativa, que dialeticamente agem sobre e sofrem o acontecimento, nesse percurso potencialmente se modificando, mas também contribuindo para modificações relativas aos sentidos e impactos do acontecimento. Nessa perspectiva, o acontecimento constitui relações de interioridade e de exterioridade para pessoas e para coletividades, impactando-as de maneiras diferentes, seja nas narrativas ficcionais, seja nas narrativas históricas.

Segundo Fabio Caprio Leite de Castro,

A composição da intriga é um modelo específico da conexão entre acontecimentos, que permite integrar, na permanência do tempo, a diversidade, a variabilidade, a descontinuidade e a instabilidade. O modelo narrativo se constitui a partir do acontecimento narrativo, o qual se define pela operação de configuração. O modo como esse acontecimento participa da intriga é através da estrutura instável de uma concordância discordante; é “fonte

de discordância” quando surge no texto e “fonte de concordância” por fazer a história avançar. (CASTRO, 2016, p. 166)

Fabio Caprio Leite de Castro destaca que em Paul Ricoeur tem-se ao menos duas acepções de acontecimento, o narrativo, constitutivo do próprio ato de tecer uma intriga, em que podem se mesclar distintas temporalidades cronológicas, psicológicas, sociais, culturais, éticas, morais etc., e o acontecimento que motiva a iniciativa de narrar uma determinada história, atuando segundo a lógica da discordância-concordância, em que acontecimentos diversos - não raro conflitantes entre si -, personagens variadas e demais variáveis contribuem para a inteligibilidade de uma história narrada. Para efeito do nosso propósito de discussões teóricas e metodológicas, os dois acontecimentos são importantes, pois pelos primeiros podemos compreender as diversas estratégias que colocam em cena, ou ocultam, personagens, ações, motivações etc., enquanto os segundos constituem os eventos em seus múltiplos desafios de escrutínio que tomamos como materialidades, como fenômenos a investigar.

Do ponto de vista das pessoas afetadas pelo acontecimento, a noção de “pessoa capaz”, desenvolvida por Paul Ricoeur sobretudo no livro “O si-mesmo como um outro” (1991), coloca-nos diante da dialética agir-sofrer o acontecimento como o resultado do poder de agência que pessoas, e por extensão também coletividades, possuem sobre ele. Segundo a perspectiva da pessoa capaz, somos aptos a assumir responsabilidades sobre nossas ações, assim como sermos responsabilizados por elas por outrem, e especialmente dá-se relevo ao nosso potencial de agir, o que requer também atenção às dimensões éticas implicadas em quaisquer de nossas atitudes, temática que não temos como desenvolver aqui, motivo pelo qual remetemos, para detalhes, a Paul Ricoeur (1991; 1994; 1997), Fabio Caprio Leite de Castro (2016) e Antonio Barros de Brito Júnior (2016). Agir e sofrer o acontecimento implica, para pessoas e coletividades, interpretá-lo, disputar sentidos sobre seus significados, mas, acima de tudo, que exceto nas situações de morte física, não há acontecimento que não possa ser individual e coletivamente “enfrentado”, particularmente na busca por superar as violências desencade-

adas, além de em determinadas circunstâncias promover novas violências como parte de tentativas de controle sobre os desdobramentos do acontecimento (CARVALHO; FONSECA, 2019).

Nesse ponto temos um ganho na perspectiva hermenêutica do acontecimento, pois a investigação centrada na dialética agir-sofrer exige, teórica e metodologicamente, verificar pessoas concernidas, como estão implicadas, quais são os sítios de ocorrência, quais são as circunstâncias, dentre outras variáveis. No limite, pode mesmo implicar que um mesmo fenômeno acontecimental seja escrutinado como múltiplo em suas consequências e interpretações, à medida que as afetações não são necessariamente idênticas para todas as pessoas e coletividades envolvidas. Mas as relações entre acontecimento e narrativa são um pouco mais espinhosas.

A dúvida sobre se um desvio de placa tectônica no fundo de um oceano distante de áreas habitadas, causando intensas modificações naquele ambiente, seria um acontecimento, traz à tona elementos mais complexos sobre as relações entre acontecimento e narrativa. Primeira questão: para “acontecer”, um acontecimento tem que ser narrado? Discussões fenomenológicas à parte, inegavelmente um evento ocorreu, mas por não ter alcançado pessoas, não entrou no circuito hermenêutico, nem na dialética agir-sofrer, o que traz como risco a perspectiva de que a narrativa sobre poderia ser mais importante que o acontecimento em si, ou mesmo substituí-lo. Eis um risco a ser evitado, mas preservando a importância fulcral da narrativa para a “vida” do acontecimento, particularmente quando se trata, na área da Comunicação e do Jornalismo, de investigações que tomam os acontecimentos a partir das narrativas sobre eles produzidas.

Sendo complexas as relações entre acontecimento e narrativa na perspectiva de Paul Ricoeur, é a este autor que recorreremos para melhor matizá-las, convocando as noções de identidade narrativa e da dialética mesmidade-ipseidade. Por identidade narrativa, dentre outros sentidos possíveis, recuperamos a perspectiva de que é narrativamente, e a partir da nossa condição de pessoa capaz, que nos apresentamos ao mundo, informando sobre nossos caracteres éticos, morais, políticos etc. Os diversos acontecimentos que nos afetam são, nesse particular, elementos

de permanente tensionamento, que no limite colocam “à prova” nossa suposta imutabilidade identitária. No percurso de uma vida, pessoas e coletividades têm modificadas suas identidades narrativas, num movimento dialético em que se preserva um fundo imutável - a mesmidade - ao mesmo tempo em que transformações diversas são inevitáveis, caracterizando a ipseidade. Na síntese de Antonio Barros de Brito Júnior:

Primeiramente, a identidade, para Ricœur, não é algo que se prende ao corpo ou a qualquer substância. Quer dizer que a identidade do sujeito não pode ser apreendida apenas na sua mesmidade, na conservação dos caracteres próprios que se conservam no tempo. A coincidência de si consigo não basta para definir a identidade como uma espécie de revestimento ontológico perfeito (mônada) do sujeito. É preciso, então, desalojar a identidade do corpo e da substância para encontrá-la algures. Para Ricœur, esse outro lugar da identidade é a própria ação: o sujeito se constitui como tal através de sua práxis e através do modo como enfrenta e se coloca diante do mundo e dos outros, de acordo com aquilo que constitui o mais próprio do sujeito, a saber, a sua capacidade de agir deliberadamente. (BRITO JÚNIOR, 2016, p. 39)

Agir sobre e sofrer o acontecimento implica que ele próprio se encontra emaranhado nos fluxos da identidade narrativa. Por exemplo, François Dosse (2013) indica como a Revolução Francesa, ou fases dela, como a do “terror”, têm sido distintamente interpretadas segundo as filiações ideológicas de historiadoras e de historiadores. No Brasil, as queimadas recordes na região amazônica registradas nos últimos meses de 2019 foram jornalisticamente narradas segundo interpretações distintas, o que implicou acionar também agentes diversos em função das posições políticas, econômicas, ideológicas, culturais etc. das mídias noticiosas e de jornalistas em cena. Responsabilidades - e sobretudo irresponsabilidades - do governo de Jair Bolsonaro e dele em particular não raro tomaram o protagonismo das queimadas em si.

Recuperando as contribuições de Alain Badiou (1996), é fundamental não desprezar os sítios de ocorrência de um determinado acontecimento, que implicam espaços físicos, geopolíticos, mas também o pertencimento a esferas da ação humana, como política, meio ambiente,

economia, arte, cidadania etc. Acrescentamos que os sítios a partir dos quais um acontecimento é narrativamente identificado são também determinantes para os modos como são interpretados, não raro segundo lógicas preconceituosas e hierarquizantes, como é recorrente em narrativas produzidas nas regiões Sudeste e Sul brasileiras sobre a região amazônica.

As dinâmicas da identidade narrativa e da dialética mesmidade-ipseidade trazem à tona também as hierarquias e assimetrias individuais e coletivas, pois embora não haja pessoas ou coletividades incapazes de narrarem a si mesmas, distintas são as atribuições de estima e credibilidade que recaem sobre cada uma e suas narrativas. A história da humanidade é repleta de violências físicas e simbólicas que silenciaram milhões, como os já citados exemplos dos campos de concentração e de trabalhos forçados, os feminicídios etc., além de situações de racismo, das ações de necropolítica e outras estratégias de desumanização, como aquelas de que se ocupa Achille Mbembe (2017; 2018). Acontecimentos traumáticos constituem outro desafio para as narrativas de experiências-limite, como aqueles abordados por narrativas telejornalísticas analisadas por Leandro Rodrigues Lage (2018).

A identidade narrativa encerra, como se vê, uma miríade de variáveis a observar no escrutínio das relações entre acontecimento e narrativa. Outra vez recorrendo a Antonio Barros de Brito Júnior:

O que parece incomodar Ricœur não é que o sujeito possa criar uma narrativa infiel de si próprio, mas que um outro habite a narrativa do si-mesmo não como o outro que o julga e aprecia, mas como o outro que dela toma conta, que a subjuga, que a determina, tolhendo-lhe seja a liberdade, seja o mérito e a estima. (BRITO JÚNIOR, 2016, p. 51)

Diante desses potenciais violências sobre as narrativas de outrem, que inclusive podem constituir por si mesmas acontecimentos violentos, é absolutamente imprudente lidar com os acontecimentos segundo lógicas de supostas imanências a que anteriormente referimos. Ademais, como não somos os únicos responsáveis pelas narrativas sobre nós mesmos, tampouco controlamos unilateralmente os acontecimentos

que nos afetam, é necessário atenção a outras atrizes e atores atuando nessas dinâmicas, que têm no jornalismo agente importante.

Acontecimento e Jornalismo

Pierre Nora (1984; 1993) propõe que não há acontecimentos sem as mídias, o que interferiria significativamente em nossas relações com eles.

Não há acontecimento sem os media. Pense, por exemplo, no desembarque na Lua: ele está indissolavelmente ligado às imagens, completamente oníricas, dos primeiros astronautas a vaguer (sic) no vazio: elas não existiam sem o Telstar. Viver este acontecimento em directo é mudar totalmente a sua participação na História. Já não há uma participação activa, mas antes ligada à inquietação, à angústia da História instantânea. Quando se vive a Guerra dos Seis Dias, ou uma simples eleição, quando se miniaturizam o acontecimento, de sondagem em sondagem, em vez de apreender brutalmente o seu resultado final, o vivido histórico é fundamentalmente diferente. Em primeiro lugar, é sofrido minuto a minuto, mas sem ser agido. Por outro lado, é vivido de maneira mais angustiada, já que não se sabe em que vai dar, por fim, o acontecimento. (NORA, 1984, p. 47, com itálico no original)

A visada de Pierre Nora é instigante por diversas razões, dentre as quais certamente um indisfarçável determinismo tecnológico sobre os acontecimentos, expresso não somente na preponderância tecnológica - inegável - que permitiu ao homem ir até a lua e de lá transmitir ao vivo a alunissagem, mas sobretudo por sugerir dessa preponderância derivações um tanto quanto paralisantes em nossa capacidade de ação relativamente aos acontecimentos e aos poderes das mídias na determinação dos seus significados. Já indicamos anteriormente as condições a partir das quais agimos e sofremos o acontecimento, não sendo necessário aqui retomar os argumentos, apenas reforçar que as forças midiáticas não atuam de forma determinística nem unilateral sobre os acontecimentos, como pode-se inferir das proposições de Nora, ao mesmo tempo reconhecendo os poderes das mídias e seus problemas

éticos e políticos, assim como acontecimentos diretamente derivados de avanços científicos e tecnológicos que pairam sobre nós como ameaças, como nos referimos anteriormente com as explosões de usinas nucleares e o aumento da poluição.

Por outro lado, quando Nora afirma a angústia e a inquietação diante da “História instantânea”, ele está indicando os desafios teóricos e metodológicos diante da interpretação e da vivência de acontecimentos em curso, o que requer estratégias de investigação específicas (CARVALHO; FONSECA, 2019). A modificação mais importante na investigação está na não restrição do acontecimento como exclusivamente pertencente ao passado, algo que prevaleceu por longo período como espécie de exigência por parte de especialistas das áreas da história, da filosofia ou da sociologia como critério de seleção entre acontecimento e fenômenos de outras ordens, menores em sua importância.

Livres das armadilhas das visões construcionistas quando da análise das relações entre acontecimentos e mídias, conforme adverte Louis Quéré (2012), e prestando atenção a modos diversos de investigar tais relações, como encontramos de forma pouco crítica em François Dosse (2013), abrem-se caminhos profícuos de pesquisa. O ponto de partida, retomando Pierre Nora, está no que ele denomina “inflação acontecimental”, com a expressão constatando que na era de proliferação das mídias aumentou significativamente a quantidade de acontecimentos que se tornam públicos, assim como se multiplicaram as esferas de ações humanas às quais pertencem os acontecimentos. Nessa perspectiva, adverte Nora, é importante não menosprezar os acontecimentos “inflacionados” como se fossem pseudo-acontecimentos, não só por sua quantidade, como por suas conexões midiáticas. Mas, sobretudo, acrescentando o que escapa às análises de Pierre Nora, é indispensável escrutinar as relações entre acontecimentos e mídias - interessam-nos sobretudo as jornalísticas - compreendendo o jornalismo como esfera de ação humana problemática e problematizadora, posto que envolve relações de poder, interesses políticos, ideológicos, econômicos, culturais, comportamentais etc.

Como ator social contraditório, não raro pouco ético, o jornalismo constitui duplamente problema em pesquisas sobre o acontecimento: ele

tanto participa da dialética agir-sofrer o acontecimento, quanto é materialidade que compõe *corpora* de narrativas a partir das quais investigamos um determinado acontecimento, ou um conjunto deles.

Da perspectiva da dialética agir-sofrer o acontecimento, tomamos como exemplo pesquisas sobre coberturas noticiosas de feminicídios e outras modalidades de violências físicas e simbólicas contra mulheres, motivadas por relações de gênero, nas quais a ação jornalística muitas vezes participa do que Bárbara Lopes Caldeira (2017a; 2017b) denomina “rede que violenta mulheres”.

Temos, assim, duas observações a fazer: a primeira delas é que, mesmo quando mulheres são mortas, o homem é quem está em protagonismo e surge como detentor do poder de ação, seja quando as vítimas são “más” (para dizer o quanto ele foi provocado por aquela mulher), seja quando são “boas” (porque, nesse caso, alguma coisa para além da explicação passional aconteceu, como um “surto”) ou quando são absolutas (porque importa menos como a mulher morreu e mais como o assassino brutal a matou). A segunda observação, que amarra todas as outras mencionadas neste trabalho, é de que o jornalismo, ao deixar de reconhecer o aspecto de gênero nessas agressões, continuar julgando mulheres e acobertando agressores, é agente letal da rede que violenta mulheres, já que sua agressão é até mesmo institucionalizada pela sua legitimação como instância capaz de mediar experiências, e também do ciclo de violência contra a mulher, por violentar narrativamente essas vítimas mesmo depois de suas mortes. (CALDEIRA, 2017b, p. 122)

O exemplo das coberturas jornalísticas de crimes contra mulheres é paradigmático das relações entre jornalismo e acontecimento, pois dá a ver estratégias de construções narrativas que invertem situações (mulheres vítimas que são culpabilizadas pelas violências que as atingiram), que silenciam, invisibilizam ou secundarizam pessoas envolvidas (policiais que falam em nome das vítimas é uma recorrência em narrativas de acontecimentos relativos a violências de gênero), que recorrem a preconceitos e estereótipos (mulheres como “boas” ou “más” vítimas em função da submissão ou não às imposições normativas de gênero) e que despolitizam (violências físicas e simbólicas, incluindo

femicídios, são narrativamente construídos como “crimes passionais”, “crimes domésticos”, ao invés de explicações a partir de relações de gênero). Consequentemente, interconexões entre jornalismo e acontecimentos da esfera de violências de gênero contra mulheres trazem como problema adicional às pesquisas a busca por estratégias que promovam a igualdade de gênero em coberturas jornalísticas, como postulam pesquisadoras e entidades diversas (MIRANDA, 2019).

É também importante no escrutínio das relações entre jornalismo e acontecimento tendo como referência as narrativas, advertir para certas visões ingênuas sobre o ato de narrar, que em outro lugar identificamos com as perspectivas edulcoradas presentes em metáforas da tecelagem que negligenciam as próprias potencialidades violentas do ato de tecer (CARVALHO, 2019). Mais especificamente, chamávamos atenção para uma outra metáfora, sob a forma da indagação sobre a possibilidade de tecer fios elétricos de alta tensão desencapados, com isso trazendo à tona os desafios de “tecer” narrativas sobre acontecimentos como violências de gênero, por exemplo. Dito de outra maneira, é fundamental escrutinar de forma crítica as narrativas jornalísticas sobre acontecimentos em que estão presentes violências físicas e simbólicas, mas especialmente acurar a análise com o intuito de verificar violências não perceptíveis na “superfície” dos acontecimentos, o que também implica em explorar suas potenciais dimensões políticas, segundo as proposições de Alain Badiou acima referidas.

Ainda relativamente às narrativas, as pesquisas interessadas em suas formas jornalísticas têm outra variável importante nas estratégias de silenciamento de pessoas, que conforme já indicado, podem se dar por meio da retirada do mérito e da estima sobre quem narra. No exemplo das violências de gênero contra mulheres, além de policiais ou outras pessoas falando no lugar de mulheres vítimas, como vimos a violência narrativa se dá ainda por meio da culpabilização da vítima, do negligenciamento das suas histórias de vida e outras modalidades de apagamento. Ator nem sempre ético e política, cultural, econômica e ideologicamente interessado, o jornalismo promove inclusive o silenciamento e o apagamento de acontecimentos nos quais estão implicadas pessoas e circunstâncias eleitas como inimigas ou indesejáveis.

Outro cuidado teórico e metodológico fundamental está na identificação das assimetrias relativas ao poder de agência sobre os acontecimentos, posto que a dialética agir-sofrer, se por um lado potencialmente universaliza a perspectiva da “pessoa capaz”, por outro não necessariamente presta atenção a hierarquias políticas, econômicas, culturais e tantas outras que podem mesmo, a depender das circunstâncias, dificultar ou impedir ações mais eficazes de enfrentamento das consequências de um determinado acontecimento (um exemplo de potenciais restrições ao poder de agência se encontra nas dinâmicas das vulnerabilidades, abordadas em artigos neste livro). O próprio jornalismo pode ser ator decisivo na criação e/ou reforço de assimetrias, como indicam as referidas pesquisas sobre violências contra mulheres em contexto de relações de gênero realizadas por Bárbara Lopes Caldeira (2017a; 2017b) e Cynthia Mara Miranda (2019). Assim como, a partir das autoras, são evidenciados outros problemas de ordem ética e política em tais coberturas jornalísticas, como a exposição sensacionalista de mulheres vítimas de violência, gerando e/ou reforçando vulnerabilidades e criando constrangimentos, sob a frágil justificativa de oferecer detalhes de um determinado acontecimento.

Prestar atenção às assimetrias e hierarquias requer, sobretudo, identificar estratégias de contestação das lógicas de inferiorização levadas adiante por pessoas e coletividades, como outra vez são paradigmáticos os acontecimentos relativos às violências físicas e simbólicas contra mulheres, que têm como contraponto a atuação de feministas e diversas organizações de defesa de direitos das mulheres.

Referências

BADIOU, Alain. *O ser e o evento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores Ed.: Editora UFRJ, 1996.

BRITO JÚNIOR, Antonio Barros de. A metáfora do si-mesmo como outro: poética e ontologia em Paul Ricœur. In: CASTRO, Fabio Caprio Leite de (Org.). *O si-mesmo e o outro: ensaios sobre Paul Ricœur*. [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.

CALDEIRA, Bárbara Lopes. *Entre assassinatos em série e uma série de assassinatos: o tecer da intriga nas construções narrativas de mulheres mortas e seus agressores nas páginas de dois impressos mineiros*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Feral de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017b.

CALDEIRA, Bárbara Lopes. Narrativas de violência, narrativas violentas: reflexões sobre o jornalismo e o assassinato de mulheres em relações de proximidade. *In: ENCONTRO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL DE MINAS GERAIS*, 10, 2017, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: CEFET, 2017a. p. 1-16.

CARVALHO, Carlos Alberto de. É possível tecer fios de alta tensão desencapados? Comunicação, jornalismo e acontecimentos sociais que envolvem violência. *InTexto*, 2019, p. 35-54.

CARVALHO, Carlos Alberto de; FONSECA, Maria Gislene Carvalho. *Violência em acontecimentos políticos: jornalismo e lawfare no caso Lula*. GALÁXIA (SÃO PAULO. ONLINE), 2019, p. 100-112.

CASTRO, Fabio Caprio Leite de. Narrativas do si-mesmo e do outro – Ética e Hermenêutica em Paul Ricœur *In: CASTRO, Fabio Caprio Leite de (Org.). O si-mesmo e o outro: ensaios sobre Paul Ricœur*. [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Sociología de la imagen: ensayos*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón. 2015.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Un mundo ch'ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón. 2018.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

LAGE, Leandro Rodrigues. *Testemunhos do sofrimento nas narrativas telejornalísticas*. Florianópolis: Insular, 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1, 2018.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: 2017.

MIRANDA, Cynthia Mara. Caminhos para a igualdade de gênero nos meios de comunicação. In: MARQUES, Danusa; REZENDE, Daniela; MANO, Maíra Kubík; FREITAS, Viviane Gonçalves (orgs.). *Feminismos em rede*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, (10), 1993, pp. 7-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>.

NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. In: NORA, Pierre e outros. *A nova história*. Lisboa: Edições 70, 1984, p. 45-56.

QUÉRÉ, L. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*, Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.

QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por uma realidade pragmatista. In: *Acontecimento: reverberações*. FRANÇA, Vera Regina Veiga & OLIVEIRA, Luciana (orgs.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papirus, 1991.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I. Campinas: Papirus, 1994.

RICOEUR Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993. p.27-33.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

ZAGATO, Alessandro. O acontecimento como fronteira de uma situação histórico-social. *Arquivos da Memória: Antropologia, Escala e Memória*, N. 2, 2007. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2391763.pdf>.

CAPÍTULO 6

Reflexões conceituais sobre vulnerabilidade: violência simbólica e midiática a partir do enfoque de gênero¹

CYNTHIA MARA MIRANDA

Introdução

A violência de gênero, em diferentes culturas e partes do mundo, tem colocado a vida das mulheres em situação de vulnerabilidade. Para MacKinnon (*apud* VASQUEZ, 2014), a violência é um elemento central da análise sobre o lugar das mulheres na sociedade, pois constitui uma manifestação extrema da dominação, do controle do corpo e da sexualidade das mulheres. A violência é o lugar onde se manifesta a opressão feminina e perdura-se há séculos.

Segundo dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes², um terço das mulheres mortas intencionalmente no mundo é

1 O artigo é resultado de reflexões coletivas realizadas ao longo do segundo semestre de 2019, durante o estágio de pós-doutorado supervisionado pelo professor Dr. Carlos Alberto Carvalho no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, ocasião em que tive a oportunidade de participar das reuniões do Núcleo de Estudo Tramas Comunicacionais.

2 Declaração do Diretor Executivo do UNODC, Yury Fedotov, no Dia Internacional da Mulher. Disponível em: <http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2019/03/>

assassinada pelo parceiro íntimo (atual ou antigo), e o assassinato dessas mulheres ocorre após um longo ciclo de múltiplas violências. Em 2017, foram 30 mil vítimas de feminicídio em todo o planeta, de um total de 87 mil assassinatos contra a população do sexo feminino.

Esforços capitaneados pelos movimentos feministas para combater as múltiplas faces da violência contra as mulheres resultaram na criação de leis sobre o tema na contemporaneidade. Legislações internacionais e nacionais para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra as mulheres datam do fim dos anos 1970. Ao longo das últimas décadas, as leis foram sendo aperfeiçoadas e novas legislações criadas. A Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulher (Cedaw – sigla em inglês), um tratado internacional aprovado em 1979 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, é considerada um marco para a luta em prol da eliminação da violência contra as mulheres no mundo por ser o primeiro tratado internacional que dispõe amplamente sobre os direitos humanos das mulheres. Destacam-se no tratado duas estratégias de ação: promover os direitos da mulher na busca da igualdade de gênero e reprimir quaisquer discriminações contra as mulheres nos Estados-parte.

No contexto da América Latina, é possível observar o surgimento de legislações nacionais de combate à violência contra a mulher a partir dos anos 2000. Alguns países promulgaram leis que tratam, em uma única peça da legislação, de vários tipos de violência, como violência psicológica, violência sexual, violência econômica, violência patrimonial, violência doméstica e violência obstétrica.

As várias formas da violência contra as mulheres trazem vulnerabilidades à vida delas. Para Butler (2015), a dependência do ser humano de suporte estrutural expõe um tipo específico de vulnerabilidade que nós temos quando não dispomos daquelas condições de infraestrutura caracterizadas por nossa vida social, política e econômica atendidas. A vida social começa a se decompor, abrindo espaço para uma total situação de precariedade, e a existência passa a ser marcada por contínuas ameaças.

A violência contra a mulher, nessa direção, configura-se como uma ameaça permanente à vida das mulheres, culminando muitas vezes em seu sacrifício. O feminicídio, nesse sentido, é o ápice das múltiplas violências vivenciadas pelas mulheres em diferentes momentos de suas trajetórias. A naturalização da vulnerabilidade das mulheres em decorrência da violência tem resultado no apagamento das suas histórias, na indiferença, no ódio, entre outros efeitos de sentidos. A condição precária de vida – vista aqui a partir do enfoque sobre a violência contra a mulher –, para Butler,

designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doença, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. (BUTLER, 2015, p. 47)

A ausência de suportes para a garantia de uma sobrevivência digna descrita pela autora enquadra as mulheres em vidas que podem ser sacrificadas, e o drástico aumento das ocorrências de feminicídio nos países da América Latina evidencia isso. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para as Mulheres (ONU – Mulheres) na América Latina, nove mulheres são assassinadas por dia, vítimas de violência de gênero³. A região é considerada um dos locais mais perigosos do mundo para elas, fora de uma zona de guerra.

Os movimentos feministas latino-americanos, ao adotarem como pauta de ação o combate à violência contra a mulher nos anos 1980, demonstraram a necessidade de denunciar a naturalização dessa prática.

Em um exercício reflexivo preliminar, interessa-nos, a partir do referencial teórico dos estudos de gênero e comunicação (BUTLER, 2015; LAGARDE, 2005, 2015; MATTELART, 1982; MONTIEL, 2014; RODAL, 2015; SEGATO, 2018), observar como legislações nacionais que tratam da violência contra a mulher descrevem a vulnerabilidade e

3 Hechos y cifras: acabar con la violencia contra mujeres y niñas. Disponível em: <https://www.unwomen.org/es/what-we-do/ending-violence-against-women/facts-and-figures#-notes>. Acesso em: 25 nov. 2019.

se caracterizam a violência simbólica e midiática no escopo das vulnerabilidades vivenciadas pelas mulheres. Para empreender tal exercício, foram selecionadas legislações de quatro países da América Latina que apresentam formas de prevenir, sancionar e erradicar a violência contra as mulheres: a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), a *Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia* (MÉXICO, 2007), a *Ley de Proteccion Integral a las Mujeres* (ARGENTINA, 2009) e a *Ley de Violencia Hacia Las Mujeres Basada em Genero* (URUGUAI, 2017).

Vulnerabilidade das mulheres no contexto da violência

A violência contra as mulheres, em muitas situações, está associada à situação de vulnerabilidade social resultado da ausência e/ou ineficácia das políticas de Estado, e isso faz com que esses crimes se perpetuem. Ser mulher no cenário global da desigualdade entre os gêneros é colocar-se em constante vulnerabilidade.

Ao efetuar o recorte para o contexto da América Latina, em decorrência de as legislações aqui reportadas serem provenientes de países que a compõe, podemos mencionar que, além dos altos índices de violência contra a mulher, outros agravantes, como narcotráfico, feminização da pobreza, corrupção, carência de políticas públicas de igualdade, incidem na precarização da existência das mulheres enquanto ser político e afeta diretamente a sua sobrevivência como ser humano.

Para Lagarde (2005), no mundo patriarcal as mulheres vivem em cativeiros em consequência de uma constante privação da liberdade em diversos âmbitos de suas vidas.

As mulheres estão em condição de cativeiro porque têm sido privadas de autonomia, de independência para viver, da possibilidade de escolher, e da capacidade de decidir. O cativeiro caracteriza as mulheres em relação ao poder da dependência vital, ao governo de suas vidas pelas instituições e particulares (os outros), a obrigação de cumprir com o dever feminino de seu grupo específico, traduzido em vidas estereotipadas, sem opções. Tudo isto é vivido pelas mulheres desde a posição de subordinação a que está submetido o domínio de suas vidas que, em todos os aspectos e níveis, exercem a sociedade e a cultura classistas e pa-

triarcais. As mulheres estão sujeitas ao cativeiro de sua condição genérica e de sua particular situação caracterizada pela opressão. (LAGARDE, 2005, p. 152, tradução nossa)

Ao nos apropriarmos das reflexões da autora, destacamos que a presença do governo na vida das mulheres nem sempre corresponde ao que elas almejam e nem sempre garante condições dignas para a sobrevivência. Governos na América Latina estão legislando sobre o corpo das mulheres em uma estratégia que tem como objetivo vetar políticas de direitos sexuais e reprodutivos que garantem a sua autonomia. Gallf e Uberoi (2016) pontuam que o direito das mulheres ao acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva na América Latina tem sido consistentemente atacado, na medida em que as normas em torno do aborto e da contracepção de emergência têm estado em constante estado de fluxo.

Políticas que possam garantir a segurança e a qualidade de vida para as mulheres na região têm sido negligenciadas. É como se a vida das mulheres não tivesse valor e assim pudessem ser “naturalmente” sacrificadas – os altos índices de feminicídio na região são exemplos do sacrifício diário dessas vidas.

O conceito de vida precária de Butler (2015) permite compreender adequadamente o *status* que a vida das mulheres tem assumido em um cenário de completa ausência de direitos. Para a autora, se certas vidas não são qualificadas como vidas, tendo em vista que, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos, como políticos, econômicos, de gênero, entre outros, então essas vidas não têm valor. Assim, se não há condições dignas de sobrevivência para as mulheres, não há reconhecimento de que tais vidas importam.

A partir do reconhecimento de forma inclusiva e igualitária da precariedade de uma determinada vida é que, segundo Butler (2015), políticas sociais efetivas podem ser geradas para que essas vidas sejam consideradas. Na mesma direção, Calce *et al.* (2015) apontam que ter em conta como se sentem e como se encontram as mulheres em situação de violência é de fundamental importância para desenhar sistemas públicos de segurança que obtenham êxito em protegê-las e, ao mesmo tempo, promovam mudanças nas condições sociais que produzem a violência.

Ao trazer o problema da violência contra a mulher para o centro do debate político, os movimentos feministas na América Latina reivindicaram o reconhecimento da precariedade da vida das mulheres. A criação de leis de proteção e combate à violência contra as mulheres é resultado desse reconhecimento.

Os movimentos em torno da criação dessas legislações na Argentina, Brasil, México e Uruguai foram amplos e apresentam especificidades que não podem ser descritas em sua amplitude no presente capítulo. Contudo, é importante destacar que o ponto em comum entre as respectivas leis é que elas foram inscritas dentro de um processo de mobilização política dos movimentos feministas e da adequação das legislações internas aos instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos ratificados por esses países, como a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção de Belém do Pará⁴ na década de 1990.

No Brasil, a violência contra as mulheres sempre foi uma pauta de luta presente nos movimentos feministas, e os êxitos são resultado dessa luta. No ano de 1985, surgiram as primeiras delegacias especializadas em atendimentos às mulheres vítimas de violência (Deams) no estado de São Paulo e rapidamente foram expandidas para todos os estados da federação. Em 2006, foi criada a lei para punir e coibir a violência doméstica contra a mulher, sendo nomeada de Lei Maria da Penha como uma homenagem à luta de Maria Penha Maia Fernandes, vítima de violência doméstica, que, com o apoio do Centro pela Justiça pelo Direito Internacional (Cejud) e o Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem) – organização feminista –, formalizaram uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) para que o seu agressor fosse punido, tendo em vista que o país não dispunha de mecanismos

4 A Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida também como a Convenção de Belém do Pará, local em que foi adotada em 1994, propõe pela primeira vez o desenvolvimento de mecanismos de proteção e defesa dos direitos das mulheres como fundamentais para lutar contra o fenômeno da violência contra sua integridade física, sexual e psicológica, tanto no âmbito público como no privado.

suficientes e eficientes para proibir a prática de violência doméstica contra a mulher.

No México, os movimentos feministas realizaram uma aliança com as legisladoras para impulsionar a criação da *Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia* e foram exitosos nessa aliança, que resultou em um projeto o qual mudou a visão das instituições sobre a violência contra as mulheres, tendo sido aprovado na Câmara dos Deputados em abril de 2006 e ratificado pelo Senado em dezembro do mesmo ano⁵.

Na Argentina, a *Ley de Protección Integral a las Mujeres* foi criada no mesmo ano em que foi criada a Lei nº 26.522 de Serviços de Comunicação Audiovisual, popularmente conhecida como *Ley de Medios*⁶ (2009). Ambas tiveram ampla participação das mulheres nas articulações e em audiências públicas que foram realizadas em várias províncias argentinas para debater demandas relacionadas. Na *Ley dos Medios*, há referência ao tema violência de gênero nos meios de comunicação. Conforme Gil (2017),

Em atendimento às convenções e tratados internacionais ratificados e, em consonância com a luta dos movimentos de mulheres/feministas, em 11 de março de 2009 foi sancionada e em 1º de abril do mesmo ano, promulgada na Argentina a Lei Nacional Nº 26.485 “Violencia Contra La Mujer. Prevención, Sanción y Erradicación”. A lei foi celebrada por distintos organismos internacionais dada sua ênfase integral sobre o problema (GIL, 2017, p. 118, tradução nossa)

No Uruguai não foi diferente: a articulação dos movimentos feministas também desempenhou seu papel para criação da lei integral de combate à violência contra as mulheres, o que resultou em uma ampla tipificação da violência (18 tipos), incluindo a violência obstétrica,

5 *Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia*. Disponível em: <https://cimacnoticias.com.mx/noticia/ley-general-de-acceso-de-las-mujeres-a-una-vida-libre-de-violencia/> Acesso em: 11 dez. 2019.

6 A Lei nº 26.522 de Serviços de Comunicação Audiovisual, conhecida como *Ley de Medios*, é uma lei que estabelece as normas para reger o funcionamento e a distribuição de licenças para os sistemas de rádio e televisão na República Argentina.

simbólica e midiática. Nenhum dos referidos países eliminou a violência contra a mulher e, em muitas situações, a impressão é de que, mesmo com a criação de legislações avançadas, a estrutura judicial não dá conta da demanda, o que faz da região, segundo a Organização das Nações Unidas para as Mulheres (ONU – Mulher), uma das mais letais para sobrevivência das mulheres⁷.

A vulnerabilidade nas legislações sobre a violência contra as mulheres: Brasil, México, Argentina e Uruguai

A maioria das leis aqui referenciadas não faz menção nominal à vulnerabilidade. Essa ausência, contudo, não significa que não seja considerada para compreender que as violências que colocam as mulheres em situação de vulnerabilidade refletem problemas estruturais mais amplos. A violência contra a mulher expressa a desigualdade de poder presente nas relações entre homens e mulheres, causando danos e prejuízos para as mulheres em vários âmbitos, como no espaço público e privado.

A única legislação que faz referência nominal à palavra vulnerabilidade é a Lei nº 26.485 da Argentina. Em seu artigo 5º, que define os tipos de violência contra a mulher, destaca-se a violência sexual como sendo

[c]ualquier acción que implique la vulneración en todas sus formas, con o sin acceso genital, del derecho de la mujer de decidir voluntariamente acerca de su vida sexual o reproductiva a través de amenazas, coerción, uso de la fuerza o intimidación, incluyendo la violación dentro del matrimonio o de otras relaciones vinculares o de parentesco, exista o no convivencia, así como la prostitución forzada, explotación, esclavitud, acoso, abuso sexual y trata de mujeres. (ARGENTINA, 2009, p. 2)

Já o artigo 6º, que trata das modalidades de violência contra a mulher, ao pontuar que a falta de liberdade reprodutiva é um tipo de violência, descreve em sua letra “d” do referido artigo que ela pode

⁷ Intimate Partner Violence Against Women in the Americas: data and action. Disponível em: https://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=14958:intimate-partner-violence-in-the-americas-data-and-action&Itemid=41342&lang=en. Acesso em: 19 dez. 2019.

ser definida como aquela que vulnerabiliza o direito das mulheres de decidir de forma livre e responsável o número de gravidezes e o intervalo entre os nascimentos. O artigo 16º, que apresenta as disposições gerais da lei, estabelece direitos e garantias mínimas de procedimentos judiciais e administrativos. Entre as disposições, a letra “e” do referido artigo destaca que as mulheres devem receber proteção judicial urgente e preventiva se seus direitos se encontrarem ameaçados ou vulnerabilizados.

A vulnerabilidade no texto da lei argentina é colocada como resultante da violência sexual, da falta da liberdade reprodutiva, e destaca que é dever do Estado impedir que vidas se tornem vulneráveis em decorrência da violência de gênero. O Estado tem pressuposto da garantia da cidadania plena para as mulheres, que inclui o atendimento do que Butler (2015) nomeia como suporte estrutural na vida social, econômica e política.

Na mesma direção, Lagarde (2015) acrescenta a autonomia como condição para garantia da cidadania:

Desde a perspectiva de gênero, a proposta é construir a autonomia garantindo a cidadania plena das mulheres (...). A proposta feminista de democratização inclui democratizar o gênero feminino, as relações com o Estado. A este conjunto de transformações chamamos “a construção da cidadania plena entre mulheres e homens”. Isto é o que chamamos a constituição das mulheres como sujeito social, sujeito político e sujeito jurídico. Se trata de uma cidadania que inclui as especificidades das mulheres. (LAGARDE, 2015, p. 202, tradução nossa)

A autora dá pistas para o entendimento de que a superação da vulnerabilidade feminina, especialmente no contexto da América Latina, depende do avanço da igualdade entre os gêneros, que está diretamente ligada à garantia do suporte estrutural na vida.

As demais legislações aqui referenciadas, embora não façam referência textual à vulnerabilidade, ao mencionar os tipos de violência contra a mulher tratam das especificidades da vulnerabilidade que atravessa a vida das mulheres.

Na Lei Maria da Penha, o art. 7º define que são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: a violência física, a violência psicológica, a violência sexual, a violência patrimonial e a violência moral (BRASIL, 2006, p. 3).

A *Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia* destaca, em seu art. 6º, que os tipos de violência contra as mulheres são: violência psicológica, violência patrimonial, violência sexual e quaisquer outras formas análogas que lesionem ou sejam suscetíveis de causar danos à dignidade, integridade ou liberdade das mulheres (MÉXICO, 2007).

A *Ley de Proteccion Integral a las Mujeres*, em seu artigo 5º, descreve como tipos de violência: a violência física, a violência psicológica, a violência sexual, a violência econômica e patrimonial e a violência simbólica (ARGENTINA, 2009).

A *Ley de Violencia Hacia Las Mujeres Basada em Genero*, em seu artigo 6º, destaca que constituem manifestações de violência baseada em gênero: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência por preconceito em relação à orientação sexual, identidade de gênero ou expressão de gênero, violência em âmbito educativo, violência econômica, violência patrimonial, violência simbólica, violência obstétrica, violência laboral, assédio sexual em ambiente público, violência política, violência midiática, violência feminicida, violência doméstica, violência comunitária, violência institucional, violência étnica-racial (URUGUAI, 2018, p. 27).

Como é possível notar, a descrição dos tipos de violência nas referidas legislações está diretamente relacionada às ameaças ao corpo físico e mental/psicológico das mulheres que vulnerabilizam suas vidas.

Na legislação brasileira e na mexicana, não há uma descrição mais ampla dos tipos de violência, enquanto a legislação argentina avança ao tipificar a violência simbólica como um tipo de violência vivenciada pelas mulheres. A legislação uruguaia, a mais nova entre as quatro analisadas, estabelece um amplo leque de tipos de violência, e aqui destacamos a presença da violência simbólica, da violência midiática e da violência feminicida.

A intensificação das vulnerabilidades vivenciadas pelas mulheres tem culminado em feminicídios. Ainda que tenha sido tipificado no rol das violências praticadas contra as mulheres, a lei mexicana, em seu capítulo V, no art. 21º, faz referência à violência feminicida como sendo

la forma extrema de violencia de género contra las mujeres, producto de la violación de sus derechos humanos, en los ámbitos público y privado, conformada por el conjunto de conductas misóginas que pueden conllevar impunidad social y del Estado y puede culminar en homicidio y otras formas de muerte violenta de mujeres. (MÉXICO, 2018, p. 6)

Já a Lei nº 19.580 do Uruguai descreve a violência feminicida como uma *“acción de extrema violencia que atenta contra el derecho fundamental a la vida y causa la muerte de una mujer por el hecho de serlo, o la de sus hijas, hijos u otras personas a su cargo, con el propósito de causarle sufrimiento o daño”*.

É importante destacar que o México foi um dos primeiros países na América Latina a tipificar o feminicídio no código penal. A América Latina é pioneira no reconhecimento dos feminicídios, pois reconheceu esse crime do ponto de vista jurídico após uma longa articulação política dos movimentos feministas.

A seguir, tratamos da violência simbólica e midiática, muitas vezes desconsideradas no rol das vulnerabilidades que as mulheres são acometidas, mas que trazem danos e, portanto, devem ser problematizadas.

Violência simbólica e midiática a partir do enfoque de gênero

Ao focar a violência simbólica e midiática no escopo das vulnerabilidades vivenciadas pelas mulheres, reconhecemos que elas habitam no ecossistema da comunicação e assim podem e têm incidido nos processos de socialização que perpetuam a violência contra as mulheres no mundo.

Para Segato (2018), se o ato violento é entendido como uma mensagem, os atos de violência se comportam como uma linguagem. Romper com o ato violento transformado cotidianamente em linguagem que estrutura as notícias sobre a violência contra as mulheres exige, segundo a autora,

um esforço permanente em desinstalar do sistema de comunicação a linguagem que subjuga e revitimiza as mulheres.

O poder simbólico, por trás de um ato violento tornado mensagem no contexto dos meios de comunicação, tem sua potência ampliada pela possibilidade de influenciar na formação da opinião pública. O patriarcado, como um sistema no qual os homens exercem domínio em vários âmbitos, perpetua a desigualdade entre os gêneros, e tal sistema é abastecido cotidianamente pela representação inadequada e injusta da realidade das mulheres que as narrativas midiáticas oferecem.

No plano da linguagem – e, portanto, no plano simbólico e político –, o que é considerado feminino tem menos valor, e a violência contra a mulher como um ato de invasão dos corpos das mulheres evidencia o desprezo pelo feminino. Para Vasquez:

[t]anto os movimentos como as teorias feministas têm abordado frequentemente a questão da linguagem e sua utilização, considerando a necessidade de fazer visíveis sujeitos e fenômenos que, enquanto permanecem sem denominação específica, resultam invisíveis, ou melhor, “invisibilizados” para a sociedade. (VASQUEZ, 2014, p. 84)

Uma representação injusta, nessa direção, configura-se como um ato de violência simbólica contra as mulheres. Pressupor um ideal de “mulher universal” traz uma perspectiva de “representação” sempre problemática. Mulheres precisam ser representadas de forma plural considerando toda a diversidade e o papel social que elas exercem em diferentes esferas.

A violência não está apenas ao mostrar as mulheres sempre subjugadas ao poder masculino, nem em como se mostram seus corpos como objetos sexuais. A violência está também expressa de forma mais sutil e implícita nas estruturas narrativas pelas quais as mulheres são definidas sempre como objetos passivos e os homens sujeitos ativos; nas formas em que se tratam as relações; nos modos em que aparecem os corpos; no lugar onde se situa o ponto de vista ou se focaliza uma imagem e, por conseguinte,

nos estereótipos que têm dominado a ficção ao longo do tempo.
(RODAL, 2015, p. 246, tradução nossa)

As legislações que se debruçam sobre a prevenção e erradicação da violência contra as mulheres, a partir do momento em que englobam a violência simbólica e midiática, sinalizam que tais violências trazem vulnerabilidade à vida das mulheres e, portanto, também precisam estar presentes no texto da lei para evitar abusos e danos.

No Brasil, a Lei nº 11.340, nomeada como Lei Maria da Penha, foi sancionada em agosto de 2006, sendo composta por quatro capítulos distribuídos em 46 artigos. A lei cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Em seu capítulo 1, art. 5º, a lei descreve a violência doméstica e familiar contra a mulher como sendo qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Não há referência direta ou indireta à violência simbólica nem à violência midiática. Não há uma justificativa aparente para a ausência dessas violências na legislação, mas é possível sugerir que a articulação dos movimentos feministas no Brasil em torno do tema não resultou em um apelo mais amplo que resultasse em sua inclusão no corpo da lei. Além disso, diferentemente do México, Argentina e Uruguai, marcados por uma forte atuação política de associações de jornalistas com visão de gênero, o Brasil não possui nenhuma organização nacional de mulheres jornalistas com foco nas questões de gênero. Apenas no ano de 2017 a Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) criou uma comissão exclusiva para tratar das questões que envolviam a demanda das mulheres, a Comissão Nacional de Mulheres.

Criada em 2013, a *Global Alliance on Media and Gender* (Gamag), rede mundial de pessoas e organizações lançada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para atuar pelo avanço da igualdade de gênero na mídia e nas TICs é presidida por uma mexicana, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México (Unam), Aimée Vega Montiel.

No México, a *Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia* foi promulgada em 1º de fevereiro de 2007 e em 2018 foi reformada, contando com cinco capítulos distribuídos em 60 artigos.

A lei busca garantir a prevenção, a atenção, a sanção e a erradicação de todos os tipos de violência contra as mulheres durante seu ciclo de vida além de promover seu desenvolvimento integral e sua plena participação em todas as esferas da vida. A lei, em seu artigo 5º, item IV, descreve a violência contra as mulheres como sendo qualquer ação ou omissão, baseada em seu gênero, que lhes cause dano ou sofrimento psicológico, físico, patrimonial, econômico, sexual ou a morte, tanto no âmbito privado como no público.

A lei mexicana, contemporânea da lei brasileira, não faz referência direta à violência simbólica e violência midiática, mas observa-se uma descrição relacionada ao tema. No capítulo II, que trata do Programa Integral para Prevenir, Atender, Sancionar e Erradicar a Violência Contra as Mulheres, o art. 38º descreve as ações do programa na perspectiva de gênero. Entre elas está “*vigilar que los medios de comunicación no fomenten la violencia contra las mujeres y que favorezcan la erradicación de todos los tipos de violencia, para fortalecer el respeto a los derechos humanos y la dignidad de las mujeres*” (MÉXICO, 2018, p. 11).

No capítulo III, que aborda a distribuição das competências em matéria de prevenção, atenção, sanção e erradicação da violência contra as mulheres, o art. 41º trata do compromisso que a Federação deve assumir para o cumprimento dos objetivos da lei, entre eles “[v]igilar que los medios de comunicación no promuevan imágenes estereotipadas de mujeres y hombres, y eliminen patrones de conducta generadores de violencia” (MÉXICO, 2018, p. 13).

O art. 42º, que descreve a responsabilidade da Secretaria de Governo, destaca que ela deve

X. Vigilar y promover directrices para que los medios de comunicación favorezcan la erradicación de todos los tipos de violencia y se fortalezca la dignidad y el respeto hacia las mujeres;

XI. Sancionar conforme a la ley a los medios de comunicación que no cumplan con lo estipulado en la fracción anterior (MÉXICO, 2018, p. 14)

Na Argentina, a Lei nº 26.485, intitulada *Ley de Protección Integral a las Mujeres*, que busca prevenir, sancionar e erradicar a violência contra as mulheres, foi promulgada em 11 de março de 2009. A lei possui quatro capítulos distribuídos em 45 artigos e define a violência contra as mulheres da seguinte forma:

Se entiende por violencia contra las mujeres toda conducta, acción u omisión, que de manera directa o indirecta, tanto en el ámbito público como en el privado, basada en una relación desigual de poder, afecte su vida, libertad, dignidad, integridad física, psicológica, sexual, económica o patrimonial, como así también su seguridad personal. Quedan comprendidas las perpetradas desde el Estado o por sus agentes. Se considera violencia indirecta, a los efectos de la presente ley, toda conducta, acción omisión, disposición, criterio o práctica discriminatoria que ponga a la mujer en desventaja con respecto al varón. (ARGENTINA, 2009, p. 2)

A legislação argentina contempla a questão da violência simbólica e midiática. Em seu art. 5º, que trata sobre os tipos de violência, a simbólica é um dos tipos e é descrita como “[l]a que a través de patrones estereotipados, mensajes, valores, íconos o signos transmita y reproduzca dominación, desigualdad y discriminación en las relaciones sociales, naturalizando la subordinación de la mujer en la sociedad”.

O art. 6º trata das modalidades da violência, que são entendidas como as formas em que se manifestam os tipos de violência contra as mulheres nos diferentes âmbitos, entre eles os meios de comunicação.

f) Violencia mediática contra las mujeres: aquella publicación o difusión de mensajes e imágenes estereotipados a través de cualquier medio masivo de comunicación, que de manera directa o indirecta promueva la explotación de mujeres o sus imágenes, injurie, difame, discrimine, deshonne, humille o atente contra la dignidad de las mujeres, como así también la utilización de mujeres, adolescentes y niñas en mensajes e imágenes pornográ-

ficas, legitimando la desigualdad de trato o construya patrones socioculturales reproductores de la desigualdad o generadores de violencia contra las mujeres. (ARGENTINA, 2009, p. 4)

No art. 11º, que trata das políticas públicas especificamente sobre a forma de o Estado Nacional implementar o desenvolvimento das ações prioritárias estabelecidas na lei, há uma descrição das competências de cada órgão, entre eles da Secretaria de Meios de Comunicação da Nação:

a) Impulsar desde el Sistema Nacional de Medios la difusión de mensajes y campañas permanentes de sensibilización y concientización dirigida a la población en general y en particular a las mujeres sobre el derecho de las mismas a vivir una vida libre de violencias;

b) Promover en los medios masivos de comunicación el respeto por los derechos humanos de las mujeres y el tratamiento de la violencia desde la perspectiva de género;

c) Brindar capacitación a profesionales de los medios masivos de comunicación en violencia contra las mujeres;

d) Alentar la eliminación del sexismo en la información;

e) Promover, como un tema de responsabilidad social empresaria, la difusión de campañas publicitarias para prevenir y erradicar la violencia contra las mujeres. (ARGENTINA, 2009, p. 11)

No Uruguai, a Lei nº 19.580, intitulada *Ley de Violencia Hacia Las Mujeres Basada en Genero*, foi promulgada em 22 de dezembro de 2017, sendo constituída por sete capítulos distribuídos em 98 artigos. O art. 4º da lei define a violência baseada em gênero como uma forma de discriminação que afeta diretamente ou indiretamente a vida, liberdade, dignidade, integridade física, psicológica, sexual, econômica ou patrimonial, assim como a segurança pessoal das mulheres.

No que diz respeito ao que constitui as manifestações de violência baseada em gênero, o art. 6º contempla a violência simbólica, a violência midiática e as tipifica:

G) Violencia simbólica. Es la ejercida a través de mensajes, valores, símbolos, íconos, imágenes, signos e imposiciones sociales, económicas, políticas, culturales y de creencias religiosas que transmiten, reproducen y consolidan relaciones de dominación, exclusión, desigualdad y discriminación, que contribuyen a naturalizar la subordinación de las mujeres.

M) Violencia mediática. Toda publicación o difusión de mensajes e imágenes a través de cualquier medio masivo de comunicación, que de manera directa o indirecta promueva la explotación de las mujeres o sus imágenes, injurie, difame, discrimine, deshonre, humille o atente contra la dignidad de las mujeres, legitime la desigualdad de trato o construya patrones socioculturales reproductores de la desigualdad o generadores de violencia contra las mujeres. (URUGUAI, 2017, p. 26)

O art. 26º trata das competências dos órgãos e organismos vinculados às políticas de comunicação para combater a violência midiática, e aqui destacamos duas:

C) Promover códigos de ética que combatan los contenidos que refuercen, justifiquen o toleren la violencia contra las mujeres.

D) Garantizar el respeto de los derechos de las mujeres, su imagen y su privacidad y, en particular, el derecho de las niñas, niños y adolescentes. (URUGUAI, 2018, p. 32)

No art. 28º, que trata das diretrizes para as políticas de infância e adolescência, destaca-se a necessidade de “[p]romover la superación de los estereotipos de género en las políticas públicas, en los programas y servicios de atención, en la imagen de las adolescentes y niñas en los medios de comunicación, en los espectáculos públicos y en la publicidad”.

A questão do combate à violência de gênero simbólica e midiática, embora possa ser vista como inovação, principalmente no texto da lei argentina e da lei uruguaia, não é reflexo de uma demanda recente: o esforço para criação de mecanismos para combatê-las data do início dos anos 1980. O Relatório *MacBride*, por exemplo, marco sobre a temática do direito à comunicação no mundo, construído pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1980), alertou para a importância da igualdade de gênero na comunicação ao destacar que a comunicação deve ser bidirecional, de modo que os participantes possam dialogar de maneira democrática e equilibrada.

Fomentar a igualdade entre os gêneros em todos os espaços sociais, eliminando todas as formas de discriminação contra as mulheres, é um compromisso assumido por inúmeras nações ao redor do mundo, conforme os tratados e convenções que se tornaram parte, dos quais citamos: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará)⁸ e a Declaração e a Plataforma de Ação de Beijing⁹. (NOGUEIRA, 2018, p. 32)

Em 1982, quando Michele Mattelart publicou a obra “Mulheres e Indústrias Culturais”, resultado de um trabalho para a Divisão de Desenvolvimento Cultural da Unesco, ancorada na Teoria Crítica, a autora questionou a representação da imagem da mulher construída pela mídia e pela cultura de massa, apontando para a violência simbólica exercida na representação da imagem da mulher nos meios de comunicação e como isso traz danos para as mulheres. Ao tratar do contexto ibero-americano, Montiel aponta que,

Em matéria de igualdade de gênero nos sistemas de comunicação, os governos da região não têm empreendido ações contun-

8 Apresentada em Belém do Pará, Brasil, no ano de 1994, a convenção é adotada para fortalecer a proteção às mulheres no contexto da América Latina e Caribe.

9 Apresentadas durante a IV Conferência Mundial sobre os Direitos das Mulheres, realizada em Beijing, na China, no ano de 1995.

denes em favor dos direitos humanos das mulheres. Existe uma insuficiente e inadequada implementação de políticas de gênero nas instituições, incluso os meios de comunicação. Isto é, não existe uma política formal de gênero e comunicação a nível das leis que regulam a quase totalidade dos sistemas de comunicação em nossa região. Existem, contudo, alguns princípios gerais nesses instrumentos ou tímidas recomendações que têm um efeito mínimo nas indústrias de comunicação. (MONTIEL, 2014, p. 73, tradução nossa)

A crítica de Mattelart (1982) sobre a representação injusta das mulheres nos meios de comunicação e a crítica de Montiel (2014) sobre a ineficácia dos governos na implementação das políticas de comunicação e gênero, embora efetuadas em tempos e contextos distintos, são atuais e evidenciam que a existência de tratados e legislações nacionais sobre o tema não é suficiente se não houverem esforços suficientes para que sejam implementados.

As violências simbólica e midiática, embora colocadas no campo jurídico em leis que tratam da violência contra a mulher aqui destacadas, são atravessadas por questões econômicas, sociais e políticas, o que causa obstáculos para o seu cumprimento.

Ao dirigir-nos para uma reflexão final sobre tais violências, cabe destacar que uma violência não invisibiliza outra violência. Por mais que a violência física e seu ápice na ocorrência dos feminicídios sejam as principais causas da vulnerabilidade das mulheres, a violência simbólica e a violência midiática apresentam danos, e assim não podem ser vistas como menores. Ao estabelecer representações injustas e estereotipadas das mulheres, os meios de comunicação produzem e renovam constantemente significações imaginárias sobre as mulheres, e essas significações, para Mattelart (2014), produzem efeitos concretos nas diversas práticas sociais.

A existência de legislações que apresentam formas de prevenir, sancionar e erradicar a violência contra as mulheres e que contemplam nominalmente a questão da violência simbólica e midiática como causadoras de danos à vida das mulheres, mesmo sendo avançada diante de um contexto de monopólio das comunicações que ainda impera na

América Latina (ainda que com esforço de alguns países como Argentina e Uruguai para desestabilizá-lo), enfrenta obstáculos para sua implementação no campo jurídico e econômico, fazendo necessária a emergência de novas articulações pelos movimentos feministas cobrando a implementação das legislações.

Referências

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALCE, Carla; ESPAÑA, Valeria; MAZZITELLI, María Goñi; MAGNONE, Natalia; MESA, Serrana; TANANTA, Flor de María Meza; PACCI, Gabriela; ROSTAGNOL, Susana; CHERRO, Mariana Viera. *La violencia contra las mujeres en la agenda pública: aportes en clave interdisciplinar*. Colección Artículo 2. Montevideo: Imprenta Rojo, 2015.

GALLF, Beatriz; DESLANDES, Suely. Ameaças de retrocesso nas políticas de saúde sexual e reprodutiva no Brasil em tempos de epidemia de Zika. In: *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, 2016, p. 1-3.

GIL, Ana Soledad. La Ley Nacional sobre Violencia Contra las Mujeres y su tratamiento en la prensa argentina: entre lo políticamente correcto y la elusión. *Gênero e Direito*, Paraíba, v. 6, n. 2, 2017, p. 114-133.

LAGARDE, Marcela. *Los cautiverios de las mujeres: madreposas, monjas, putas, presas y locas*. 4. ed. Ciudad del México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

LAGARDE, Marcela. *Claves Feministas para mis socias de vida*. Colección Feminismos Populares. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Batalla de Ideas, 2015.

MATTELART, Michèle. *Mujeres e industrias culturales*. Colección Cuadernos Anagrama. Comunicación. Barcelona: Anagrama, 1982.

MATTELART, Michèle. Género, comunicación e investigación desarrollada por mujeres. *Espacios de comunicación*. IV Congreso Internacional de la Asociación Española de Investigación en Comunicación, Espanha, 2014.

MONTIEL, Aimee Vega. La Investigación Feminista en Comunicación en Iberoamérica: avances, retos y perspectivas. *Espacios de comunicación*.

IV Congreso Internacional de la Asociación Española de Investigación en Comunicación, Espanha, 2014.

NOGUEIRA, Rose Dayanne Santana. *Comunicar con Clave de Género: una análise das ações da Defensoría del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual para Igualdade na Argentina*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Tocantins, 2018.

RODAL, Asunción Bernárdez. *Mujeres en Medios: propuestas para analizar la comunicación masiva con perspectiva de genero*. Madrid: Editorial Fundamentos, 2015.

SEGATO, Rita. *Contra-Pedagogias de la Crueldad*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

UNESCO. *Many Voices, One World: toward a new more just and more efficient world information and communication order*. London: Kogan Page, Unipub; Paris: Unesco, 1980. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066eb.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

VÁSQUEZ, Patsilí Toledo. *Femicídio/Feminicídio*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Didot, 2014.

Legislações consultadas

ARGENTINA. *Ley de Proteccion Integral a las Mujeres*. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/150000-154999/152155/norma.htm>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11340-7-agosto-2006-545133-publicacaooriginal-57150-pl.html>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MÉXICO. *Ley General de Acceso de Las Mujeres a una Vida Libre de Violencia*. 2007. Disponível em: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/209278/Ley_General_de_Acceso_de_las_Mujeres_a_una_Vida_Libre_de_Violencia.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

URUGUAI. *Ley de Violencia Hacia Las Mujeres Basada en Genero*. 2017. Disponível em: <https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/docu249019642155.htm>. Acesso em: 10 nov. 2019.

III. Imagens e identidades

CAPÍTULO 7

Fotografia política, política fotográfica:
a obra de Nair Benedicto

AMANDA MAURÍCIO PEREIRA LEITE

Não importa se estou fotografando índio, se estou fotografando operário, ou se estou fotografando puta. O que importa é o que eu penso, como eu me coloco como mulher. Tem gente que acha que sou politizada demais. Dizem que politizo tudo. Mas não sou eu que politizo, a vida que é politizada

NAIR BENEDICTO¹

“Não importa se estou fotografando índio, se estou fotografando operário, ou se estou fotografando puta. O que importa é o que eu penso, como eu me coloco como mulher. Tem gente que acha que sou politizada demais. Dizem que politizo tudo. Mas não sou eu que politizo, a vida que é politizada”

Uma das grandes expoentes da fotografia brasileira, Nair Benedicto é paulista, fotógrafa formada em Rádio e Televisão pela Universidade de São Paulo (USP). Seu trabalho registra temas da população e da cultura popular brasileira. Como fotojornalista, em 1970, foi a primeira mulher a cobrir manifestações de rua enquanto este trabalho ainda era direcionado a homens fotógrafos. Mundialmente reconhecida, suas obras estão presentes em países como França, Espanha, Cuba, Itália, Estados Unidos, Suíça, Equador e México, com destaque para as imagens que integram

¹Entrevista sobre mulheres e fotografia: uma conversa com Nair Benedicto. Nair Benedicto & Erika Zerwes. Publicado em: 09 de outubro de 2018 na Revista Zum. Disponível em: <https://revistazum.com.br/entrevistas/conversa-nair-benedicto/>. Acesso em: 17 ago. 19.

os acervos do The Museum of Modern Art (MOMA) em Nova Iorque, do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) e no Museu da Arte Moderna na cidade do Rio de Janeiro.

Há muita sensibilidade, elegância estética e garra no modo como a fotógrafa apresenta temas minoritários. Grande parte de suas fotografias funcionam como denúncia das condições de existência dos movimentos sociais ou demandas de mulheres, crianças, indígenas, trabalhadores sem-terra e ainda a discriminação contra o povo nordestino. Temas que protagonizam e colocam em evidência problemas políticos, econômicos e sociais brasileiros. Seus convites visuais contestam o território nacional, seus conflitos e desafios. Por esta razão, Nair Benedicto esteve presa na época da ditadura, quando o governo procurava isolar opositores ao regime militar no Brasil entre os anos de 1960 a 1970. De lá para cá sua busca tem sido fotografar especialmente temas que tangem a existência de mulheres na tentativa de dar visibilidade a questões contemporâneas da sociedade e da cultura brasileira.

Gosto de pensar a obra de Nair Benedicto como um manifesto, um modo de comunicar ao mundo atravessamentos cotidianos que nos conectam e que narram, de diferentes formas, questões ligadas a vulnerabilidade social, étnica e/ou relativa às questões de gênero. Por isso, o convite deste capítulo é tomar a obra fotográfica de Nair Benedicto para além de seu aspecto documental, arquivo histórico e jornalístico, mas, como lugar de memória, narrativa e acontecimento. Ver nesta trajetória capturas feitas a partir do fotojornalismo, mas, também, a busca independente por imagens de dilemas sociais. Uma atuação consciente e reflexiva com a produção de imagens fotográficas na contemporaneidade.

Mulheres em foco

“Quando me perguntam se sou feminista, respondo que é impossível não ser”.

A fotografia documental de Nair Benedicto é política, faz política, sugere reflexões políticas. Imagens repletas de camadas, de contextos

que pedem tempo para olhar, tempo da pausa que lida com os múltiplos da visão, das leituras, das passagens, das fissuras abertas, das sensações provocadas da/na e pela imagem.

O universo feminino sempre esteve presente nos trabalhos de Nair Benedicto. Na mostra “Fé Menina”, realizada no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB/SP), em 2014, vemos uma grande retrospectiva da carreira da fotógrafa com imagens sobre a presença e a conquista do espaço das mulheres na sociedade brasileira. Mulheres, protagonistas da sensualidade, da fé, da devoção, do prazer presentes na variada paleta de cores da fotógrafa.

Na série *Mulheres trabalhando no Sisal* (1985), por exemplo, uma de suas obras impressas mais conhecidas, expõe a fragilidade e a falta de



Figura 1 - Mulheres trabalhando no sisal, Bahia, 1983

© Nair Benedicto/N Imagens

segurança no trabalho desenvolvido por mulheres no interior do estado da Bahia. Fotografar este tema e se deparar com pessoas mutiladas, sem braços ou partes das mãos, “foi muito difícil”, relata. Ao mesmo tempo, “quando eu entrei naquele ambiente [...] tinha um clima tão etéreo

naquilo, uma coisa, aquelas mulheres assim, tinha uma coisa tão de gravura naquela fotografia”².

Louvação à Iemanjá na Cidade de Praia Grande (São Paulo), 1978, outro exemplo, exibe tom dramático dada a expressividade da mulher como também a escolha da paleta em preto e branco. Embora se trate de um evento religioso onde fé e devoção sejam os temas centrais, quando descontextualizamos a imagem, vemos uma personagem frágil, com gestos interrompidos, barrada pelas mãos de alguém. Choro sem lágrima em uma foto plástica e emblemática.



Figura 2 – Louvação a Iemanjá, Praia Grande (SP), 1978

© Nair Benedicto/N Imagens.

Tesão no Forró do Mário Zan (São Paulo) 1978, exibe a sensualidade feminina. Jogo de corpo que se deixa levar. Olhos fechados, mãos apertadas, pescoço entregue ao beijo, é assim que a mulher vive o momento, a “pegada”, aquela noite no forró. Pessoas simples, da zona periférica de São Paulo, trabalhadores/as que, mesmo após uma semana árdua, quase

² FÉ MENINA Documentário sobre Nair Benedicto. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=84&v=06wGXE5uyqI. Acesso em: 20 jan. 2020.

sem descanso, ressignificam o tempo. Sentem prazer. O *flash* dá ainda mais visibilidade ao sentimento discreto, que faz da imagem um ícone, um chamado a repensar nossa própria história. Onde, quando e de que forma as mulheres estão “autorizadas” a viver sensações como estas livre de julgamento e repressão? Ao comentar sobre os enredos das histórias que encontra pelo caminho Nair Benedicto fala do instante em que fotografou “*Tesão no forró de Mario Zan*”:

[...] eu comecei a fazer um material sobre os nordestinos em São Paulo e fui nos lugares em que eles se encontravam. E aí fui lá eu no forró do Mario Zan, e me surpreendeu [...] mesmo quando eu não queria, mesmo quando eu não me pautava de olhar, eu olhava para esta situação da mulher, sempre a mulher relacionada com o resto. [...] e no forró eu fui surpreendida porque realmente o homem dava uma encouchada na mulher, mas a mulher se encouchava de um modo muito legal com os homens [...] era bonito de ver. Sabe essa mulher assim puxando o homem pra ela? [...] Quando eu vi aquele chupão era bonito né? Uma cena bonita. Ela tá com um lenço dourado... e ela tá nas nuvens né? [...] o amor, o tesão faz parte da vida. É lindo né? E eu fiquei só com medo de atrapalhar o envolvimento ali.

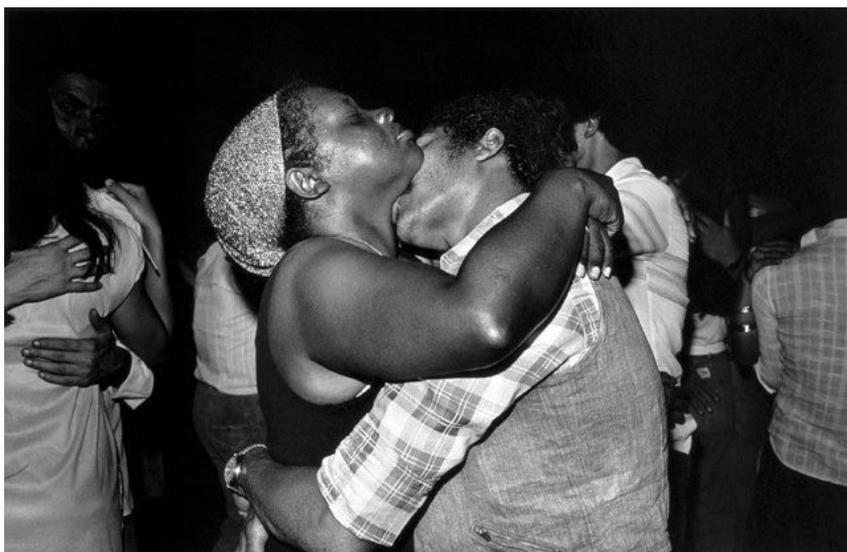


Figura 3 – *Tesão no Forró do Mário Zan*, São Paulo, 1978.

© Nair Benedicto/N Imagens.

Fotografias narram, contam histórias, provocam pensamentos. Diante da obra de Nair Benedicto estamos na presença de imagens que se conectam umas às outras pela articulação do olhar de quem as produz. Contextos, espaços e tempos distintos se cruzam e estimulam o espectador a decifrar no presente, a partir de seu repertório, parcelas da própria realidade na mescla com aspectos ficcionais. A fotografia pede que mergulhemos nos temas para falar de nós mesmos, quem somos, onde estamos, quais são as nossas identidades, nossos desejos...

Há nas imagens de Benedicto a valorização do simples, daquilo que ajuda a compor a vida, a própria humanidade. Estamos diante de cenas, objetos e questões cotidianas que acontecem na relação entre ela e o Outro, entre a imagem e o olhar, entre o *ver* e o *pensar*. Interessa o humano em todas as suas expressões, sensações e sentidos. A longa trajetória de pesquisa e de produção de imagens faz a fotógrafa transitar por diferentes temas dando a ver a invisibilidade social e a vulnerabilidade presente em muitos contextos brasileiros. Mas, não se engane! Chegar ao “simples” de Nair Benedicto não é tarefa fácil! É a experiência e a sensibilidade da fotógrafa que faz das imagens fontes de acontecimentos e narrativas carregando em si um tom de algo quase natural.

Nair Benedicto em diálogo com Gilles Deleuze

“Jamais interprete, experimente...”(DELEUZE, 1992, p. 109)

Acontecimento, conceito deleuzeano, nesta reflexão dialoga com as fotografias de Nair Benedicto. Um modo de pensar, de ter ideias, aberturas, experimentações, estabelecendo conexões imprevistas com outras forças vitais. Não vamos nos perguntar sobre o sentido de um acontecimento: o acontecimento é o próprio sentido. As fotos nos propõem acontecimentos, geram singularidades, mexem com o evento, com a ordem do evento. Não se trata daquilo que estou pensando, o acontecimento está sempre em devir.

As fotografias de Nair Benedicto são meio, rizoma, travessia, conversações. Não há ordem de leituras e de invenções, tampouco existe uma palavra última. Estamos diante da contaminação da ideia de verdade

com a noção de múltiplo, linha de fuga, aquilo que escapa ao mesmo tempo em que deseja.

Para Deleuze (2009), o acontecimento opera quando o pensamento pensa, isto é, quando algo de fora (neste caso as imagens) forçam o pensar e no próprio pensar vivemos experiências. O acontecimento fragmenta o tempo, não obedece uma lógica linear (*chronos*). É *Aion*³, tempo atemporal. Neste sentido, a obra de Nair Benedicto dialoga com a proposta filosófica de Deleuze. Seus temas continuam atuais e latentes. Pede que os pensemos e re-começemos de novo, de novo, de novo...

Um pensar que não se finda, mas que torna as significações sensíveis. As fotografias dizem de heterogeneidade, de dissenso, de atravessamentos de forças, traços, movimentos, camadas. O jogo se dá numa espécie de roubo, de contágio, de contaminações que não quer fixar o pensamento sobre algo, nem mesmo aprisionar ou ater uma ideia a determinado contexto e/ou evento, por exemplo, mas aceita o convite visual, faz pulsar o devir – um território de passagem, um vir-a-ser; um tornar-se que se opõe a um estado estático e imutável do ser.

Não explicar a imagem, fugir de uma didática pedagogizante e às vezes classificatória, talvez seja um modo de resistência. Resistir às lógicas postas, a representação de clichês, a paradigmas. Na contramão da explicação, o acontecimento possibilita experimentar as imagens fotográficas como uma maquinaria do pensar, do devir. Independe do contexto em que as imagens foram capturadas e da noção de passado, presente e futuro. Acontecimento é atravessamento que afeta a subjetividade e instaura no sujeito a diferença, o corte, a pausa, o entre-tempo. “Não existe obra que não indique uma saída para a vida, que não trace um caminho por entre as vias. Tudo o que escrevi era vitalista, pelo menos eu espero, e constituía uma teoria dos signos e do acontecimento” (DELEUZE, 2013, p. 183).

A obra de Nair Benedicto pede um olhar capaz de transformar, de ex-por-se, de lançar-se para fora de um determinado ponto de vista. Mas, qual é a força da/na fotografia? Talvez, nos colocar em movimento,

3 O tempo *Aion* é um tempo incorporal que cruza o tempo atual com o virtual; todavia esta é uma questão não que não aprofundarei aqui. Ver: Deleuze, Gilles. *Lógica do Sentido*. 2009, p. 167.

em estado de atenção. Olhar perpassa a entrega do sujeito aos atravessamentos, que não necessariamente parte de um ponto para chegar a outro, ao contrário, não existe ponto de partida ou de chegada. O que existe é o caminho, a caminhada. É a caminhada que excita o deslocamento do olhar e nos pede a pensar sobre nós mesmos, quem somos, onde estamos, que experiências vivenciamos etc.

Não somos expectadores distantes de conteúdos e paisagens. Estamos à espera de algo, experimentamos o presente por ele mesmo, por fotografias que nos chegam e nos tocam de algum modo. Este movimento exige que deixemos as zonas de conforto para reconhecer a fragilidade do sujeito ex-posto, a vulnerabilidade de cada um. Ver não pode estar associado a qualquer condição. Ver é um convite aberto.

Citei anteriormente que as fotografias narram histórias, coisas. Existem muitas noções sobre *narrativa*, justamente por se tratar de uma linguagem ampla e complexa. Narrar implica em estabelecer conexões com a memória, com a espontaneidade no ato de contar trechos que queremos dar voz, há também o espaço da seleção, onde numa gama muito variada de histórias reconstruímos e até reinventamos passagens que acreditamos em ter vivido. E se as fotografias de Nair Benedicto funcionam como rizomas, elas têm múltiplas entradas. Pelo menos nesta pequena seleção, desobedecem a qualquer lógica sequencial de início, fim ou contexto fixo, as imagens funcionam como “meio pelo qual crescem e transbordam” (DELEUZE, GUATTARI, 1992).

Walter Benjamin (2012, p. 221) em *O narrador*, diz que a narrativa é “uma forma artesanal de comunicação. Ela está interessada em transmitir [...] mergulha a coisa na vida [...] imprime-se na narrativa a marca do narrador”. Narrar perpassa o modo como o narrador recorda, pensa, conta e administra sua história. Roland Barthes (1971, p. 19-20) também escreveu neste sentido, ao afirmar que:

a narrativa pode ser sustentada pela linguagem articulada, oral ou escrita, *pela imagem*, fixa ou móvel, pelo gesto ou pela mistura ordenada de todas essas substâncias: está presente no mito, na lenda, na fábula, no conto, na novela, na epopeia, na história [...] Além disso, sob estas formas quase infinitas, a narrativa está presente em todos os tempos, em todas as sociedades; a narrativa

começa com a própria história da humanidade; *não há em parte alguma povo algum sem narrativa*, [...] a narrativa está aí, como a vida. [Grifo meu]

Pela narrativa nos conectamos, fazemos *links*, construímos significados, sentidos, produzimos conhecimento. As narrativas nos inspiram a estabelecer relações. Se a figura do narrador for dinâmica conseguirá chamar a atenção do ouvinte e desenvolver a fantasia, o imaginário, ao se comunicar e ao contar histórias. A questão da memória, por exemplo, presente nas narrativas em torno de imagens fotográficas, acaba por selecionar um conjunto de cenas e de conteúdo a serem compartilhados, possibilitando ativar o acontecimento no sentido deleuzeano. E cabe sempre lembrar que a imagem fotográfica e a própria narrativa são tão reais quanto ficcionais.

Uma alternativa interessante é tomá-las como metáfora acontecimental, ou seja, imagens e narrativas como desencadeadoras de temas que nos colocam em relação com o Outro, em contato com o mundo, numa lógica atemporal produtora de sentidos. Os temas fotográficos de Nair Benedicto (a questão dos imigrantes nordestinos, a desvalorização das mulheres, dos indígenas, dos trabalhadores sem-terra, das crianças, dilemas da região amazônica etc.), são complexos, conflitantes, integram o cotidiano de vidas das brasileiras e dos brasileiros. Lidamos diariamente com eles seja pela TV, pelo rádio, pelas revistas e em tabloides na internet. A questão é, estes temas nos atravessam?

Se narrar e fotografar é desejar tornar algo palpável, próximo da gente, poderia dizer que na obra de Nair Benedicto estamos numa via de mão dupla diante de fotografias políticas e de políticas fotográficas.

O que seria, então, encarar as fotografias enquanto acontecimento?

Talvez, uma tentativa de produzir sentido pelo pensar. Na relação com as imagens, querer “alguma coisa no que acontece, alguma coisa a vir de conformidade ao que acontece” (DELEUZE, 2009, p. 152). Dito de outra forma, nada está dado nas imagens, não existe uma mensagem imutável, a questão é encontrar possibilidades de perceber as imagens, os temas e as provocações que delas desdobram. Um movimento entre o sujeito, a imagem, o pensar e a coisa. Um pensar pela diferença, para

além da representação. E se o acontecimento é *Aion*, se comunica com todos os outros acontecimentos e acontece no momento mesmo em que acontece, como efeito da superfície – devir.

O acontecimento não se refere, portanto, ao estado das coisas, dos temas e/ou das personagens fotografadas por Nair Benedicto. Não se refere a identidades fixas, a contextos específicos, a lugares identificáveis. O acontecimento sugere outra coisa, como uma marca, um efeito que faz pensar. Uma imagem pode indicar muitas coisas, o acontecimento não é o significado, mas o pensamento. O verbo pede movimento, ação, somente assim seremos capazes de aprender o que acontece. E longe de querer definir, o acontecimento é, antes de tudo, a busca por narrativas e sentidos.

A obra fotográfica e a interlocução com Jacques Rancière

“a imagem não deixará tão cedo de ser pensativa”.

(RANCIÈRE, 2012, p. 125)

Ainda que grande parte do acervo fotográfico de Nair Benedicto tenha sido produzido em decorrência de seu trabalho como fotojornalista, é interessante que toda imagem é um recorte de tempo e de espaço, uma escolha fragmentada de um determinado tema, uma captura enquadrada que direciona e, às vezes, até influencia o olhar da leitora e do leitor. O recorte detalhado de uma cena maior também constrói, cria e recria muitas possibilidades narrativas.

Ainda que a fotografia tenha a intenção de representar uma parcela da realidade, o/a leitor/a pode interpretar a imagem, dar a ela novos enredos, um modo de olhar que extrapola a moldura para lançar a imagem à pluralidade de pensamentos, de conexões, de significados. Por vezes, aquilo que escapa da imagem, aquilo que não aparece e que não está visível, abre passagem para que pensemos e até enxerguemos o invisível, fazendo existir a ficção e múltiplos sentidos.

Se tomarmos as fotografias de Nair Benedicto como um conjunto de temas comuns, veremos nas imagens lugares de encontro, onde as histórias construídas pela fotógrafa podem se conectar às nossas, ativando

pequenos nós efêmeros. Narramos acontecimentos que derivam significações distintas e, às vezes, contrárias. Na fotografia *Mulheres trabalhando no Sisal* (1985), o que nos toca além da admirável composição estética é a história daquelas mulheres. Poderia ser a nossa história. A imagem fotográfica nos faz lembrar do aspecto humano, frágil, pensamos, então, em nós mesmos em outras esferas cotidianas. As mulheres entremeadas aos fios exibem os temas da dor, do sofrimento, da dignidade, ao mesmo tempo em que nos comove, nos sensibiliza e nos deixa indignados.

Vale lembrar que a imagem está sempre associada ao modo como vemos e, portanto, as conexões que estabelecemos com nossa própria experiência diante do tema. As narrativas existem porque em algum momento vimos, vivemos ou fomos condicionados a ver algo similar. E embora saibamos que o conceito de narrativa é amplo e segue sendo estudado por inúmeras áreas de conhecimento, na Comunicação também associamos narrativa a pensamento. Significa que é o modo como estabelecemos conexões que cria condições para construir, apresentar, representar, interpretar o pensamento narrativo humano.

Não vamos traçar aqui um estudo sistemático sobre a narrativa e suas estruturas, mas perceber que para chegarmos a certas significações acabamos nos movendo de perspectiva em perspectiva elucubrando possibilidades para o pensar humano. As fotografias, neste sentido, estimulam ainda mais o jogo entre o pensar e a linguagem narrativa, seja do ponto de vista científico, imaginativo e ficcional. No caso de Nair Benedicto conseguimos identificar elementos associados diretamente às questões da cultura, de costumes sociais, da vulnerabilidade de gênero etc. Sempre que revisitamos uma de suas imagens experimentamos (de novo) a construção narrativa de certa(s) realidade(s).

Nesta fotografia poderíamos criar inúmeras narrativas sobre o universo infantil, a brincadeira com máscaras, o jogo dinâmico e imaginativo que move as relações em comunidades populares brasileiras, a dramatização de uma contação de histórias, enfim, o argumento capaz de mover a esfera comunicativa poderia girar em torno do lúdico, da invenção de brincadeiras e brinquedos no cotidiano infantil, isto se a legenda da imagem não revelasse o contexto: *Mesa de cocaína no centro de São Paulo* (SP - 1991). A conjuntura é outra, como se virássemos o



Figura 4 – Cocaína, centro de São Paulo, 1991.

© Nair Benedicto/N Imagens.

jogo, a fotografia levanta hipóteses (talvez mais sérias e austeras), sugere denúncia dada a complexidade da captura e sua força enquanto imagem pensante. Para lembrar Rancière (2012, p. 10), “a imagem aqui tem sua luz incorporada. Ela se revela a si mesma. Sendo a sua própria fonte, aparece-nos como sua própria causa”.

As fotografias de Nair Benedicto não tratam apenas de denúncias e temas de vulnerabilidade social seja em relação a nordestinos, mulheres, crianças envolvidas com o tráfico de drogas, ou ainda, sobre os conflitos que giram em torno de integrantes do movimento Sem Terra. As imagens “são operações que vinculam e desvinculam o visível e sua imaginação, ou a palavra e seu efeito, que produzem e frustram expectativas” (RANCIÈRE, 2012, p. 13). E se entendemos e concordamos que as imagens nunca tratam de realidades simples, já que sua composição é porosa e complexa, podemos dizer que as fotografias operam “relações entre o dizível e o visível, maneiras de jogar com o antes e o depois, a causa e o efeito” (RANCIÈRE, 2012, p.14).

As imagens funcionam como mostruários de presença e de ausência, de semelhanças com o real e de inconstâncias, dessemelhanças, são

fragmentos de mundo recompostos pelo enquadre de alguém. Quando expostas em diferentes dispositivos e suportes podem induzir narrativas que marcam uma história, mas, também, sugerir signos e combinações de elementos com infinitas “novas frases-imagens”, como afirma Rancière (2012, p. 41). A noção de frase-imagem nos dá pistas para propor outras relações de pensar, ou seja, “a frase não é o dizível, a imagem não é o visível. Por frase-imagem entendo a união de duas funções a serem definidas esteticamente, isto é, pela maneira como elas desfazem a relação representativa do texto com a imagem” (2012, p. 56).

A obra de Nair Benedito tensiona o vai-e-vem narrativo, daí a importância de olhar mais de perto, mais de uma vez para as suas capturas e legendas. Assim como ocorre com a linguagem escrita, muitas pessoas tomam a fotografia como lugar de uma dada finalidade, tentam desvendar “o que a imagem quer dizer”; pouca gente procura entender as relações que se dão nos processos do pensar que constituem a narrativa imagética além de observar como ela passa a receber significados quando associada a símbolos de uma determinada cultura, seus padrões discursivos e narrativos.

Obviamente se a fotografia estiver associada a outros contextos (uma cultura diferente da nossa, por exemplo) sua gama de sentidos irá variar. Narramos, comunicamos e interpretamos com a intencionalidade de um contexto. Nossos discursos e formas de narrar são constantemente atualizados para que consigamos nos expressar dentro de um grupo social, organizando as narrativas e o pensamento humano.

Ao aproximar a obra de Nair Benedicto do pensamento filosófico de Rancière, é interessante ponderar que embora no trabalho de Nair não encontremos declaradamente a intenção de chocar o olhar daquele que vê as fotografias, seja pela dureza dos temas ou pela própria composição estética fotográfica, talvez a ideia de choque comentada pelo filósofo seja pertinente, “trata-se de organizar um choque, de pôr em cena uma estranheza do familiar, para fazer aparecer outra ordem de medida que só se descobre pela violência de um conflito” (RANCIÈRE, 2012, p. 67).

Ao dar evidência a personagens marginalizados, minorias esquecidas socialmente, Nair Benedicto nos conecta a eles, nos coloca em espécie de continuidade de vida/espço em comum, organiza um choque e cons-

trói uma narrativa contínua. Dá a ver o visível e o pensável em outras formas de vida cotidiana, enfatizando cenas de mundos sensíveis. A fotografia provoca, induz subjetividades políticas, pede outros modos de sentir. A fotografia política e a política fotográfica presente na obra de Nair Benedicto colocam em funcionamento aquilo que Rancière chama de “partilha do sensível”:

denomino partilha do sensível o sistema de evidencias sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. (RANCIÈRE, 2009, p. 15)

Isto esteve e está presente nas obras produzidas pela fotógrafa. Registrar o Brasil a partir da cultura popular, da dança, da música, dos povos indígenas, das condições precárias de trabalho de mulheres, e ainda hoje, capturar o universo feminino com mais força, na tentativa de dar evidência aos conflitos enfrentados cotidianamente por mulheres, seja a discriminação de gênero e busca incansável pelos direitos da mulher, tem movido o olhar e ação de Nair Benedicto. Para além de uma classificação artística, documental ou de qualquer outra ordem, suas fotografias são gritos de resistência.



Figura 5 – Dia Internacional de Luta das Mulheres, na Praça Oswaldo Cruz, em São Paulo, 2018.
Fonte: <https://www.instagram.com/nairbenedicto>

“A arte é uma possibilidade de você gritar, de você se exprimir e de você formar uma... talvez uma corrente de resistência. Eu acho que a arte é resistência” (Nair Benedicto, 2017⁴)

Podemos pensar e dizer que o que está em jogo no mundo, na política, com as minorias e as mulheres afeta e pode ser capturado como forma de experiência. “A política e a arte, tanto quanto os saberes, constroem “ficções”, isto é, rearranjos entre o que se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer” (RANCIÈRE, 2009, p. 59).

Para continuar em movimento...

“eu não sou uma pessoa de pegar em armas, mas eu sei que minha cabeça, minhas mãos, meus olhos são minhas armas. Por isso eu não perco nenhuma oportunidade de me colocar politicamente. Nenhuma”. (Nair Benedicto, 2017⁵)

Se as imagens de Nair Benedicto produzem fotografias políticas ao mesmo tempo em que traçam políticas fotográficas de resistência, podemos tomá-las como narrativas acontecimentais como vimos com Deleuze. Liberar ou desconstruir da/na imagem sua história narrativa. Tornar visível o jogo de forças em relação, a multiplicidade de leituras e de cartografias que menos querem historicizar ou sinalizar caminhos, mas que estão latentes em devir. Assim como faz a filosofia deleuziana, tomar a fotografia para inventar mundos possíveis.

Ao romper uma lógica linear e coerente de leitura fotográfica estamos mais próximos do caos, das afetações, das intensidades, do Acontecimento. Isto diz respeito a darmos novas narrativas e/ou formas (conceitos, para lembrar Deleuze) sobre a relação de forças presente nas coisas, nas conjecturas, na imagem fotográfica. E já entendemos com Deleuze que acontecimento não tem nada a ver com um fato, uma notícia, uma propaganda como anunciam os veículos de comunicação.

4 Entrevista realizada por Patrícia Monteiro, em 2017. Disponível em: <https://medium.com/@madalencei75/entrevista-com-nair-benedicto-cb42cd8955c1>.

5 Entrevista realizada por Patrícia Monteiro, em 2017. Disponível em: <https://medium.com/@madalencei75/entrevista-com-nair-benedicto-cb42cd8955c1>.

Nos afastamos então da ideia de origem e para ‘agarrar as coisas’ pelo meio, em busca de suas singularidades.

Por outro lado, as imagens de Nair Benedicto nos conectam a um lugar comum, a uma vida cotidiana partilhada. Cruzamos, aproximamos e afastamos de nós os dilemas expostos na imagem a fim de pensar também para além de suas bordas. Não importa estar atento apenas ao gênero informativo fotojornalístico, aos componentes estéticos ou ainda ao corpo textual que pode ou não acompanhar uma foto, claro que estes elementos estão presentes no jogo de forças que conecta ou dissocia a cena ao mundo em diferentes contextos.

Mas, para continuar pensando com Rancière, a fotografia pode provocar o choque nos fazendo ver, pensar e reconhecer coisas que negamos ou somos incapazes de conjecturar. O que torna estas aproximações interessantes é o modo como colocamos em funcionamento o aspecto crítico diante das narrativas produzidas e que igualmente produzimos.

Todos os dias podemos lançar novos olhares sobre o que as imagens são (fazer a crítica da crítica sobre o que fazem e produzem seus efeitos), mas também desviar os olhos e escolher não ver. A pensatividade da imagem busca tensionar os vários modos de narrativa e de representação de algo. De fato, não sabemos exatamente o que Nair Benedicto teria em mente ao produzir suas fotografias, mas podemos nos lançar num exercício de articulação entre pensamento, fotografia, arte e ação.

Referências

BARTHES, R. et al. *Análise estrutural da narrativa*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1971.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura*. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução: Peter Pal Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2013. (3ª edição).

DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 2009. (Estudos 35)

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Eixo experimental org.; Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *O destino das imagens*. Organização Tadeu Capistrano. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

CAPÍTULO 8

TV Regional e identidades locais

VERÔNICA DANTAS MENESES

Nosso negócio é sua audiência

Somos ponto de encontro do paranaense. Temos sotaque regional, e temos orgulho de tudo isso. Queremos ser a causa dos efeitos positivos em nossa sociedade, produzindo conteúdos de qualidade capazes de informar e entreter, olhando e investindo em um futuro melhor para todos

REDE MASSA, PARANÁ, 2018¹

Introdução

Vistas, grosso modo, como conjunto de características que identificam um grupo social e que, neste sentido, vinculam seus membros por meio de um sentimento de pertença, as questões de identidade também envolvem o debate sobre as diferenças. Nestes termos, como o fomento ou o fortalecimento de uma identidade se configura no embate entre a desvalorização de uma outra, a reivindicação de uma identidade “verdadeira”, autêntica, assume a oposição às demais (WOODWARD, 2004). Para além de discutir sobre o conceito de identidade, buscamos empreender neste ensaio como a televisão regional a insere em sua própria “definição”, melhor, como, a partir da programação de emissoras regionais de televisão aberta e das estratégias de publicização da marca da emissora, o próprio conceito de TV Regional perpassa as questões de identidade e suas mudanças na contemporaneidade.

¹Disponível em: <https://redemassa.com.br/sobre>. Acesso em: 12 nov. 2019.

O conceito de televisão regional, neste sentido, vai perpassar mais do que uma faixa territorial, um lugar, e um entre-lugar - tendo em vista o caráter global dos media mesmo os meios regionais, mas uma constante afirmação de uma identidade homogênea ou, em termo menos totalizante, agregadora, ainda que em constante transformação devido às próprias transformações da sociedade, socioculturais e tecnológicas. Estudar a televisão regional, portanto, não apenas pode contribuir para se cunhar um conceito de identidade regional, mas também para problematizá-lo ou mesmo refutá-lo.

Desde programas que enfocam o turismo, o aspecto exótico de grupos sociais ou o reforço da manutenção das tradições, as reportagens sobre manifestações culturais populares ligadas ao folclore exibidas nos telejornais locais, essas narrativas audiovisuais em geral são permeadas por valores-notícia e motivações que prezam pela empatia e pelo valor utilitário da pauta e projeta uma imagem positiva da emissora perante a sociedade. Contudo, ao mesmo tempo, algumas dessas culturas regionais e de suas identidades tiveram visibilidade ou mesmo voltaram a ser (re)conhecidas como símbolos identitários locais, após quase ou mesmo serem extintas, em decorrência do processo de mundialização da cultura e das próprias mudanças sociais, a partir da projeção criada pelos meios de comunicação locais.

De acordo com a própria Constituição brasileira², uma das finalidades da programação na televisão é a promoção da cultura nacional e regional, de forma a priorizar a “regionalização da produção cultural, artística e jornalística”. E apesar do modelo concentracionista da radio-difusão no Brasil, tanto em relação à capilaridade dos grupos de comunicação quanto ao sistema de redes nacionais, a regionalização ganha um discurso e práticas dentro da programação das emissoras de TV. Obviamente, a programação local de uma estação de TV do interior surge essencialmente da necessidade de atender a um mercado regional, reafirmando que a programação da TV aberta comercial é definida basicamente pela capacidade financeira da emissora.

² Constituição Federal de 1988, título VIII, cap. V, art. 221.

Integrante de um modelo concentracionista, cuja produção ainda gira em torno do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, a televisão aberta brasileira é desenhada pelo modelo de redes centralizadas cuja programação também ainda é marcadamente homogeneizada para todo o Brasil e nem sempre revela os aspectos regionais de outros estados. Esta concentração, dentro de um sistema hegemônico e oligárquico, é uma característica em toda a América Latina, construída paralelamente aos projetos modernizadores e nacionalistas ocorridos na região desde a década de 1960. Desta forma, é ao mesmo tempo geográfica e econômica. Geográfica, pois a centralização da produção, da distribuição e do consumo cultural está localizada nos grandes centros urbanos, moldando um quadro desigual, sobretudo em relação às diversidades culturais dos países da região, que se apagam diante da visão elitista capitalista. A concentração econômica, por outro lado, se refere ao complexo de relações estabelecidas entre o poder político-econômico e os proprietários dos meios.

Por vários motivos, obviamente entre eles o financeiro, até mesmo espaços que poderiam ser utilizados pelas afiliadas das redes para marcar certo fluxo televisivo local/regional nem sempre o são. A regra até o momento é que o conteúdo regional é trabalhado dentro de determinadas estratégias de visibilidade da emissora produtora. No caso das telenovelas, a tematização regional em geral aborda mais o lado exótico que, segundo Lins (1997), estratifica a diferença e a destitui de sua complexidade e estrutura social.

Estudos sobre mídia regional ganharam mais força nos anos 2000, os quais descrevem experiências e panoramas sobre os meios de comunicação locais/regiões, em geral sobre determinados programas, a experiência de produção, circulação de consumo de produtos nas mídias regionais, e mesmo sobre o conceito e aspectos político-econômicos envolvendo a mídia local/regional. Entretanto, ainda há muito a se avançar na literatura sobre TV regional, tanto como modelo de gestão quanto como gênero e forma cultural (WILLIAMS, 1974).

Este capítulo, de natureza ensaística, objetiva compreender as nuances que permeiam o conceito de Televisão Regional, levando em consideração que agrega valores e estratégias que se articulam às identi-

dades locais e promove uma diferenciação nas linguagens televisivas, a fim de lançar reflexões sobre gêneros e formatos a partir da concepção do regional/local como elemento que configura uma gramática própria que expressa determinados conceitos sobre suas audiências e molda um sistema de trocas culturais e negociações sociais. Por outro lado, o conceito de vulnerabilidade insere situações para a vulnerabilização, e, nesta perspectiva, os programas regionais da televisão no Brasil têm construído lugares e narrativas que permitem tanto gerar processos de vulnerabilização quanto se constituem estratégias de diferenciação do que sejam as identidades culturais, em que se verifica o elogio à cultura popular, a construtos como a tradição, preservação do patrimônio material e imaterial, tão requisitado em muitos programas.

O Regional e a Regionalização na TV brasileira

Nascida ao vivo e local, a partir de 1960, com o advento do videoteipe, a televisão inicia o processo de nacionalização das transmissões baseado em um sistema centralizado em redes com produção de mensagens nos grandes centros urbanos do país, e que foi consolidado com o sistema de transmissão via satélite e da rede de micro-ondas da Embratel, em 1968, cujo marco foi a transmissão do *Jornal Nacional*, da TV Globo, em 1º de setembro de 1969. Tal processo esteve vinculado à ideia de “integração nacional” dos governos militares e seguiu-se primeiro com o crescimento e expansão das empresas de comunicação, depois com o sistema de afiliadas (barateamento das transmissões de micro-ondas para satélites), que despontou em uma “colonização cultural” por meio da produção audiovisual centrada nos Estados de Rio de Janeiro e de São Paulo.

Diversos processos técnicos, políticos e sociais se seguem gerando um impacto significativo na regionalização da programação nas redes nacionais e na ampliação da produção audiovisual regional e independente. Esta proeminência da diversidade na TV, contudo, é relativa, uma vez que “as transmissões televisivas passaram a controlar as diferenças, transmitindo e tornando comum certos aspectos dessa diversidade cultural brasileira” de forma que “a produção regional de televisão permaneça sendo restrita a pequenos grupos, com baixa audiência,

baixo faturamento e alto custo de produção o que torna inviável sua divulgação em termos nacionais” (MATTOS, 2012, p. 20).

Até os dias atuais, ainda que tenha havido maior presença de produção de outras regiões veiculadas nacionalmente, os valores e as realidades regionais são comumente representados sob a forma de estereótipos, especialmente na dramaturgia, e enfocando tragédias, o pitoresco ou exótico como valores-notícia nos programas informativos (MENESES; MONTORO, 2019). Mas a produção regional também perpassa os contextos comunitários retomados com os processos de globalização e mundialização da cultura.

Em relação à tematização do regional, podemos citar de um lado a ficção, ancorada em telenovelas, e, de outro, o telejornalismo. Algumas novelas e minisséries começaram a explorar as realidades locais distintas dos centros urbanos do Rio e São Paulo, ainda que não seja possível verificar a presença de atores e produtores também locais. Já no jornalismo, evidencia-se a coparticipação das afiliadas na produção de notícias e quadros veiculados nacionalmente em telejornais e revistas eletrônicas. Este momento é descrito por Mattos (2012) como a fase da “Regionalização da televisão”, devido à diversificação na programação e inserção de conteúdos regionalizados.

Um dos marcos para o incremento da produção regionalizada se deu com o *Programa Nacional de Estímulo à Parceria entre a Produção Independente e a Televisão*, criado por meio da Portaria nº 19, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 de maio de 2008 (Seção 1, página 18). Dentre os objetivos do Programa está o fomento à articulação da produção audiovisual independente com emissoras de televisão aberta, públicas ou privadas, “com a possibilidade de “desengessar” a grade das emissoras por meio da produção independente, uma possibilidade de melhorar a qualidade da programação com novos olhares sobre a cultura brasileira” (MENESES; MONTORO, 2019, p. 54-55)³.

Mas o Brasil tem testemunhado o fortalecimento de redes regionais, bem como a presença de emissoras espalhadas pelo interior do Brasil, dinamizando a produção audiovisual local e a veiculação de programas

3 Para maiores exemplos e detalhes deste processo de regionalização da tematização dos conteúdos e da produção da televisão brasileira conferir MENESES; MONTORO, 2019.

produzidos regionalmente em rede nacional. Produções compartilhadas entre afiliadas e redes, como documentários sobre temáticas regionais, são projetos que, além de dinamizar a programação da televisão, fortalecem a imagem da emissora regional tanto junto ao público local como de outros estados.

Santos (2006, p. 213) reflete que “cada lugar é, à sua maneira, o mundo [...] Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais”. Neste processo de diferenciação diversos elementos convergem, desde aspectos geográficos e naturais até as relações sociais, de convívio e o acionamento da tradição e do pertencimento a partir do patrimônio material e cultural. Podemos entender que a identidade regional é, portanto, apresentada como essencialista, natural, e desterritorializada de poder, corpos, mentes e paisagens fixas, mas também está à mercê das mudanças e das inter-relações de cada lugar com o mundo, uma vez que sofre também as consequências das alterações econômicas e tecnológicas que mudam mentalidades e sociabilidades.

A programação regional na televisão, porquanto nos debruçamos especialmente sobre o conteúdo mais voltado ao entretenimento, se mostra muito próxima com a noção de *cluster*.

Com efeito, a maioria das definições propostas concorda entre si quanto à caracterização dos clusters como organizações geograficamente próximas e que de alguma forma se apresentam interconectadas [...] Assim, um dos elementos mais importantes para a caracterização de clusters turísticos é a região turística, já que é necessário que e as empresas – assim como outras organizações que o compõem – ocupem um espaço que possibilite sua identificação. (SOUZA; GIL, 2015, p. 478)

É com este olhar que verificamos um alinhamento de certos programas com o turismo, ou em casos mais extremos, como o da emissora pública TV Paraná, que passou a ser chamada de TV Paraná Turismo⁴ e transformou-se numa vitrine sobre a cultura, a natureza e o cotidiano do

4 <http://www.paranaeducativa.pr.gov.br/modules/programacao/programacao.php?veiculo=0>

Estado. Contudo, considerando que a TV regional, a priori, estaria voltada para uma determinada região, mais uma vez encontramos a ambivalência e dualidade dos conceitos aqui problematizados, uma vez que o turismo que, ao menos numa primeira abordagem, vem à tona seria o interno.

De acordo com Bourdieu, ao se referir aos processos de mediação da TV, a televisão cria representações em torno de elementos como medos, fantasias, o extracotidiano. Regionalmente ou localmente, podemos dizer que estas representações se complexificam, pois o cotidiano na televisão torna-se lugar privilegiado de “extraordinário ordinário”, o *extra-ordinário* é também e, sobretudo, o que não é ordinário nos outros jornais, nos outros programas (BOURDIEU, 1997, pp. 26-27).

Neste sentido, a televisão se configura em um espaço de significações da vida cotidiana, de intercâmbios e negociações de identidades, e, assim, como um local de cultura, um espaço de antagonismos, e, por isso mesmo, o local onde as diferenças podem ser realizadas e negociadas. A televisão regional nestes termos se constitui em uma arena em que se cruzam valores mais próximos às experiências cotidianas, possibilitando o envolvimento maior dos sujeitos com a mídia, pois o mundo se revela no cotidiano, tem sua existência nos lugares, como afirma Milton Santos (2006). Portanto, entende-se a TV Regional sob três aspectos:

- a) A importância da atuação social dos profissionais da televisão a qual se traduz localmente na adesão às causas públicas e à sensibilização das pessoas e das emissoras ao buscar vincular sua imagem ao território que abarca; b) A premissa de que por “território” e por “local” não se entende apenas um espaço geograficamente medido; define-se mais pela “sensação de proximidade” em que cada lugar é um “centro” e as fronteiras entre o regional, o local e o global são frágeis; e c) Este mesmo território híbrido tem atualmente bases diversas: cultural, ideológica, idiomática, de circulação da informação - é o lugar do “diverso”. (MENESES; MONTORO, 2019, p. 51)

A partir destas premissas, o termo regionalização também se articularia em torno de três circunstâncias: a) Regionalização da produção; b) Regionalização da grade de programação e c) Regionalização dos conte-

údos (MENESES, 2015). Por isso, a definição de Programa Regional recorta a produção própria de emissoras com concessão para uma região geograficamente demarcada, cujos programas sejam produzidos e distribuídos local ou regionalmente por uma emissora regional, ou produzidos por uma emissora regional e distribuídos também por outras emissoras regionais, ou ainda produzidos em parcerias entre emissoras regionais ou por emissoras e outras produtoras independentes.

Assim, refletir sobre a regionalização da televisão e sobre a televisão regional é refletir sobre a construção de espaços mais plurais e de relações mais dialógicas e diversas entre a sociedade, a cultura e a comunicação a partir da identificação de sua potencialidade de penetração nos níveis cotidianos da vida, nos lugares praticados, no dizer de De Certeau (1994), procurando compreender as significações que estes têm na produção de sociabilidades e sentimentos de pertença, bem como no reconhecimento de identidades e nos modos de consumir os produtos culturais da televisão, por meio de sua efetividade como formato ou forma cultural. Contudo, não se pode alimentar a visão romântica de que a produção local vai expressar a pureza e a heterogeneidade de uma cultura regional. Entretanto, é uma aposta na presença de pluralidade cultural e social e na possibilidade de as audiências terem maior controle sobre o que é apresentado.

Construtos em torno da TV Regional

As mudanças sociais e a dimensão global dos media trouxeram novas interrelações entre esta instituição e a sociedade, incluindo seus grandes temas e projetos regionais e localizados. É necessário, portanto, investir o olhar investigativo de modelos teóricos distintos que possam dar conta da realidade de cada objeto. Sob a racionalidade funcionalista, os media regionais cumprem uma função de integração ainda mais distinta e ambivalente:

[...] os media das comunidades locais têm sido consistentemente descritos, depois do trabalho de Janowitz (1952), como ajudando a promover a identidade e organização social dentro do anonimato das grandes sociedades urbanas (Stamm, 1985). Apoiam geralmente valores da comunidade e a manutenção de uma ordem local (Jackson, 1971; Cox e Morgan, 1973; Murphy, 1976).

Estas tendências são geralmente atribuídas a um desejo de agradar às suas audiências potenciais, ou pelo menos de não as ofender. (McQUAIL, 2003, p. 83)

A abordagem culturalista complementa esta esfera de observação empírica da televisão, especialmente quando entendemos cultura como, segundo Fiske (1987), “o processo contínuo que produz sentidos da nossa experiência social” e assim a televisão se anuncia como um agente cultural, uma parte crucial das dinâmicas sociais pelas quais a estrutura social se mantém em um processo constante de produção e reprodução: significados, prazeres populares e sua circulação fazem, portanto, parte dessa estrutura social (FISKE, 1987, p. 1)⁵. A televisão não é essencialmente um agente do *status quo*, pois a sociedade e os valores ideológicos por sua vez não são estáticos e a televisão é parte deste movimento. Assim, a televisão não é necessariamente originadora da mudança social, embora por ter uma existência material social, seja capaz de ser parte dessa mudança.

Como a televisão regional invariavelmente irá adotar elementos que reforcem seu compromisso com o lugar, trabalha com signos contraditórios, que reforçam as dualidades entre identidade e diferença. Bhabha (19 p. 197) argumenta que “a cada vez, o que vem a ser textualizado como a verdade da cultura nativa é uma parte que se torna incorporada ambivalentemente aos arquivos do saber colonial”. Portanto, esta diferença muitas vezes toma a forma da programação homogeneizada das redes nacionais, trazendo para o escopo da TV regional elementos que possuem significados de subordinação social (acomodação, resistência, oposição, evasão), significados estes que validam a experiência social da subalternidade, mas não da subordinação (FISKE, 1987). Ou seja, a subalternidade é produzida pela asserção de uma identidade social, em resistência a, em independência de, ou em negociação com, a estrutura de dominação.

⁵ “A crucial part of the social depreamics by which the social structure maintains itself in a constant process of production and reproduction: meanings, popular pleasures, and their circulation are therefore part and parcel of this social structure” (tradução nossa).

Como linguagem e como forma cultural a TV regional requer um leque de competências culturais para ser lida, as quais envolvem o entendimento crítico do texto e das convenções pelas quais ele foi construído, envolve experiência textual e social para ir além do texto no momento da leitura, e um processo de negociação e renegociação das relações entre o textual e o social.

Cabe frisar, contudo, que a subalternidade pode estar à margem do poder, mas não está desprovida de poder: poder de resistência, de manutenção de uma identidade social em oposição à ideologia dominante, de afirmação de valores das subculturas. Neste sentido, encontramos a relação da TV regional também com o conceito de vulnerabilidade, termo com sentidos também complexos e conflitantes. Duas dimensões estariam presentes na noção de vulnerabilidade, a falta de autonomia e a invisibilidade, ambas co-dependentes. A questão é que o reconhecimento, condição para ser visível, se dá em distintas esferas sociais e políticas (BUTLER; GAMBETTI; SABSAY, 2016).

Ainda que se trate de uma emissora regional situada em uma região dominante, como é o caso no Brasil dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, centros econômicos do país, uma pluralidade de vozes e expressões sociais e culturais encontra-se presente nos conteúdos e nas técnicas das emissoras abertas regionais, as quais nem sempre são tratadas com a mesma representação nos programas das cabeças de rede concentradas nestes locais.

Nesta perspectiva, entendemos que a identidade regional na televisão encontra-se neste limiar que se situa no contexto da subalternidade, conforme Fiske, e ainda da vulnerabilidade, que deixa marcas de resistência em relação a uma pseudoidentidade nacional revelada na programação das cabeças de rede, mas que também se revela nas negociações e diferenciações que integram cada contexto local.

Alguns programas podem nos ajudar a entender este panorama. *Um Pouco de Tudo com Juca Bala/Juca Bala na TV*, veiculado pela Rede Massa, Ponta Grossa/PR⁶, traz um humorista local, que apresenta as peculiaridades das experiências de lugar percorrendo várias cidades do

6 <https://www.youtube.com/watch?v=ykgWm0q3xVc>

Estado. O *Programa Lugares*, da TVB, Campinas, São Paulo⁷, também trabalha este mesmo conceito, o de mostrar a experiência de lugar a partir da preferência de seus membros.

Seguindo nestes caminhos da identidade regional, a música se revela importante mediadora cultural. Na TV regional está presente tanto em programas musicais específicos (caipira, forró etc) como de forma transversal integrando programas que abordam cultura local, agenda cultural e manifestações folclóricas. Um destaque cabe ao programa *Carrossel da Saudade*⁸ (TV Cultura/Amazonas), exibido semanalmente há quatro décadas⁹. Sua perenidade revela a força da cultura local que congrega suas audiências, identidade cultural e otimização dos recursos financeiros, pois nem sempre os programas regionais conseguem verter vultosos investimentos em sua produção.

Outro aspecto interessante do panorama da programação das emisoras regionais de televisão abertas são as temáticas peculiares, não comumente observadas na programação das cabeças de redes. Temáticas como o cotidiano das periferias da cidade, ou temas relacionados às mulheres - como violência doméstica, mercado de trabalho, os caminhos de grupos sociais marginalizados, suas expressões culturais de resistência e afirmação de identidades, trazem à visibilidade traços estritamente locais, mas também trazem ao espaço público questões locais de debates globais. É o caso de programas sobre as periferias das cidades como o *Periferia*, da TV Aperipê/SE¹⁰, e *Peri*, da TVU em Natal¹¹, que percorrem bairros periféricos mostrando histórias de resistência e seu cotidiano artístico e cultural; ou ainda *Na Direção Delas*, produzido pela TVU Recife, que exhibe a cada semana um curta-metragem dirigido por

7 <https://www.facebook.com/programalugarestvb/>

8 <https://www.tvculturaam.com.br/carrossel-da-saudade/>

9 São outros exemplos *Ceara Caboclo* (há mais de 30 anos na TV pública/TV Ceará); *Terra da Gente* (EPTV/Globo São Paulo); *Café Filosófico* (TVU Natal) e *Frutos da Terra* (atualmente TV Serra Dourada/SBT Goiás, mas inicialmente sendo exibido pela TV Anhangueira em Goiás e Tocantins).

10 <http://aperipe.com.br/site/tv/programas/periferia>.

11 <https://www.facebook.com/periturn/>.

mulheres¹², entre outros. São programas que buscam destacar a peculiaridade de grupos sociais muitas vezes invisibilizados pela própria TV regional.

Com isso, vemos a importância das emissoras públicas neste cenário. Na sinopse do programa *Peri*, por exemplo, esta questão é abordada pelos produtores: “O Programa apresenta a periferia de Natal de uma forma como nunca foi mostrada nas emissoras de televisão local”¹³. Verifica-se que a televisão regional dinamiza elementos para se refletir, em pesquisas posteriores, sobre processos de vulnerabilização quando destacam diferenças de grupos em situação de vulnerabilidade, mas também sobre que elementos são mobilizados nos programas que destacam especificidades criativas destes grupos.

Documentários, curtas-metragens e séries animadas ou de dramaturgia têm ganhado espaços na mídia regional. Embora sejam formatos que exigem mais recursos humanos e financeiros, editais nacionais, a exemplo dos conhecidos como “Editais das TVs Públicas”¹⁴, ou editais lançados pelos governos estaduais ou empresas privadas, permitiram o crescimento da produção audiovisual brasileira, tendo sua distribuição tanto na televisão aberta quanto na TV paga. Algumas séries que chamam a atenção pelo formato e pela temática são: *Icamiabas na cidade Amazônia* (TV Cultura do Pará), animação voltada para o público infanto-juvenil que destaca a cultura amazônica¹⁵; *Natureza do Homem* (TVE Bahia), animação que aborda decisões inusitadas do homem diante das necessidades do dia a dia¹⁶; e o projeto *Na Direção Delas*, já citado.

12 <http://tvbrasil.ebc.com.br/tv-de-todos-os-brasis/2018/02/na-direcao-delas>

13 Disponível em: <http://www.tvu.ufrn.br/pagina.php?a=programacao>. Acesso em: 9 maio 2020.

14 Editais previam a produção de obras audiovisuais seriadas a serem exibidas nas TVs públicas brasileiras. Disponível em <http://www.brde.com.br/fsa/chamadas-publicas/tvs-publicas/>. Acesso em 12 jan. 2019.

15 <https://estudioiluminuras.com/projetos-projects/icamiabas-na-cidade-amazonia/>

16 <http://www.jornalgrandebahia.com.br/2019/07/serie-de-animacao-baiana-natureza-do-homem-que-reflete-aco-es-humanas-estreia-na-tve/>.

Alguns programas regionais têm marcado grandes audiências em muitos estados brasileiros, particularmente no período que se conveniou chamar de “horário nobre regional” (concentrado das 12 às 14 horas de segunda a sexta) (MATTOS, 2012). Dentre os programas mais assistidos, segundo o autor, estão o jornalismo local, o esportivo e aqueles com motivação sensacionalista (programas policiais, por exemplo). Entretanto, muitos programas locais que abordam a cultura local e as particularidades de cada região/território também são destaques nestas emissoras.

A frequência de exibição dos programas tem se ampliado e se dinamizado. Claramente o jornalismo diário é unânime em todas as emissoras. Também são aproveitados espaços aos finais de semana para a exibição de temas de entretenimento, como colunismo social entre outras variedades. Mas cabe destacar um volume significativo dos formatos de interprogramas e boletins exibidos mais de uma vez ao dia; apesar de a maioria tratar de *flashes* noticiosos, muitos deles apresentam conteúdos culturais, destacando a história e cultura local; na dinâmica da exibição, também constam os programas exibidos por temporadas, como séries e reportagens especiais, que dinamizam a programação local inserindo conteúdo regional e ocupando espaços dentro da grade da emissora mãe.

Outro dado que indica demanda das regiões por conteúdo local se refere às temáticas e gêneros das produções televisivas. Apesar de a maioria dos programas locais na televisão aberta se referir a gêneros informativos, especialmente telejornais dedicados às notícias factuais diárias, verifica-se que os noticiários de jornalismo popular/comunitário e os temas ligados a problemas policiais e de segurança pública, com matérias sobre o dia a dia dos bairros, denúncias, participação das audiências etc., têm destaque nas emissoras regionais, especialmente afiliadas das redes Record e SBT¹⁷. Outros temas estão mais presentes em determinadas regiões, como programas de humor, agronegócios e notícias do meio rural, o que reforça esta peculiaridade regional ligada às características sociais e econômicas do Brasil.

17 Pesquisa realizada com emissoras afiliadas às redes Globo, Record e SBT e com emissoras públicas regionais em 2019 mostra que, de 1068 programas listados, 16% tratava destas temáticas.

Os programas que tratam da valorização do território e região, que abordam mais diretamente aspectos da identidade local e do pertencimento ao lugar, que divulgam o turismo, tanto natural quanto cultural, as manifestações populares, o patrimônio cultural e histórico, material e imaterial, incluindo programas que apresentam a agenda e roteiro cultural e artístico local, e os programas ligados ao colonismo social, que englobam cobertura de festas e eventos locais e regionais, evidenciam o “se ver na tevê”, a possibilidade de visibilidade das pessoas no compartilhar o mesmo território.

Cabe destacar que estas referências culturais locais difundidas na televisão regional não necessariamente implicam na associação ou assimilação por parte das audiências. De Certeau (1994, p. 40) evidenciou esta condição dos consumidores culturais, destacando que “é ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então é que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização”. Este é um processo que o autor chamou de “antidisciplina”, no sentido de que estes públicos não apenas se conformam com a disciplina, com o que é produzido pelos grupos dominantes (mídia, governos, mercado), mas se “reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural” (DE CERTEAU, 1994, pp. 41-42). De qualquer modo, os imaginários que se entrecruzam na circulação imagética das experiências efetivadas nos programas regionais constituem-se a partir também de processos de negociação entre o midiático e as audiências, situados num contexto político-cultural específico.

A mobilização em torno do pertencimento e da identidade local também se verifica na publicidade ou nas campanhas da própria emissora. É exemplo o tema do Programa É do Pará, TV Liberal: “Nossa terra, nosso povo e nosso jeito estão no “É do Pará””¹⁸ (TV Liberal, Rede Globo Pará). O mês de junho, com as festas juninas, nas emissoras do Nordeste, demonstrou esta característica, em que desde os programas (entretenimento ou jornalísticos) até os filmes institucionais das emis-

18 <https://negocios8.redeglobo.com.br/Programas/Paginas/edopara.aspx>.

soras e dos patrocinadores buscam atrelar seus conteúdos e marcas/imagem ao evento que mais caracteriza a Região, além da produção do especial *São João da Tradição*¹⁹.

A marca regional que destaca a diferenciação em relação ao nacional e ao mesmo tempo aciona a identidade e o pertencimento regional também pode ser vista na promoção de algumas emissoras, como em um *banner* de divulgação da programação da TV Jangadeiro (SBT/Ceará) no seu *site* na Internet, no qual se verifica o neologismo “cearencismo”²⁰, ou em uma campanha da Globo Minas que trouxe o *slogan* “Globo. Junto com você, por uma vida mais mineira”. Reportagens especiais, como em comemoração ao aniversário da cidade, transmissão de eventos locais/regionais e gravações ao vivo, também aproximam a emissora do lugar, como na série especial *Estúdio de Inverno* do SBT RS, que trouxe como tema da campanha o apelo à participação e aproximação da emissora com suas audiências²¹.

Podemos entender que a identidade nestas emissoras se verifica em três pilares: agregar valor à imagem da emissora; valorizar uma identidade “nacional”, tanto única quanto sedimentada; e, em contrapartida, trazer à tona a peculiaridade e a diferença. Assim, se verifica no tema do Programa *Viação Cipó*, da TV Alterosa/ (SBT/Minas): “Se Minas são muitas, Domingo ela é uma só! Só aqui na Viação Cipó”²². Como forma cultural enunciativa, a televisão, portanto, tem papel fundamental na representação das hibridações identitárias. A marca regional está presente também em nomes de programas, como *Que Arretado* (TV Clube, Globo Recife) ou *Masbah!* (SBT RS).

Por fim, os gêneros e formatos acabam se hibridizando nos programas regionais, especialmente. Assim, um programa que tem o humor como

19 <https://www.portalt5.com.br/noticias/diversao/2019/6/222771-sbt-nordeste-estreia-nova-temporada-do-sao-joao-da-tradica>

20 Disponível em <http://tribunadoceara.com.br/tv-jangadeiro/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

21 “Quem quer diversão no inverno, vem pra cá! Muitas atrações especiais esperam você de 26/07 a 25/08 no Coreto Municipal da Praça Major Nicoletti em Gramado. Transmissão ao Vivo do SBT Rio Grande e participação de personagens da emissora e de fora”. Disponível em: <https://www.sbt.com.br/riograndedosul/variedades/estudio-inverno#fique-por-dentro>. Acesso em jul. 2019.

22 <https://www.alterosa.com.br/programas/viacao-cipo/>

“carro chefe” também aborda o colonismo social, ou temas cotidianos são abordados com um toque de humor, mesmo programas informativos também podem apelar para o humor. Nesta perspectiva, podemos citar o *Caminhos do Oeste*, da Rede Massa/Foz do Iguaçu e Região, que aborda temas diversos como “turismo, cultura, meio ambiente, aventura e esportes radicais, avanços tecnológicos e desafios do setor agropecuário nas regiões Oeste e Sudoeste do estado. O programa mostra, também, projetos desenvolvidos pelas prefeituras junto à população, seus programas sociais, eventos e festividades”²³.

Neste sentido, as revistas eletrônicas parecem ser o gênero/formato “curinga” da TV regional, especialmente quando se quer dar uma “cara” local sem grandes investimentos, pois se pode realizar entrevistas no estúdio e quadros e reportagens sobre temas diversos. Os interprogramas também são um formato chave para a identificação da emissora regional com o seu lugar. Eles falam sobre turismo, música, agenda cultural e notícias factuais e cimentam uma noção de fluxo televisivo que relembra o espectador sobre o lugar da emissora.

A performance dos apresentadores é outro ponto que pode ser trazido para a discussão nos programas regionais, pois se dá destaque ainda maior à empatia que estas figuras públicas têm com as audiências locais. E muitas vezes estes são escolhidos mais por esta empatia e visibilidade local do que pelas habilidades técnicas de comunicação. O trecho a seguir ilustra o papel do apresentador na TV Regional: “O programa Na Hora do Almoço é apresentado pelo radialista Sandes Junior, o amigo da gente. Sandes é apresentador de rádio há mais de 30 anos, hoje está no ar com o Programa Sandes Junior, líder de audiência na rádio 99,5 FM”²⁴. Também apresentamos como destaque o apresentador do Programa Ed+ Interior (SBT São Paulo Interior), que viaja pelas cidades apresentando histórias das pessoas e do cotidiano que trazem bons exemplos de vida e cidadania²⁵, entre outros.

23 <https://redemassa.com.br/caminhos-do-oeste-26/p/>

24 Programa da TV Serra Dourada, SBT Goiás. <https://tvsd.com.br/programa/na-hora-do-almoco/>

25 <https://www.facebook.com/programaedmais/>

Considerações finais

A TV regional tem mobilizado diversas representações que permeiam o debate entre a identidade e a diferença. Existe um reforço a signos que identificam a emissora com o lugar e sua cultura, desde as logomarcas até a tematização de programas sejam eles de colonismo, turístico ou mesmo de jornalismo policial, compondo características que se articulam para tornar a TV local uma forma cultural identitária como um entre-lugar (BHABHA, 2007).

Consideramos os estudos sobre a regionalização da televisão no Brasil um tema ainda central uma vez que, apesar de tantas possibilidades de escolhas que se apresentam aos públicos consumidores de conteúdos audiovisuais na sociedade da informação e do conhecimento, a televisão aberta continua atuante no cenário cotidiano brasileiro, constituindo-se em canal de mediação social, política, econômica e cultural cuja programação é vivida, atualizada e julgada pelas audiências regionais e locais.

O estado da arte atual sobre o tema apresenta-se de maneira esparsa, sem a delimitação de aspectos formais, estruturais e tipificados sobre a televisão regional, de modo que contemplam estudos de caso e histórico sobre a mídia regional. Neste sentido, o problema que se nos apresentou com a presente reflexão foi entender a atual dinâmica dos signos regionais e abrir uma primeira abordagem, ainda de maneira ensaística, sobre o conceito e os gêneros e formatos dos programas locais e suas aproximações e distanciamentos (reelaborações) em relação aos formatos peculiares da gramática televisiva presente nas grandes redes nacionais no Brasil. A expressividade da emissora regional em se revelar parte do território entendemos ser uma marca da TV regional, pois busca aproximar-se de seus públicos, junto com a outra marca do turismo, pra quem é local e para quem não é.

É o “Se ver na TV” ou o “Ver meu lugar na TV”, pois é necessário mobilizar de algum modo o lugar e a identidade local na produção da TV Regional. E neste sentido, a rigidez de formatos e gêneros se apresentaram menos importantes neste quesito, especialmente quando se colocam os custos com a produção de um programa de TV. Mas este é um debate que precisa ser ampliado, incluindo a análise de programas de emissoras independentes, pois, obviamente, a padronização dos

programas das emissoras afiliadas às principais redes acaba valorizando determinados formatos.

Assim, é preciso perceber os modos híbridos que conformam a linguagem dos programas regionais/locais, de modo que envolvam: a) uma intencionalidade, que tem a ver com os sentidos de lugar e identidade regional; b) com os formatos de exibição e técnicas, relacionados aos códigos televisivos, mas que devem levar em consideração as limitações financeiras locais e o fato de que muitas vezes estes formatos parecem ser menos relevantes para as audiências locais (obviamente tal observação merece um estudo aprofundado); e c) os gêneros televisivos na TV aberta regional, cuja tendência é a hibridização.

A TV Regional, obviamente, se insere em oposição aos conteúdos nacionais e dinamizam conceitos de subalternidade e vulnerabilidade que perpassam os públicos e as culturas locais ao acionar narrativas e acontecimentos ligados às tradições e ao sentimento de pertencimento ao lugar em contraponto à homogeneização da maior parte dos programas produzidos pelas grandes redes, bem como ao destaque de grupos invisibilizados mesmo nos territórios locais/regionais. Contudo, cabem reflexões futuras sobre em que momento as narrativas que enfocam grupos em situação de vulnerabilidade constituem nichos atendidos pela TV regional em que o destaque às diferenças agrega o compromisso com a integração social e o pertencimento de determinados públicos no cotidiano local/regional.

O trabalho atual cumpriu colocar questões para se discutir o conceito dinâmico de programa regional, no que se refere à dialética entreter-informar, mas também no que se refere ao alcance da distribuição dos programas em distintos territórios, entre outros aspectos e como o acionamento de construtos como tradição, pertencimento, identidades e diferenças se posicionam estrategicamente na linguagem peculiar da televisão regional/local. Pesquisar a regionalização da televisão visa, portanto, compreender processos e narrativas audiovisuais problematizando questões inseridas na relação entre comunicação e sociedade em suas expressões locais, especialmente os modos próprios locais/regionais de fazer televisão.

Referências

- BHABHA, H. *O local da Cultura*. Belo Horizonte/MG: Ed. UFMG, 2007.
- BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Trad. de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BUTLER, J; GAMBETTI, Z; SABSAY, L. *Vulnerability in Resistance*. Durham: Duke University Press, 2016
- CERTEAU, M. de. *A invenção do Cotidiano*. Vol. 1. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FISKE, J. *Television Culture*. London: Routledge, 1987.
- LINS, D. *Como dizer o indizível*. In: LINS, Daniel (Org.). *Cultura e subjetividade: saberes nômades*. São Paulo, SP: Papirus, 1997. p. 69-113.
- MATTOS, S.A. *Diversidade e o Regionalismo na Televisão Brasileira*. Bibliocom, ano 4, n. 1, junho de 2012. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/bibliocom/article/viewFile/1196/1116>. Acesso em: 01 out. 2018.
- McQUAIL, D. *Teorias da Comunicação de Massa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- MENESES, V. D. *O Brasil e os brasis na televisão regional aberta*. Palmas: EdUFT, 2015
- _____. *Representações das gerações femininas na produção audiovisual infantil*. Revista Observatório, [S.l.], v. 3, n. 6, p. 387-416, out. 2017. ISSN 2447-4266. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/4142>. Acesso em: 10 out. 2017.
- MENESES, V. D; MONTORO, T. *Regionalidade na programação de televisão no Brasil*. In: MENESES, V. D; GHIZONI, L. D. *Pesquisa em Comunicação e Sociedade: da diversidade das narrativas à diversidade dos processos*. Palmas: EdUFT, 2019.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.
- SOUZA, D.A.; GIL, A. C. *A Importância da Identidade Regional na Configuração de Clusters Turísticos*. Turismo em Análise, v. 26, n. 2,

2015. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v26i2p475-492>. Acesso em: 12 dez. 2019.

WILLIAMS, R. *Television: technology and Cultural Form*. New York: Schocken Books, 1974.

WOODWARD, K. *Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, T. T. da (org.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CAPÍTULO 9

A vulnerabilidade da circulação de conteúdos na internet: imagens que incendeiam as redes e as queimadas na Amazônia

MAÍRA EVANGELISTA DE SOUSA

JORGE EIRÓ

EDGAR M. CHAGAS JUNIOR

Introdução

Em todo o planeta, quase 60% da população mundial tem conexão à internet e mais de 50% acesso aos *sites* de redes sociais, segundo os dados da pesquisa *Digital Trends* (2020¹). Vale destacar ainda que 92% dos usuários de internet do mundo se conectam através de dispositivos digitais móveis. Concomitante ao crescimento de usuários, tem-se o aumento da circulação de imagens na rede. Para se ter uma dimensão, ainda em 2013, mais de 125 bilhões de imagens eram compartilhadas diariamente na internet, segundo o jornal *O Globo*².

Tais dados contribuem para a compreensão da exponencial circulação de imagens na internet, na medida em que tais fluxos foram facilitados com o advento de novos aparelhos tecnológicos como o *smartphone*, inventado em meados da primeira década deste século. Esse dispositivo

1 Disponível em: <https://bit.ly/2Sy2hF3>. Acesso em 20 jan. 2020.

2 Disponível em: <https://glo.bo/2Sxf2Qj>. Acesso em 20 jan. 2020.

à palma da mão passou a possibilitar que qualquer usuário tire uma fotografia e a publique imediatamente na rede, podendo a mesma ser visualizada, compartilhada e republicada (inclusive fora de seu contexto original) por uma infinidade de outros usuários, além de indexada pelos *sites* de busca. Expandiu-se, a partir de então, uma nova modalidade de produção e difusão de imagens, não importando se de natureza fotográfica profissional ou amadora.

Se por um lado emergem discussões sobre a facilidade e autonomia do produtor da imagem para a sua livre publicação de conteúdos relacionadas à democratização da comunicação, de outro, observa-se um esgarçamento da circulação de imagens na internet que resultam em um emaranhado de informações onde não é possível controlar quais conteúdos circulam. Por conseguinte, surgem problemas relacionados aos direitos de imagem e de autoria, à problemática de imagens falsas e/ou editadas e às imagens que circulam fora de um determinado contexto. Somado a essa complexa equação, tem-se ainda o emprego de ferramentas como os algoritmos associadas à sensibilidade ao contexto que, de modo deliberado, influenciam nas imagens que brotam a todo momento nos *displays* de cada indivíduo.

Diante desse cenário, este capítulo tem o objetivo de discutir o conceito de vulnerabilidade presente nos processos de circulação de imagens na internet. A questão que norteará esta pesquisa é: que dimensões de vulnerabilidade podem ser apreendidas nas imagens que circulam na internet? Para realização do presente estudo, foram tomadas como exemplo imagens sobre a Amazônia extraídas do buscador *Google*, em janeiro de 2020.

De caráter teórico, o estudo parte da revisão bibliográfica dos conceitos de vulnerabilidade (BUTLER; GRAMBETTI; SABSAY, 2016; BUTLER, 2016; DEMETRI, 2018), de circulação na internet (JENKINS, 2009; CORRÊA; BERTOCCHI, 2012; SHIRKY, 2012; ANDERSON; DOWNIE JR.; SCHUDSON, 2016) e de imagens (DIDI-HUBERMAN, 2012) e da observação da circulação de imagens na internet para realizar a discussão proposta. No que tange, especificamente, à produção histórica da imagem e do imaginário sobre a Amazônia, tomamos como base os estudos de Costa (2011), Amaral Filho (2016) e Queiroz (2017),

os quais têm se debruçado em pesquisar o tema intercalando com a dimensão de uma apropriação discursiva e narrativa sobre a região, em detrimento de suas vozes nativas originárias e de migrantes que estabeleceram vínculos profundos de relação com aquele território.

Vulnerabilidade, algumas questões

Para discutir a vulnerabilidade no processo de circulação de imagens na internet é necessário apresentar tal conceito. Vulnerabilidade, na definição do dicionário, refere-se à: “1. Qualidade ou estado do que é vulnerável; 2. Suscetibilidade de ser ferido ou atingido por uma doença; fragilidade; 3. Característica de algo que é sujeito a críticas por apresentar falhas ou incoerências; fragilidade” (MICHAELIS, 2020, on-line).

Do ponto de vista científico, autores como Butler (2016) e Butler, Grambetti e Sabsay (2016) buscam reformular o modo como o conceito é disseminado em discursos teóricos e populares. No caso, os discursos de que “vulnerabilidade é o oposto da resistência e não pode ser concebida como parte dessa prática. [...] requer e implica a necessidade de proteção e fortalecimento de formas paternalistas de poder em detrimento de formas coletivas de resistência e transformação social” (BUTLER; GRAMBETTI; SABSAY, 2016, p. 01, tradução nossa). Para eles, é possível relacionar a vulnerabilidade à resistência.

Esperamos desenvolver uma concepção diferente de personificação e socialidade dentro dos campos do poder contemporâneo, que envolva mundos de objetos, incluindo ambientes construídos e destruídos, bem como formas sociais de interdependência e agência individual ou coletiva. As estratégias de resistência nas quais nos propomos focar envolvem um repensar dos atos humanos e mobilizações de infraestrutura, incluindo barricadas, greves de fome, o caráter improvisado de grupos informais no posto de controle, modos de exposição deliberada e formas de arte e intervenção artística em público, espaço que envolve “desnudar” e opor formas de poder. (BUTLER; GRAMBETTI; SABSAY, 2016, p. 06, tradução nossa)

Desse modo, segundo Butler (2016), uma questão leva a outra: a resistência à vulnerabilidade, e a vulnerabilidade à resistência. Essa relação pode ser entendida pela autora de duas maneiras. Primeiro, como a resistência à vulnerabilidade que marca a forma de pensar que é responsável pelo domínio; segundo, como uma forma social e política informada pela vulnerabilidade, ou seja, que não é necessariamente um de seus opostos. Logo, a vulnerabilidade não é totalmente passiva nem totalmente ativa, mas localiza-se em uma região intermediária, sendo caracterizada como uma relação entre campos de objetos, forças e paixões que nos afetam e têm a receptividade e a capacidade de resposta como base para sua mobilização.

Ao investigar as concepções de Butler, a quem considera a “filósofa da vulnerabilidade”, Demetri (2018) sistematiza a noção de vulnerabilidade a partir de quatro dimensões extraídas das obras da autora:

- **Vulnerabilidade enquanto resistência:** o sujeito vulnerável que se entrega às normas não se confunde com o sujeito passivo, tendo a vulnerabilidade um aspecto mais próximo de resistência quando os corpos vão para a rua, em manifestação (produzem uma resistência mesmo sem dizer nada);

- **Vulnerabilidade e ética:** a abertura do sujeito tanto às normas quanto aos discursos dos outros o colocam em um lugar de opacidade em relação à própria narrativa. Em meio a essa dependência com os outros, há uma ética da coabitação onde agir para retirar os indivíduos de um ambiente de convivência constitui-se uma modalidade de violência ética;

- **Vulnerabilidade como relacionalidade:** o sujeito habita no perigo e no paradoxo de ser subordinado à exploração. Mas além do sujeito, o corpo precisa ser entendido juntamente com as infraestruturas que permitem e possibilitam as condições seguras de existência. Assim, não podem ser desconsideradas as tecnologias encarregadas de sustentar (e de negar) o corpo;

- **Vulnerabilidade como uma crítica da violência:** as críticas à violência e aos poderes instituídos precisam ser verificadas e problematizadas a partir dos agenciamentos encarregados de disseminar valores

desiguais sobre as vidas e sua precariedade, de modo a não naturalizar essas posições.

Tais dimensões auxiliam na discussão sobre a vulnerabilidade da circulação de imagens na internet proposta neste capítulo. Nesse sentido, é importante salientar que ao relacionar mídia e esfera pública, Butler (2016, p. 14, tradução nossa) explica que “a infraestrutura agora inclui não apenas a mídia pública, mas todas as formas de mídia através das quais e dentro da qual o espaço de aparência é constituído”. Logo, tal concepção envolve todos os tipos de produção e difusão midiática que constituem, mediam e monitoram o público, do modo como será explicado a seguir.

A circulação de imagens na internet

As sociedades, ao longo da História, sempre buscaram por informação que corroborassem para a produção de conhecimento. Mais recentemente, o avanço tecnológico da sociedade dita pós-industrial, especialmente nas últimas décadas, possibilitou a explosão de uma diversidade de novos meios, técnicas e ferramentas (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013) que têm sido apropriadas e amplamente aplicadas nos processos de comunicação, o que, por conseguinte, impacta na circulação de imagens na internet. A conversão dos meios analógicos para os meios digitais, a miniaturização de dispositivos e instrumentos tecnológicos, junto à sua popularização, bem como o desenvolvimento das telecomunicações e a implantação da internet, passaram a colocar em questão as normas e as práticas de produção, de circulação e de consumo em um ambiente midiático em incessante mutação. A emergência da internet comercial e das tecnologias digitais, impulsionadas pela acessibilidade, multiplicou os espaços de circulação de imagens. Atualmente, existem inúmeros conteúdos circulando nas mais diversas plataformas que surgem das mais variadas fontes (ANDERSON; DOWNIE JR.; SCHULDSON, 2016), cujas origens, inclusive, podem ser de natureza humana e/ou não humana.

Nesse cenário, com a popularização dos *smartphones* com internet móvel e dos *sites* de rede sociais, o processo de publicação e compartilhamento de imagens expandiu-se e encontra-se cada vez mais simplificado

e acessível. Se antes o público era visto como passivo, previsível, isolado e silencioso, hoje é tido como ativo, migratório, conectado socialmente e barulhento (JENKINS, 2009). Nesse sentido, essa relação do público criador/consumidor de imagens midiáticas pode ser compreendida como uma espécie de triatlo “com três enfoques diferentes: as pessoas gostam de consumir, mas também gostam de produzir e de compartilhar” (SHIRKY, 2011, p. 25). Diga-se que, de acordo com o autor, até recentemente o único enfoque considerado era relativo apenas ao consumo.

Assim, se antes eram os editores quem tinham o poder de decidir quais conteúdos poderiam ser publicados em jornais, revistas e livros, atualmente esse poder se dispersa e é compartilhado de forma voraz e volátil com organizações formais, coletivos informais e indivíduos, dissolvendo-se, a todo o momento, numa infinidade de informações na rede, o que impossibilita a filtragem por profissionais (SHIRKY, 2012). Desse modo, vivemos um momento no qual a informação trafega pelos mais variados meios, das mais diversas formas e num volume inquantificável: “de cima para baixo de baixo para cima, da base para o comercial” (JENKINS; FORD; GREEN, 2014, p. 23).

Dentre as modificações desse novo ecossistema midiático, destaca-se a mudança do “sistema pull” no qual o público procura as informações para um “sistema push” em que elas chegam até ele, que também pode decidir como e de que forma quer recebê-las (CANAVILHAS, 2012, p. 08). Com isso, há também cada vez mais a automatização do processo de circulação de conteúdos, uma vez que buscadores – como o *Google* – e *sites* de redes sociais – como o *Facebook* e o *Instagram* – decidem o conteúdo que será disponibilizado nas telas.

Portanto, é importante considerar que há uma intensa e contínua transformação do modo como as narrativas são construídas na internet. Se inicialmente, havia principalmente a transposição dos conteúdos das mídias analógicas para a digital, com o passar dos anos começaram a ser amplamente usadas as potencialidades deste ambiente (hipertextualidade, multimídia, interatividade, memória, instantaneidade, personalização, ubiquidade, taticidade), de tal forma que, atualmente, vivemos um momento em que a narrativa digital caracteriza-se também

por sensibilidade ao contexto³, algoritmos⁴, bases de dados, recursos imersivos e de geolocalização.

Desse modo, ao discutir a circulação de imagens na internet é indispensável considerar que ela é oriunda das mais diversas fontes – profissionais e amadoras, humanas ou maquínicas, ao mesmo tempo em que os processos automatizados (sensibilidade ao contexto, algoritmos) influenciam no modo como esses conteúdos irão circular na rede. Como exemplo, efetuamos uma busca no *Google*: ao pesquisar por imagens com o termo “Amazônia”, aparece uma infinidade de imagens de sua paisagem natural, da floresta, dos rios, que foram publicadas por uma diversidade de fontes como jornais, revistas, ONGs, dentre tantos. Contudo, além das imagens, o buscador também sugere outras pesquisas relacionadas recomendando, inclusive, outros termos os quais podem ser buscados. As sugestões aparecem tanto no topo da página (“imagens”, “mapa”, “wallpaper”, “bioma”, “desmatamento”, “desenhos”, “floresta”, “animais”, “clima”, “fauna”, “Brasil”, “linda”) quanto ao longo das imagens (“imagens Amazônia”, “Amazônia mapa”, “Amazônia queimada”).

Já quando se busca pelo termo “Amazônia Notícias”, a variedade dos verdes da floresta nas imagens dá lugar aos amarelos e laranjas, as cores literalmente quentes das queimadas e do desmatamento. As sugestões de busca, por sua vez, passam a ser outras, tanto no topo (“floresta”, “Bolsonaro”, “2019”, “fogo”, “floresta amazônica”, “desmatamento”, “Amazônia legal”, “Jair Bolsonaro”, “região Amazônica”, “incêndios”), quanto ao longo das imagens (“Amazônia queimada”, “Amazônia em chamas”, “desmatamento da Amazônia antes e depois”) (ver figura 1).

Esses exemplos levam à reflexão sobre a vulnerabilidade nos diferentes contextos da produção e circulação de imagens na internet, considerando que qualquer pessoa pode, com o seu *smartphone*, tirar uma fotografia ou apropriar uma imagem de outrem e postar no seu *site*, *blog* e/ou perfil em redes sociais na internet. Somado a isso, considera-se também a sensibilidade ao contexto, os algoritmos que influenciam no modo como essas imagens podem, a qualquer momento, surgir nas telas de cada indivíduo. Acrescente-se a isso o fato de que não há um sistema de controle do que é publicado, salvo algumas regulações dispo-

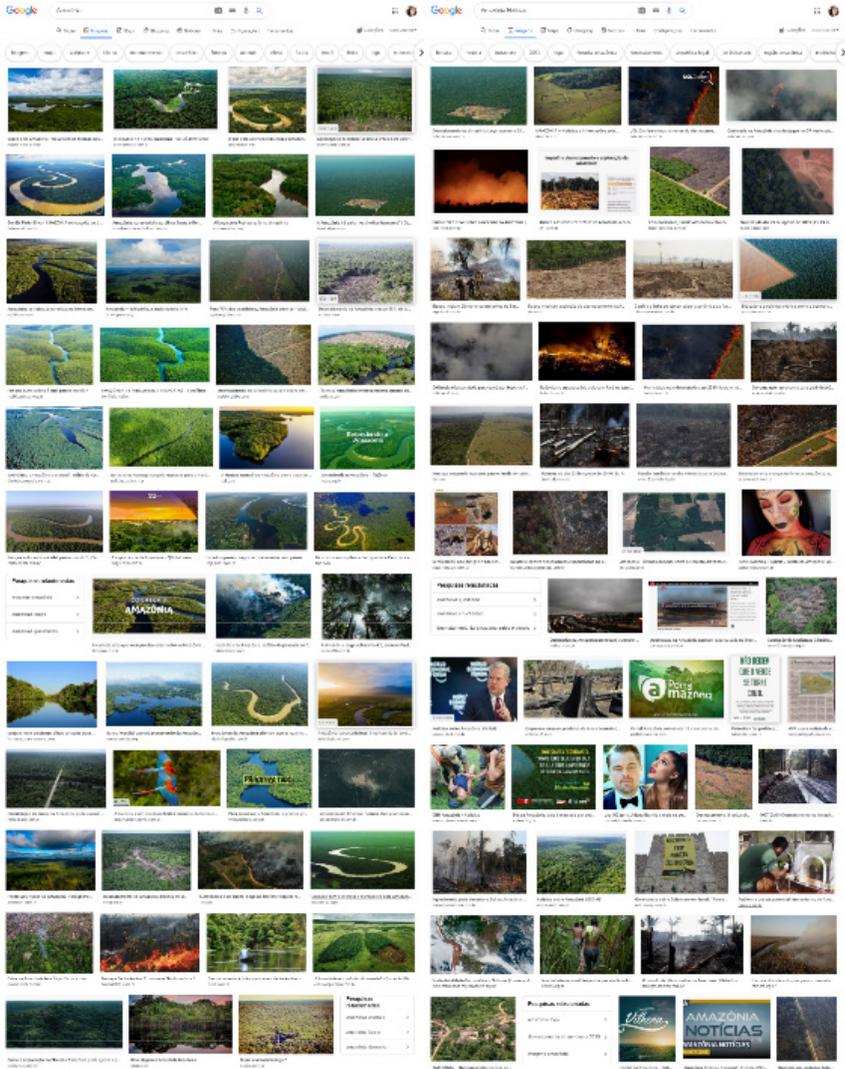


Figura 1 – Imagens sobre Amazônia no buscador Google.

nibilizadas pelos *sites* de redes sociais, o que resulta em um polifônico ruído de informações provocado pela circulação de imagens falsas ou ainda fora de contexto e, por conseguinte, gerando graves problemas de desinformação.

Dimensões de vulnerabilidade na circulação de imagens na internet

A partir da revisão bibliográfica e da observação da circulação de imagens de Amazônia no buscador *Google*, foram apreendidas três dimensões de vulnerabilidade da circulação de imagens na internet. Duas delas são relacionadas às fontes e uma à narrativa:

Quanto à fonte, tem-se:

- **Vulnerabilidade participativa:** refere-se à possibilidade de qualquer pessoa interagir na internet, postando textos, imagens estáticas e em movimento. Com isso, podem circular na rede conteúdos falsos ou ainda fora de contexto, podendo gerar desinformação; podem também circular conteúdos criminosos, podendo gerar *cibercrimes*, tudo isso porque não há um controle sobre quais conteúdos circulam na internet;

- **Vulnerabilidade robótica:** refere-se à possibilidade de ferramentas – como algoritmos e sensibilidade ao contexto – influenciarem nos textos, imagens estáticas e em movimento que aparecem como indicação de leitura/apreciação para cada pessoa, de acordo com suas buscas na internet e sua geolocalização. Por ser um processo robotizado, não há controle, por exemplo, se esses conteúdos são falsos, descontextualizados ou criminosos.

Quanto à narrativa, tem-se:

- **Vulnerabilidade da narrativa:** na internet, a tessitura narrativa é formada por conteúdos publicados por profissionais e amadores e construída por robôs a partir das buscas de cada um na internet e de sua localização. Assim, ao procurar por imagens sobre Amazônia no *Google*, os resultados podem ser diferentes dependendo de cada uma das buscas, bem como esses resultados podem trazer conteúdos falsos, descontextualizados e/ou criminosos justamente por conta da falta de controle da narrativa que é criada. Com isso, as representações criadas podem ser influenciadas pelos robôs que filtram e organizam a circulação de conteúdos na rede.

O que arde no inferno das imagens na internet? Focos de vulnerabilidade ambiental na paisagem midiática

O inferno dos vivos não é algo que será. Se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte dele até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizado contínuos: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço. (ÍTALO CALVINO, 1998)

O que é inferno e o que não é inferno

Os processos de vulnerabilidade nos meios de circulação da imagem na internet se dão desde seu nascimento, nas fontes de sua origem. Essa vulnerabilidade, portanto, se efetua desde a própria origem/produção da imagem, procedência de natureza difusa, incontornável, fogo indomável, cujos focos começam a arder desde o primeiro momento de sua apropriação/manipulação da imagem, oriunda das mais diversas fontes. Ela pode ser originária de uma manifestação pessoal (do eu-cêntrico) a favor ou contra um determinado acontecimento, embora sem qualquer conhecimento de causa, a “pipocar” nas redes de forma incontornável, fazendo eclodir incêndios de toda ordem na rede mundial: o inferno das *fake news*! Ou de natureza (pseudo)científica evidenciando questões sobre um determinado fenômeno que, do mesmo modo, podem ser veiculadas mediante alteração/manipulação da imagem e seus dados correlacionados, e contribuir para difusão equivocada e confusa dos fatos. A partir desse ponto o inferno está feito e o incêndio se propagou de forma alarmante alardeando-se por toda a rede, fenômeno que escapa ao controle e cujas consequências muitas vezes resultam em estragos irremediáveis.

Nesta abordagem sobre imagens midiáticas, efetuamos aqui um recorte sobre aquelas propagadas na internet sobre a Amazônia, especialmente no que tange à questão ambiental na região. Um tema delicado que, mais recentemente, ganhou um espetacular noticiário mundial em razão da exponencial profusão de queimadas ocorridas no

primeiro semestre de 2019, para efeito de recorte temporal. Sabemos que o vocábulo “Amazônia” é um dos termos de maior busca na rede, uma das nomenclaturas de grife e de maior apelo imagético em nossa era. Acrescentemos ao vocábulo, em sua busca no *Google*, por exemplo, suas traduções idiomáticas livres (“*rain forest*”, que charme bucólico!) ou, neste caso, inserções impactantes como “*Amazon on fire*”, “Amazônia em chamas”, e temos uma enxurrada de imagens de toda ordem. “*Rain*” versus “*Fire*”, contrapontos, polaridades que parecem se enunciar como “céu” e “inferno”, o “bem” e o “mal”, e concorrem para impregnar o imaginário das narrativas fabulosas sobre a Amazônia. Tais narrativas se efetuem como formas de representação muitas vezes equivocadas sobre a Amazônia e que evidenciam a vulnerabilidade sobre as imagens midiáticas correntes sobre a região. Historicamente, muitas narrativas sobre a Amazônia expunham essa visão, desde sempre, relatos científicos e na literatura, tratando-a como “paraíso perdido” ou “inferno verde”:

A representação da Amazônia seja feita pela ótica estrangeira, seja pelo olhar autóctone, manifesta-se de forma equivocada, quando não pernicioso. Um imaginário, ora fantasioso, ora infernal instituiu-se ao longo de uma histórica repetição de (pré) conceitos e estereótipos. (QUEIROZ, 2017, on-line)

O texto de Queiroz (2017), “Amazônia: Inferno Verde ou Paraíso Perdido? Cenário e território na literatura escrita por Alberto Rangel e Euclides da Cunha”, debate em que medida tais narrativas (em seu caso, dois exemplos literários) podem corresponder às representações socioambientais, em suas caracterizações, infernal ou paradisíaca, sobre a Amazônia num determinado contexto histórico, ao mesmo tempo em que discute as bases ideológicas presentes nos referidos discursos.

A imagem abaixo (ver figura 2) ilustra o quanto, historicamente, os relatos e as imagens produzidas sobre a Amazônia, sejam elas literárias dos escritores que por aqui passaram ou mesmo aquelas de caráter científico dos viajantes naturalistas, quase sempre, ganharam contornos na mesma proporção da região, por conta de sua imensidão e dos aspectos de sua natureza exuberante, fascinante e de complexa apreensão, resul-

tando, muitas vezes, em narrativas que tangenciam o imaginário fantástico⁵.



Figura 2 – Caça de Jacaré. Gravura de 1874 do viajante, desenhista e engenheiro alemão Franz Keller-Leuzinger.

A dimensão do que é produzido sobre a região é também consubstanciada nas formas de mediação na produção da informação que estabelecem, em geral, elos factuais que invisibilizam sujeitos e lugares, além de reforçar estereótipos.

Na atualidade, a Amazônia mediada por jornalistas e dispositivos midiáticos torna-se a Amazônia representada para todo o Brasil. A região exibida via satélite em rede nacional ‘torna-se’ o próprio real, com atestado de ‘verdade’ porque baseado em regras e rotinas jornalísticas de objetividade e imparcialidade que dificulta identificar, observar em detalhes o papel e a própria ação do mediador, pelo menos em um primeiro momento. (COSTA, 2011, p. 85)

⁵ Refere-se ao “imaginário local, no qual as crianças, desde cedo, ouvem das pessoas mais velhas as histórias fantásticas, as lendas, e as narrativas míticas, repletas de misticismo, bichos, feiticeiros e pajés, confirmando, assim, a importância da cultura oral” (CARVALHO, 2014, p. 222).

Além disso, contemporaneamente há, segundo Amaral Filho (2016), uma profusão de ideias de justificação de usos sobre a produção da marca “Amazônia” ideologicamente constituída pelo

(...) sistema de capital subentendido entre o lucro e um ideário socializante voltado para o atendimento à pobreza através da responsabilidade social como componente do desenvolvimento sustentável que se efetiva no discurso do marketing ambiental.

(AMARAL FILHO, 2016, p. 28)

No que concerne ao modo de espetacularização midiática que em nossos tempos se dá acerca dos graves problemas socioambientais da/na Amazônia, neste caso especialmente em torno da intensa propagação das queimadas na região, foram selecionadas duas imagens buscadas a partir do *Google* para ilustrar o modo como estas afetam e evidenciam a vulnerabilidade imagética sobre a questão ambiental na Amazônia.

No auge da polêmica mundial em torno das queimadas na Amazônia em 2019, a imagem acima (ver figura 3) ganhou enorme repercussão na

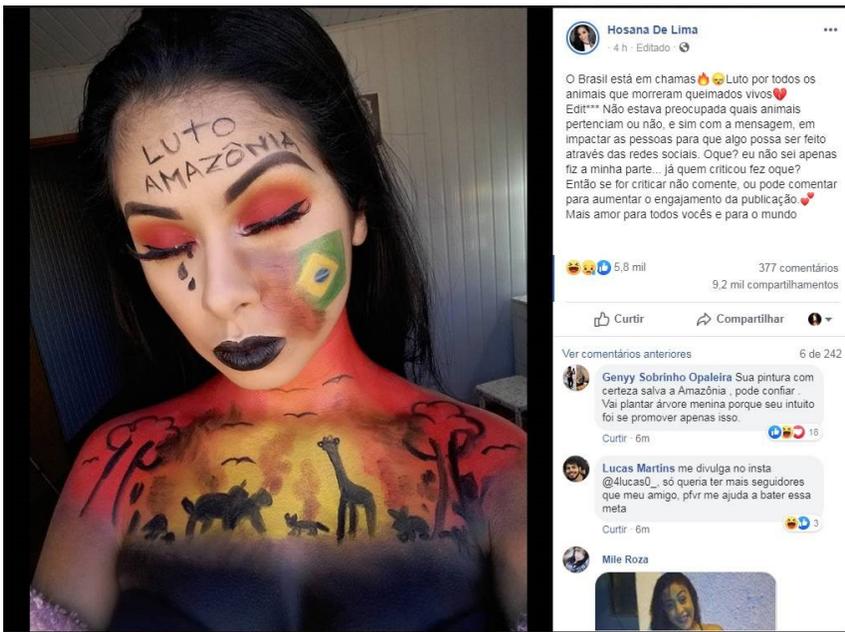


Figura 3 – Busca no Google sob o verbete “Amazônia em chamas”.

rede em razão da autora da postagem ter elaborado em seu corpo um desenho/maquiagem (a autora é maquiadora) no qual aparece, em meio a outros animais, a figuração de um animal que se assemelha a uma girafa, espécie de origem africana, portanto inexistente nas Américas. Nesse caso, o que seria uma legítima manifestação de protesto levada a efeito nos *sites* de redes sociais, converte-se, ironicamente, em *meme*, cujo embaralhamento de sentido contribui para o esvaziamento da mensagem.

Apropriando o texto de Didi-Huberman (2012, p. 205), “partindo da hipótese de que a imagem arde em seu contato com o real, levanta-se a questão: a que tipo de conhecimento pode dar lugar a imagem?” indagamos, igualmente, a que tipo de informação, ou conhecimento, as imagens midiáticas da internet podem servir? Para isso, recorrendo ainda a Didi-Huberman (2012, p. 205), “para dar resposta a essa pergunta seria necessário retornar e reorganizar uma enorme quantidade de material histórico e teórico”, algo que este capítulo não ambiciona, mas propõe que

Atravessando os postulados de Aby Warburg e Walter Benjamin, entre outros, este texto argumenta que a imagem não é um simples corte praticado no mundo dos aspectos visíveis. É uma impressão, um rastro, um traço visual do tempo que quis tocar, mas também de outros tempos suplementares – fatalmente anacrônicos, heterogêneos entre eles – que, como arte da memória, não pode aglutinar. (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 205)

No embate voraz que a proliferação difusa e volátil das imagens midiáticas provoca, quanto à veracidade dos fatos que essas imagens podem enunciar, o autor alerta que “ocorre, portanto, que as imagens toquem o real. Mas, o que ocorre nesse contato? A imagem em contato com o real – uma fotografia, por exemplo – nos revela ou nos oferece univocamente a verdade dessa realidade?” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 208). Ao usar Didi-Huberman (2012, p. 208), não por acaso literal e ironicamente, para tratar das imagens que ardem na internet, pois “não se pode falar do contato entre a imagem e o real sem falar de uma espécie de incêndio”, evocamos sua fala a dizer “que a imagem arde em seu contato com o

real. Inflama-se, e nos consome por sua vez”. E que, no âmbito dessa complexa questão, “questão ardente”, ao buscar “orientar-se na imagem”, corre-se inevitavelmente o risco de, no labirinto da internet, perder-se entre “a verdade como imagem” ou “a imagem enquanto mentira”. Estas considerações expõem, acendem, nesses termos, nossa especulação em torno da vulnerabilidade das imagens midiáticas na internet.

A imagem abaixo (ver figura 4) traz a fotografia veiculada como sendo de um incêndio ou queimada na Amazônia, mas, ao averiguar a forma das árvores em chamas constatamos, obviamente, não se tratar de uma imagem que represente a floresta amazônica! A fonte não informa o autor da imagem, mas é evidente que o tipo de vegetação, nesse caso, não corresponde à mata amazônica, pois a configuração das árvores mostra que se trata de uma floresta de pinheiros em chamas, espécie vegetal própria das regiões temperadas do planeta e, portanto, inexistente na região.



Figura 4 – Busca no Google sob o verbete “Amazônia em chamas” (de novo).

Quanto ao poder de impacto das imagens, essa exploração midiática fulgurante das imagens dramáticas que incendeiam nossos olhares relaciona-se com o caráter sensacionalista que caracteriza a sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997) do nosso tempo. De todo modo, tal espetacularização de um fato por conta da fulguração ardente das imagens parece associar-se ao princípio de que “vale mais parecer do que ser”,

artifício tão caro aos olhares de nossa civilização multimidiática, uma civilização do espetáculo (LLOSA, 2013).

Fato é que nenhuma imagem está desprovida de um sentido ideológico. Nenhuma imagem é apolítica e dissociada do contexto histórico, político, social, econômico e cultural em que é gerada, produzida, criada. Neste sentido, ao se produzir um determinado conteúdo para a internet, os objetivos travestidos de uma possível proposta para a ação social (proteção da floresta amazônica) no ambiente digital, estão imersas em inverdades (pós-verdades?) e incertezas do julgo nem sempre democrático e, por vezes, pouco associado ao que se produz cientificamente sobre o tema. Desta forma, nos exemplos acima expostos em relação às recentes demandas imagéticas sobre a Amazônia, constatamos um distanciamento entre o que se pretende conceitual-histórico produtor do imaginário instituído em relação do território amazônico (fundamento possível da chamada de atenção para a questão ambiental) e o que se institui enquanto informação, o que dá vazão para a instituição de um campo de tensões que tende mais a precarizar a intenção inicial de agentes que especulam com aquilo que não se conhece, ratificando assim, os estereótipos que mantêm a ideia do vazio conceitual-histórico produtor do imaginário instituído em relação ao território amazônico.

Considerações finais

Este capítulo teve como objetivo discutir a vulnerabilidade no processo de circulação de imagens na internet, à procura de responder a seguinte questão: quais as dimensões de vulnerabilidade podem ser apreendidas nas imagens que circulam na internet? A partir da revisão bibliográfica dos conceitos de vulnerabilidade, circulação na internet e imagens; e da observação de imagens sobre a Amazônia do buscador *Google*, foi possível apreender três dimensões de vulnerabilidade da circulação de imagens na internet: a vulnerabilidade participativa, a vulnerabilidade robótica e a vulnerabilidade narrativa.

Desse modo, no que diz respeito à *vulnerabilidade participativa*, observamos que além da possibilidade de qualquer pessoa postar imagens na internet, essa imagem, ao chegar à rede, pode ser propagada de modo não imaginado e ganhar outros sentidos, como foi o caso da

figura 3, quando um protesto se tornou *meme* esvaziando o sentido da mensagem inicial.

Já no que se refere à *vulnerabilidade robótica*, pode possibilitar a propagação de imagens falsas, como foi o caso da figura 4, a qual dizia tratar de queimadas na Amazônia, no entanto, ao observarmos a floresta percebemos que a vegetação não era a da região, pois era composta por pinheiros. Nesse sentido, tal resultado pode ter sido influenciado não só pela leitura da imagem feita pelos algoritmos, mas pelo próprio *tagueamento* que poderia estar relacionando aquela imagem à Amazônia.

E, por fim, no que se relaciona à *vulnerabilidade da narrativa*, percebemos como o poder da construção da narrativa imagética é dissipado na internet. Esse foi o caso da figura 1, onde foi possível percebermos duas narrativas imagéticas construídas a partir do buscador *Google* com imagens oriundas de fontes profissionais e amadoras, imagens verdadeiras e falsas/fora de contexto; e, selecionadas por algoritmos associados à sensibilidade ao contexto. Ou seja, cada busca gera uma narrativa e que pode trazer imagens e representações verdadeiras, falsas e/ou fora de contexto.

Almejamos aqui um exercício interpretativo da maneira pela qual a produção de imagens digitais sobre determinado tema institui uma diversidade de apropriações simbólicas que podem ou não atingir a eficácia do que se intenciona. No entanto, ao se observar alguns exemplos da maneira pela qual a internet foi “incendiada” por uma enxurrada de (des)informações em torno das recentes queimadas na Amazônia, o caráter da vulnerabilidade contida nas imagens e discursos em meio a uma diversidade de narrativas, recoloca a questão da receptividade e a capacidade de resposta como base para a mobilização social.

Neste contexto, considerando a dinâmica das transformações da produção de conteúdo informativo do atual período técnico-científico-informacional, e levando em consideração as limitações empíricas do presente capítulo, permitimo-nos inferir que apesar da expansão de acesso à informação possibilitado pelo ambiente digital (mesmo que ainda pouco democrático), temas como o que trouxemos para esse exercício interpretativo ainda permanecem no campo de tensões que nos permite pensar a vulnerabilidade a partir do campo comunicacional.

Desse modo, acreditamos que foi possível discutir o conceito de vulnerabilidade a partir de uma perspectiva contemporânea - a circulação de imagens na internet - trazendo questões relacionadas não apenas ao lado positivo dessa questão, como também propondo categorias conceituais de vulnerabilidade quanto à circulação de imagens na internet.

Referências

AMARAL FILHO, Otácilio. *Marca Amazônia: o marketing da floresta*. Curitiba: CRV, 2016.

ANDERSON, C.W.; BELL, Emily.; SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. *Revista de Jornalismo da ESPM*, v. 2, n. 5, 2013. p. 30-89.

ANDERSON, C.W.; DOWNIE JR, Leonard; SCHUDSON, Michael. *The News Media: What Everyone Needs to Know*. New York: Oxford University Press, 2016. Livro eletrônico, não paginado.

BUTLER, Judith. Rethinking Vulnerability and Resistance. In. BUTLER, Judith; GAMBETTI, Zeynep; SABSAY, Leticia (Orgs.). *Vulnerability in resistance*. Durham e London: Duke University Press, 2016. (p. 12-27).

BUTLER, Judith; GAMBETTI, Zeynep; SABSAY, Leticia (Orgs.). *Vulnerability in resistance*. Durham e London: Duke University Press, 2016.

CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CANAVILHAS, João. *O novo ecossistema midiático*. 2012. Disponível em <https://bit.ly/2UXckFy>. Acesso em: 20 dez. 2019.

CORRÊA, Elizabeth Saad; BERTOCCHI, Daniela. A cena cibercultural do jornalismo contemporâneo: web semântica, algoritmos, aplicativos e curadoria. *Matrizes*, v. 5, n. 2, 2010.

CARVALHO, Nazaré Cristina. Caleidoscópio do Imaginário Ribeirinho Amazônico. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 16, n. 2, 2014.

COSTA, Vânia Maria Torres. “À sombra da floresta”: os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade, colonialidade no telejornalismo da Rede Globo. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

DEMETRI, Felipe Dutra. *Judith Butler: Filósofa da vulnerabilidade*. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/37DbArT>. Acesso em: 20 jan. 2020.

DEY, Anind K.; ABOWD, Gregory D. *Towards a Better Understanding of Context and Context-Awarenes*. 1999. Disponível em: <https://goo.gl/4s7yAj>. Acesso em: 04 jan. 2018.

DEBORD, Gui. *A Sociedade do Espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1997.

DIDI-HUBERMAN. *Quando as imagens tocam o real*. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3bHq9xJ>. Acesso em 25 jan. 2020.

JENKINS, Henry. *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. *Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável*. São Paulo: Aleph, 2014.

LLOSA, Mário Vargas. *A Civilização do Espetáculo*. São Paulo: Objetiva, 2013.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. *Pesquisa em comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

MICHAELIS. *Dicionário Português brasileiro*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em 19 jan. 2020.

QUEIROZ, José Francisco da Silva. *AMAZÔNIA: INFERNO VERDE OU PARAÍSO PERDIDO? CENÁRIO E TERRITÓRIO NA LITERATURA ESCRITA POR ALBERTO RANGEL E EUCLIDES DA CUNHA*. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2HuyPd2>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SHIRKY, Clay. *A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado*. Rio de Janeiro, Zahar, 2011.

SHIRKY, Clay. *Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CAPÍTULO 10

As narrativas sobre as queimadas na Amazônia a partir do conceito de desinformação

LIANA VIDIGAL ROCHA

Introdução

“Amazônia é saqueada por Funai, índios, MST, Hydro e banda A-HÁ há 10 anos”; “Tamanduá cego é flagrado fugindo de queimada na Amazônia em 2019”; “Defesa Civil alerta para chuva ácida por causa de queimadas na Amazônia”. Essas foram algumas das narrativas que circularam pelas mídias digitais no período de queimadas na Amazônia¹ em 2019.

As informações parecem absurdas hoje, mas, na época, milhares de pessoas compartilharam imagens, vídeos e textos relacionados às queimadas que ocorreram na região amazônica entre os meses de agosto e setembro de 2019. Geralmente polêmicas e, na maioria das vezes, inverídicas, as narrativas baseadas em desinformação têm como objetivos gerar tráfego na rede, impulsionar e conquistar a audiência, fortalecer o partidarismo, enfraquecer o jornalismo, produzir lucro/faturamento e enredar o público.

Essas narrativas são comumente compostas por informações curiosas, apelativas, sensacionalistas ou com grande potencial para leitura e compartilhamento. Um dos fatores que mais contribuem para o espalhamento das chamadas *fake news* é a falta de atenção por parte do público que, ávido em repassar o conteúdo, não se preocupa em pesquisar sobre o fato para confirmar as informações.

Destaca-se que esta é uma pesquisa do tipo descritiva desenvolvida a partir das seguintes etapas: revisão bibliográfica, coleta dos dados, seleção da amostra, definição das propriedades do material pesquisado e observações finais. Com o intuito de apresentar o conceito de desinformação, relacionando-o com a tipologia oferecida pela organização *First Draft* especializada no combate às *fakes news*, este trabalho traz previamente uma breve discussão sobre narrativa e informação. Para tanto, foram utilizados autores como Squire (2014), Murphet (2005), Motta (2017) e Madison (2004). Já sobre informação, Capurro (2003), Matheus (2005), Capurro e Hjørland (2007) e Buckland (1991) foram usados para fundamentar o texto.

As narrativas presentes neste artigo - e apresentadas para tipificar e ilustrar os tipos de desinformação que circularam pelas mídias digitais - foram selecionadas a partir de material recebido via *Whatsapp* e também coletadas em *sites* verificadores de informações, como Boatos.org durante o período compreendido entre agosto e outubro de 2019. As informações foram armazenadas em arquivos distintos e analisadas de acordo com a proposta elaborada pelo *First Draft*.

Narrativa e Informação

O que é narrativa? Foi com essa pergunta que Corine Squire, professora de Ciências Sociais da University of East London, nomeou o artigo no qual discutiu sobre “a definição e contornos da narrativa” (2014, p. 272). O objetivo de Squire foi desconstruir aspectos da definição de narrativa para, em seguida, apresentar um conceito diferente.

Desta forma, a autora afirma que narrativa pode ser entendida como “uma cadeia de signos com sentidos sociais, culturais e/ou históricos particulares e não gerais”, sendo ainda não reduzidas a teorias (SQUIRE, 2014, p. 273). Posto isso, Squire (2014) complementa o argumento

dizendo que a “narrativa pode operar em várias mídias, inclusive em imagens imóveis”, pois ela surge “da sucessão de signos, independentemente do sistema de símbolos, da mídia ou da “matriz semiótica” em que esta sucessão ocorre”.

Segundo Squire (2014), a progressão temporal das histórias está presente em diversos conceitos sobre narrativa. Contudo, a autora não considera o tempo como o “principal princípio organizador” das histórias. Uma das justificativas está relacionada com a não linearidade de narrativas presentes, por exemplo, nos romances pós-século XIX e mais recorrente a partir de meados dos anos de 1990 com a internet comercial.

A ausência de temporalidade colocada em primeiro plano em imagens visuais imóveis e especialmente objetos nos permite examinar outras possibilidades – espacialidade, progressões conceituais, coconstruções interpessoais – como organizadores narrativos primordiais. (SQUIRE, 2014, p. 275)

Em relação à narrativa nas mídias, Murphet (2005, p. 60, tradução nossa²) afirma que “contar uma história é articular eventos representados em uma sequência, colocando uma coisa após a outra, traçando conexões causais até que passemos (como disse Aristóteles) do começo, para o meio, para o fim”. O autor explica ainda que, na verdade, a nossa ideia de tempo está diretamente ligada às formas de narrativa às quais fomos expostos.

Motta (2017, p. 43) explica que cada indivíduo constrói “seus próprios significados” a partir de pedaços de informações retiradas do fluxo midiático para, assim, compreender a nossa existência. “Essa cultura midiática e digital substituiu a sociabilidade tradicional, transformou-se em uma nova textura geral da experiência ou uma mundanidade mediada” (BERLIN, 1997; THOMPSON, 1998, MOTTA, 2017). E é justamente nessa profusão de informações socializadas que surgem as “disputas

² No original: “To tell a story is to articulate represented events in a sequence, putting one thing after another, drawing causal connections between them, until we have moved (as Aristotle said) from beginning, to middle, to end” (MURPHET, 2005, p. 60).

discursivas pela posse dos significados, representações e senso comum” (MOTTA, 2017, p. 43).

Na cultura da convergência (Jenkins, 2006), as narrativas públicas se configuram através da intersecção de uma multiplicidade de fontes e plataformas: cada fragmento acrescentado distende a narrativa para trás, para adiante ou para os lados, reatualiza a história deixando os relatos em um permanente estado de suspensão. (MOTTA, 2017, p. 43)

O pesquisador esclarece que as narrativas costumavam ser analisadas do ponto de vista do relato, cujo foco estava concentrado em “estruturas recorrentes da narrativa que revelassem sua organicidade interna como um sistema fechado sobre si mesmo, com motor próprio” (MOTTA, 2017, p. 44). O propósito era avaliar questões como função, encadeamento das ideias, sequência, duração, composição, ritmo entre outros.

Contudo, com o surgimento da sociedade moderna e, posteriormente da sociedade pós-moderna, esse modelo de análise esgotou-se. O ciberespaço e, conseqüentemente, as mídias digitais forçaram uma evolução do entendimento não somente do conceito de narrativa como também do modo como observá-las.

Michael J. Madison, professor da University of Pittsburgh School of Law, considera que o ciberespaço é uma narrativa, uma história, visto que se trata de um ambiente dinâmico que apresenta múltiplas tramas. Sua afirmação se baseia na ideia de que, no ciberespaço, há personagens (bons ou ruins / vencedores ou perdedores) que interagem entre si dentro de enredos por meio de uma estrutura, no caso, as mídias digitais.

O ciberespaço não é uma coisa, em outras palavras, nem é um lugar ou apenas uma coleção de fios e bits, nem uma confirmação da teoria da informação. O ciberespaço é uma narrativa. O ciberespaço é uma história. (MADISON, 2004, p. 251, tradução nossa³)

³ Cyberspace is not a thing, in other words, nor is it a place or merely a collection of wires and bits, nor an instantiation of information theory. Cyberspace is a narrative. Cyberspace is a story.

Nesse sentido, é possível afirmar que, se o ciberespaço é uma narrativa, essa narrativa, então, é composta por informações. Para a Ciência da Informação, o conceito da palavra informação também é amplo, complexo e interdisciplinar. “[...] o termo informação não respeita os limites das áreas de conhecimento e não encontra consenso sobre qual deveria ser sua definição, que varia de uma área do conhecimento para outra e em relação a diferentes contextos” (MATHEUS, 2005, p. 145).

Capurro e Hjørland (2007) explicam que a palavra informação possui raízes latinas (*informatio*), mas a origem é grega (*informo*). Em uma definição superficial, o termo pode ser entendido como “o que é informativo para uma determinada pessoa”, dependendo, claro das “necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo”. Buckland (1991), por exemplo, identifica três principais usos para o termo informação. São eles:

- 1) informação como processo: quando alguém é informado, o que sabe é alterado. Neste sentido “informação” é “o ato de informar ...; comunicação do conhecimento ou ‘notícia’ de algum fato ou ocorrência; a ação de contar ou o fato de ser informado de alguma coisa “; 2) Informação como conhecimento: “Informação” também é usada para denotar aquilo que é percebido em “informação como processo”: o “conhecimento comunicado sobre algum fato, assunto ou evento específico; aquele sobre o qual um é informado ou informado; inteligência, notícias”; 2) Informação como coisa: O termo “informação” também é usado de forma atribuível a objetos, como dados e documentos, chamados de “informações” porque são considerados informativos, como “ter a qualidade de transmitir conhecimento ou comunicar informações; instrutivo”. (BUCKLAND, 1991, tradução nossa)⁴

4 1) Information-as-process: When someone is informed, what they know is changed. In this sense “information” is “The act of informing...; communication of the knowledge or ‘news’ of some fact or occurrence; the action of telling or fact of being told of something”; 2) Information-as-knowledge: “Information” is also used to denote that which is perceived in “information-as-process”: the “knowledge communicated concerning some particular fact, subject, or event; that of which one is apprised or told; intelligence, news”; 3) Information-as-thing: The term “information” is also used attributively for objects, such as data and documents, that are referred to as “information” because they are regarded as being informative, as “having the quality of imparting knowledge or communicating information; instructive”.

É na modernidade e na pós-modernidade que o uso da palavra informação apresenta um significado mais próximo a “visões sobre o conhecimento” (CAPURRO e HJORLAND, 2007, p. 155). Deste modo, a comunicação desempenha papel fundamental em relação ao conceito que é utilizado atualmente pela sociedade, tanto que, para Capurro (2003), a sociedade do século XXI pode ser chamada de “sociedade da mensagem”.

[...] caracteriza-se pelos novos meios de comunicação descentralizada, especialmente as redes digitais globais que permitem a interação de muitos para muitos (e.g. Internet), em contraposição aos meios de comunicação de massa centralizados e regulamentados anteriormente disponíveis, e também à comunicação de um para um (e.g. telefone). Tais redes têm impactos políticos, sociais e econômicos na sociedade da mensagem. (MATHEUS, 2005, p. 149)

A sociedade da mensagem também recebe outras nomenclaturas, como sociedade do conhecimento (MATTELART, 2002), sociedade digital (NEGROPONTE, 1995), sociedade líquida (BAUMAN, 2001) e sociedade informacional (CASTELLS, 1999). É nesta sociedade que a informação e o conhecimento passam a desempenhar um papel estratégico, influenciando os campos institucionais, tecnológicos, organizacionais, econômicos, políticos e sociais (CASTELLS, 1999).

As instituições e os indivíduos tornam-se mais digitais, tecnológicos e ávidos por informação. Nesse cenário, encontra-se a internet que, segundo Jackson (2007, p. 155), citado por Walsh (2011), é o ambiente perfeito para a propagação da desinformação, uma vez que não existem controles de mecanismo que façam a avaliação de todo o conteúdo que é publicado.

Desinformação e fake news

A desinformação é uma história antiga que hoje é alimentada, sobretudo, pela tecnologia. Manipular informações era uma particularidade presente na história da imprensa antes mesmo do jornalismo moderno estabelecer padrões, definindo as notícias como um gênero (textual)

baseado em regras específicas, como neutralidade, imparcialidade e objetividade.

Porém, o que se vê no século XXI é um aumento crescente de informações erradas e/ou manipuladas impulsionado pela internet e, num âmbito mais específico, pelas mídias sociais. As plataformas digitais, por exemplo, estão infestadas de perfis falsos, *trolls*⁵, *sock puppets*⁶ e *spoofers*⁷, contribuindo assim para a propagação ‘mais eficaz’ da desinformação.

Com o intuito de auxiliar a restaurar a confiança e a verdade às narrativas jornalísticas, surge a organização sem fins lucrativos *First Draft*. Fundada em 2015, a organização fornece “orientações práticas e éticas sobre como encontrar, verificar e publicar conteúdo proveniente da web”⁸. Além disso, estabeleceu parcerias com outras organizações da sociedade civil, universidades, veículos de comunicação e empresas de tecnologias. Entre os parceiros estão: *Google*, *Facebook*, *ABC News*, *Reuters*, *Getty Images*, *The Guardian*, *YouTube*, *ICFJ*, *The New York Times*, *Chartbeat*, *Bournemouth University* e *Unesp*.

O *First Draft* combate a desinformação a partir de um tripé: projetos, pesquisa e treinamento. Em relação aos projetos, a organização apoia iniciativas que tenham como objetivo identificar, explicar e desconstruir conteúdos fabricados e estratégias de manipulação da informação. Já a linha da pesquisa é voltada para a identificação e análise de como as informações são transmitidas no meio *on-line*, além de avaliar as técnicas mais eficientes de combate à desinformação. Por fim, o treinamento tem como finalidade o aperfeiçoamento dos jornalistas e do público em geral no que diz respeito à verificação das informações. Para tanto, criou uma lista com os tipos de desinformação mais recorrentes (ver figura 1).

5 Pessoa ou perfil designado para desestabilizar ou irritar outras pessoas, gerando até discussões desnecessárias.

6 Identidade falsa utilizada para fins fraudulentos.

7 Trapaceiros; quando alguém se passa por outra pessoa, ou um dispositivo se passa por outro.

8 PARTNER network. *First Draft*, 2020, About. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/about/>. Acesso em 14 jan 2020.



Figura 1 – Classificação dos tipos de desinformação traduzido de <https://firstdraftnews.org/>.

É possível observar que a desinformação apresenta diferentes formas. Além disso, um dos seus formatos, no caso a *sátira/paródia*, está presente há tempos, por exemplo, no jornalismo. Mesmo não tendo como objetivo principal causar danos aos envolvidos ou ao assunto abordado, a sátira e a paródia acabam enganando ou confundindo àquelas pessoas mais desatentas ou que não estão acompanhando o desenrolar de um determinado fato.

Já a *falsa conexão* pode estar presente nos títulos, nas legendas e até mesmo nas imagens inseridas nos conteúdos que circulam pela rede. Geralmente esses elementos são compostos por informações que não estão de acordo com o conteúdo. Esse fenômeno se vale, sobretudo, da pressa do leitor em não ler atentamente as informações ou, na maioria das vezes, ler apenas a manchete e compartilhar o conteúdo como sendo verdadeiro.

No *falso contexto*, geralmente o conteúdo é verdadeiro, porém ocorreu em tempos passados, mas é compartilhado como se fosse atual ou refere-se a uma outra situação que não aquela em questão. Exemplo:

Imagens sobre enchentes em São Paulo ocorridas há 10 anos, mas compartilhadas como se fossem atuais. Nesse caso, a imagem é verdadeira, mas não aconteceu na data em que foi compartilhada e nem se refere ao evento em questão.

Sobre o *conteúdo enganoso* refere-se à utilização falsa de informações para promover ou prejudicar alguém, um assunto ou uma determinada situação. Essa prática acontece, inclusive, no meio corporativo. A rede mundial de *fastfood* Mc Donald's há anos desmente que seus hambúrgueres são feitos de minhoca e, em 2018, a PepsiCo teve que desmentir que lançaria um Doritos específico para o público feminino.

O *conteúdo impostor* diz respeito às fontes verdadeiras que são imitadas, ou seja, pessoas e/ou organizações têm seus nomes atrelados a frases, ideias, pensamentos ou ideologias que não correspondem à realidade. Nesse caso, a fonte em questão é verdadeira, contudo, a informação atribuída a ela é que não está correta, gerando assim uma falsa situação.

Em relação ao *conteúdo manipulado*, pode-se dizer que é um dos mais nocivos, pois é deliberadamente alterado para enganar o público. O conteúdo se baseia em uma informação verdadeira, mas é manipulado com o intuito de enganar ou obter alguma vantagem sobre determinada situação ou pessoa. Um exemplo são as *deepfakes*, vídeos e imagens manipulados digitalmente para retratar pessoas dizendo ou fazendo coisas que não aconteceram. Esse conteúdo geralmente é produzido para enganar o público e é otimizado para se espalhar rapidamente nas mídias sociais. Essa prática, inclusive, fez surgir uma nova categoria: o *deepfaker*. Ou seja, o especialista em produzir este tipo de material e promover o seu compartilhamento.

Por fim, há o *conteúdo fabricado* que é associado ao conteúdo completamente falso. Com o objetivo de desinformar o público e prejudicar algo ou alguém, o conteúdo fabricado é elaborado a partir de informações inexistentes, que são inventadas. Esse tipo de desinformação é o que se pode chamar de *fake news* (notícias falsas).

Portanto, a notícia falsa é uma das categorias ligadas à desinformação. Os conteúdos que trazem informações falsas, muitas vezes, aparecem disfarçadas de reportagens verdadeiras elaboradas para enganar o

público, porém podem assumir outras formas para reforçar a essência da narrativa. “Qualquer definição de “notícias falsas” deve estar situada em relação a essas variadas formas de desinformação pública e distorções do processo comunicativo” (GELFERT, 2018, p. 95).

Segundo o *Reuters Institute* (2019), as notícias falsas podem ser encaradas como um problema impulsionado por uma combinação de algumas mídias que as publicam, alguns políticos que contribuem para produzi-las e algumas plataformas que ajudam a distribuí-la (ver figura 2). Vale ressaltar que as *fakes news* não são um fenômeno recente e nem exclusivas de um único segmento, porém, foram muito mais exploradas no meio político, vindo daí tal combinação proposta pelo instituto.

A propagação e absorção das notícias falsas acontece em um momento que ocorre um ceticismo generalizado, sobretudo, em relação aos meios de comunicação, à classe política e até mesmo algumas plataformas on-line, como o *Facebook*. Entretanto, estudos do *Reuters Institute* mostram que as notícias falsas ainda são encaradas como um “mero incômodo” do que um “colapso democrático”, principalmente pelos jovens da Geração Z (18-24 anos) e *Millenials*⁹ (25-35 anos). A partir desse argumento é que surge a preocupação em entender e discutir a presença dessas narrativas no ciberespaço por meio do conceito de desinformação.

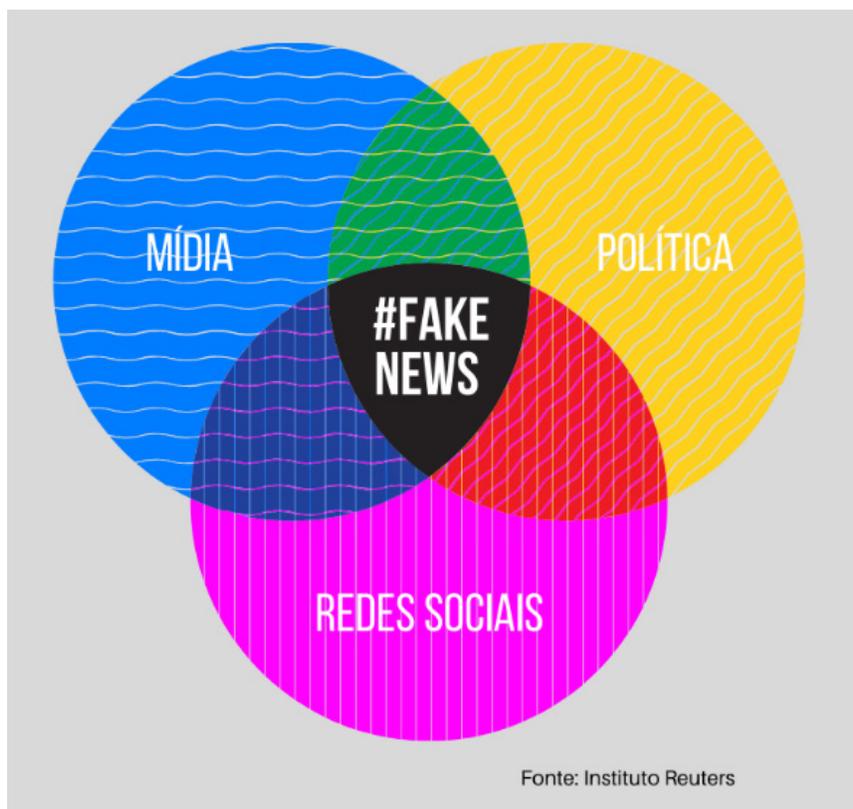


Figura 2 – Combinação para uma fake News.
Fonte: Instituto Reuters.

Queimadas na Amazônia e desinformação

A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo. Sua importância não está somente no tamanho, mas principalmente na biodiversidade encontrada em cerca de 5,5 milhões de quilômetros quadrados. Essa extensão abrange nove países da América do Sul: Peru, Venezuela, Colômbia, Guiana, Bolívia, Suriname, Equador, Guiana Francesa e Brasil. Contudo, cerca de 60% de toda área encontra-se em solo nacional. Já a Amazônia Legal foi um termo atribuído pelo governo brasileiro para promover o desenvolvimento social e econômico dos estados que

compõem a área. São eles: Amazonas, Amapá, Acre, Pará, Roraima, Mato Grosso, Rondônia, Tocantins e parte do Maranhão¹⁰.

Em 2019, a floresta amazônica ocupou os noticiários nacionais e internacionais em virtude do número de queimadas que ocorreram na região. Segundo dados fornecidos pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais¹¹), no mês de agosto, a Amazônia teve 30.900 focos de queimadas (63,7%) contra 12.906 do Cerrado (26,6%) e 4.689 da Mata Atlântica (9,7%). Já no mês de setembro foram registrados 19.925 focos de queimadas na Amazônia (42,2%) contra 22.989 no Cerrado (48,7%) e 4.333 na Mata Atlântica (9,2%). Portanto, em apenas dois meses, a Amazônia sofreu com mais de 50 mil focos de queimadas.

Esse fato fez com que desinformações circulassem principalmente pelas mídias digitais (sites de redes sociais, aplicativos para trocas de mensagens, sites para compartilhamento de vídeos, sites e blogs) sempre com a intenção de confundir o público. Para este trabalho, foram selecionadas 04 narrativas sobre as queimadas ocorridas na região amazônica, entre os meses de agosto e setembro de 2019, e que circularam nas mídias digitais a fim de ilustrar quais os tipos de desinformação foram oferecidos ao público.

No dia 17 de agosto de 2019, o *G1 MT* publicou a matéria intitulada “Bombeiro dá água para filhote de tatu em área devastada por incêndio em MT”¹². No texto, há a informação de que o incêndio tinha ocorrido no dia 18 de julho de 2019, ou seja, período anterior às sucessivas reportagens sobre as queimadas na Amazônia. O conteúdo traz ainda o depoimento de um dos bombeiros que esteve no local para fazer a

10 O QUE é a Amazônia Legal. Dicionário Ambiental. (o)eco, Rio de Janeiro, nov. 2014. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

11 INFOQUEIMA. Relatório do Programa Queimada, INPE, 2019. Disponível em: <http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal/outros-produtos/infoqueima/home>. Acesso em 16 jan 2020.

12 SOARES, Denise. Bombeiro dá água em copo para filhote de tatu em área devastada por incêndio em MT. *G1 MT*, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/08/17/bombeiro-da-agua-em-copo-para-filhote-de-tatu-em-area-devastada-por-incendio-em-mt.ghtml>. Acesso em 18 jan 2020.

perícia sobre o incêndio e que presenciou a cena do colega oferecendo água ao animal.

Durante o período de queimadas na Amazônia, a imagem circulou principalmente nos aplicativos de mensagens e redes sociais, reforçando a ideia de que os incêndios estavam matando os animais. Fato que realmente aconteceu na floresta, porém, não totalmente verdadeiro. No dia 23 de agosto, a *BBC News Brasil* publicou uma reportagem mostrando que a foto viral (ver figura 3) tinha sido tirada do contexto, acrescentando, inclusive, uma entrevista com o bombeiro personagem da imagem.



Figura 3 – Fotografia viral que gerou um falso contexto.

Fonte: G1/MT.

Na ocasião, o militar esclareceu que o incêndio no qual a fotografia foi tirada não havia sido criminoso e não tinha qualquer relação com desmatamento ilegal ou Amazônia. O incêndio, em questão, havia sido causado por um fio de alta tensão que caiu em um pasto. “Fomos até lá justamente para investigar a origem desse incêndio. Quando estávamos retornando, vimos este tatu. Paramos para ver se ele queria água e ele não ofereceu resistência, porque estava bem fraco”¹³.

Portanto, nesse caso, considera-se a imagem como *falso contexto*, uma vez que a fotografia é verdadeira, fez parte de uma reportagem em um site de notícias, contudo, foi descontextualizada, gerando um tipo de desinformação e contribuindo para o espalhamento de informações falsas sobre a realidade das queimadas.

Já a informação “Existem 100 mil ONGs na Amazônia e nenhuma no Nordeste” circulou também nas redes sociais, *YouTube* e *Whatsapp* no período das queimadas na Amazônia, contando, até mesmo com versões textuais e imagens diferentes, mas mantendo a essência da desinformação (ver figura 4).

No dia 05 de abril de 2019, o G1 publicou, na seção de Economia, a matéria “Número de ONGs e associações no Brasil cai 16,5% entre 2010 e 2016, diz IBGE”¹⁴. A reportagem apresentou os números mais recentes sobre o levantamento feito pelo instituto em relação ao número de organizações não-governamentais no país. A pesquisa mostrou que, no período de seis anos, 46.862 entidades deixaram de atuar no Brasil, totalizando 237 mil fundações e associações. A pesquisa mostrou ainda que 48,3% das ONGs estão localizadas na região Sudeste; 22,2% na região Sul; 18,8% no Nordeste; 6,8% no Centro-Oeste e 3,9% na região Norte.

13 BARRUCHO, Luis. *Eleitor de Bolsonaro, bombeiro que deu água a tatu diz que foto viral foi tirada de contexto*. BBC, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49452846>. Acesso em 17 jan 2020.



Figura 4 – Desinformação sobre o número de ONGs na região da Amazônia.
Fonte: Twitter, YouTube e Whatsapp.

Portanto, a desinformação que circulou nas mídias digitais durante o período das queimadas na Amazônia é inverídica, uma vez que, com base nos dados oficiais divulgados pelo IBGE (órgão federal), a região Nordeste não somente conta com a atuação de ONGs como também possui um número bem superior ao de entidades presentes na região Norte.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a desinformação sobre as 100 mil ONGs se encaixa no conceito de *conteúdo fabricado* indicado pelo *First Draft*, uma vez que as informações presentes na mensagem não apresentam qualquer dado correto quando confrontado com a realidade.

Outra desinformação que circulou pelas mídias digitais foi em relação à ida do vice-presidente da República, Hamilton Mourão, a uma área militar na Amazônia para colocar em prática um projeto de controle contra ONGs internacionais. A mensagem, divulgada com três

versões distintas, referia-se ao fato de a Amazônia estar tomada pelo Exército Brasileiro e que Mourão “entra em cena com o maior projeto de controle da Amazônia jamais visto”. Os textos destacavam ainda “agora a Amazônia é área militar”.

Realmente o Exército Brasileiro foi convocado para auxiliar no combate às queimadas na Amazônia. Conforme balanço divulgado pela instituição e publicado pelo G1 PA, em 24 de outubro de 2019¹⁵, mais de “450 focos de incêndio florestal foram combatidos na Amazônia Oriental durante a Operação Verde Brasil”. Além disso, durante os 60 dias de trabalho realizado nos estados do Pará, Maranhão, Tocantins e Amapá, o Exército apreendeu 24 materiais irregulares que seriam utilizados em ações de desmatamento. A reportagem esclarece ainda que o Exército contou com o apoio de agências federais, órgãos municipais e estaduais.

Ressalta-se também que, no dia 22 de agosto de 2019, o vice-presidente publicou no seu perfil do *Twitter* uma mensagem na qual assegurava que a Amazônia brasileira estava segura. Em momento algum, houve referência sobre uma visita aos locais das queimadas ou sobre uma área militar na região (ver figura 5).

Deste modo, as mensagens que circularam pelo *Whatsapp* sobre o General Mourão e a militarização da Amazônia configuram-se como *conteúdo enganoso* na medida em que atribuíram ao vice-presidente informações falsas sobre a sua ida à Amazônia (que não ocorreu) e à atuação do Exército na região. Nesse caso, a desinformação acaba gerando uma interpretação dupla e diversa. A primeira atende aos anseios dos apoiadores do Governo Federal e dos simpatizantes aos militares. Já a segunda interpretação atinge de forma negativa aqueles que não apoiam as ações militares e nem uma possível ocupação da Amazônia.



Figura 5 – Tuíte do vice-presidente sobre as queimadas na Amazônia.

Para finalizar, uma postagem da atriz Regina Duarte criticando o *Jornal Nacional*, a *Rede Globo* e o presidente francês, Emmanuel Macron sobre a internacionalização da Amazônia foi compartilhada no *Twitter* durante o período das queimadas na região (ver figura 6). Na época, o tuíte teve mais de 3.900 retuítos, foi curtido mais de 13 mil vezes e recebeu mais de 1.600 comentários. A postagem recebeu críticas de pessoas que discordavam da mensagem e elogios daqueles que se identificaram com o conteúdo.

Dois pontos ajudam a entender essa desinformação. A primeira é que a atriz não possui conta oficial e verificada no *Twitter*, tanto que o perfil foi suspenso por violar as regras da rede social. De acordo com o site *Boatos.org*, responsável pela averiguação dos dados, o perfil @regina-duartebr trazia erros de língua portuguesa na mensagem. O segundo ponto é sobre a notícia que teria sido veiculada pelo *Jornal Nacional*. O site de verificação constatou que no dia da postagem, o telejornal não apresentou qualquer apoio à internacionalização da Amazônia, configurando o conteúdo assim numa desinformação do tipo *conteúdo impostor*.



Figura 6 – Desinformação atribuída à atriz Regina Duarte.
Fonte: Boatos.org

Algumas considerações

Antes de apresentar o conceito de desinformação, neste texto, foi necessário recuperar a definição de narrativa e informação. Sem ter a pretensão de fazer uma discussão mais aprofundada, este trabalho buscou entender algumas variações que são atribuídas aos dois termos. Apoiado em autores e pesquisadores que investigam esses temas, chegou-se à questão previamente percebida: a complexidade da definição.

Se para Squire (2014), a narrativa pode estar presente nas imagens imóveis, Madison (2004) afirma que o ciberespaço pode ser encarado como a própria narrativa. Esses dois autores tornam-se importantes para este estudo, uma vez que a intenção é mostrar os tipos de narrativas que circularam no ciberespaço durante o período das queimadas na Amazônia. Apesar de diferentes, os conceitos acabam se complementando, visto que foram selecionadas imagens associadas a frases (ou não) que se enquadram nas ideias defendidas pelos pesquisadores.

Sobre o conceito de informação, as definições oferecidas por Buckland

(1991) ajudam a compreender não somente a complexidade do termo, mas também como a expressão pode ser utilizada e com qual objetivo. Ao apresentar a explicação sobre o que é informação, é possível compreender ainda a variação que norteia este trabalho: a desinformação. Não se trata necessariamente de um conceito contrário, pois se informação pode ser entendida como um processo, um conhecimento ou uma coisa, a desinformação mantém esse significado, porém é o seu conteúdo que apresenta a mutação.

A proposta elaborada pela entidade *First Draft* mostra ainda que o próprio conceito de desinformação, neste caso associado à comunicação, pode apresentar outras variantes organizadas, inclusive, em categorias. Portanto, a partir das narrativas selecionadas, é possível perceber essa variação dos tipos de desinformação que circularam pelo ciberespaço durante o período de queimadas na Amazônia. As quatro variantes que ilustram este trabalho (falso contexto, conteúdo fabricado, conteúdo enganoso, conteúdo impostor) servem para mostrar a capacidade de produção da indústria das fake news.

É possível perceber que não existe um limite temático, textual, temporal ou até mesmo ético em relação às narrativas compostas por desinformações. A utilização de perfis falsos ou *spoofers* é algo comum para se alcançar os objetivos, no caso, prejudicar pessoas e/ou instituições, fortalecer disputas ideológicas, enfraquecer o jornalismo e, principalmente, confundir o público.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BARRUCHO, Luis. *Eleitor de Bolsonaro, bombeiro que deu água a tatu diz que foto viral foi tirada de contexto*. BBC, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49452846>. Acesso em 17 jan 2020.

BUCKLAND, Michael K. *Information as thing*. Journal of the American Society for information science (JASIS), v. 45, n.5, 1991, p.351-360.

CAPURRO, Rafael. *Angeletics: a message theory*. In: Hierarchies of Communication. Karlsruhe: Center for Art and Media (ZKM), 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/angeletics_zkm.html. Acesso em: 29 jan. 2020.

CAPURRO, Rafael.; HJORLAND, Birger. *O conceito de informação*. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v.12, n.1, abr. 2007, p.148-207. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54>. Acesso em: 29 jan. 2020.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GELFERT, Axel. *Fake News: a definition*. Informal Logic, Vol. 38, No.1 (2018), pp. 84-117.

INFOQUEIMA. *Relatório do Programa Queimada*, INPE, 2019. Disponível em: <http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal/outros-produtos/infoqueima/home>. Acesso em 16 jan 2020.

MADISON, Michael J., *The Narratives of Cyberspace Law* (or, Learning from Casablanca). Columbia Journal of Law and the Arts, 2004. Disponível em: SSRN: <https://ssrn.com/abstract=449341> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.449341>. Acesso em 20 jan 2020.

MAIS de 450 focos de incêndio florestal foram combatidos na Amazônia Oriental durante Operação Verde Brasil, afirma Exército. G1 PA, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/10/24/mais-de-450-focos-de-incendio-florestal-foram-combatidos-na-amazonia-oriental-durante-operacao-verde-brasil-afirma-exercito.ghtml>. Acesso em 18 jan 2020.

MATHEUS, Renato Fabiano. *Rafael Capurro e a filosofia da informação: abordagens conceitos e metodologias de pesquisa para a Ciência da Informação*. Perspect. ciênc. inf., Belo Horizonte, v.10 n.2, jul./dez. 2005, p.140-165.

MATTELART, Armand. *A história da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2002.

MAYHEW, Freddy. *Fake News seen as mere 'nuisance' by young people*, new Reuters Institute study finds. PRESS GAZETTE, 2019. Disponível em: <https://www.pressgazette.co.uk/fake-news-seen-as-mere-nuisance->

by-young-people-new-reuters-institute-study-finds/. Acesso em 15 jan 2020.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise pragmática da narrativa: teoria da narrativa como teoria da ação comunicativa*. In: PEIXINHO, Ana Teresa; ARAÚJO, Bruno - *Narrativa e Media: gêneros, figuras e contextos*. Coimbra: [s.n.]. ISBN 978-989-26-1323-9, 2017, 454 p.

MURPHET, Julian. Narrative Time. In: FULTON, Helen et al. *Narrative and Media*. Cambridge University Press. The Edinburgh Building, Cambridge CB2 2RU, UK, 2005.

NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

NÚMERO de ONGs e associações no Brasil cai 16,5% entre 2010 e 2016, diz IBGE. G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/05/numero-de-ongs-e-assocacoes-no-brasil-cai-165percent-entre-2010-e-2016-diz-ibge.ghtml>. Acesso em 18 jan 2020.

PARTNER network. *First Draft*, 2020, About. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/about/>. Acesso em 14 jan 2020.

REUTERS, Institute. *Journalism, Media and Technology Trends and Predictions 2019*. Disponível em: <http://www.digitalnewsreport.org/publications/2019/journalism-media-technology-trends-predictions-2019/>. Acesso em 12 jan 2020.

SOARES, Denise. *Bombeiro dá água em copo para filhote de tatu em área devastada por incêndio em MT*. G1 MT, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/08/17/bombeiro-da-agua-em-copo-para-filhote-de-tatu-em-area-devastada-por-incendio-em-mt.ghtml>. Acesso em 18 jan 2020.

SQUIRE, Corinne. *O que é narrativa?* Civitas: Porto Alegre, v. 14, n. 2, 2014, p. 272-284.

O QUE É a Amazônia Legal. Dicionário Ambiental. ((o))eco, Rio de Janeiro, nov. 2014. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

WALSH, John. *Information Literacy Instruction: selecting an effective model*. Chandos Publishing, Hexagon House: Oxford, UK, 2011.

Sobre os autores e as autoras

Alda Cristina Silva da Costa

Doutora em Ciências Sociais; Pós-doutorado em Comunicação, Linguagens e Cultura (UNAMA); Professora do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia e da Faculdade de Comunicação - Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora dos Projetos e Grupo de Pesquisa Mídia e Violência: percepções e representações na Amazônia e Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense (NARRAMAZÔNIA/UFPA/UNAMA)

Amanda Maurício Pereira Leite

Pós-Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutora e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora e Professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade e no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordenadora do Coletivo 50 graus - Grupo de Pesquisa e Prática Fotográfica. Além disso atua como Fotógrafa e Artista Visual na produção de visualidades que mesclam realidade e ficção. Como pesquisa revisita o minimalismo, o surrealismo e temas cotidianos em diferentes processos de criação.

André Demarchi

Antropólogo e Professor Adjunto no curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM), da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutor e Mestre em antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tutor do Grupo PET Indígena - Conectando Conhecimentos. Coordenador do Grupo de Pesquisa “Redes de Relações Indígenas no Brasil Central”. Membro do Núcleo de Estudos e Assuntos Indígenas (NEAI/UFT) e do Núcleo de Arte, Imagem e Pesquisa Etnológica (NAIPE/UFRJ). Atua nas áreas: etnologia indígena da Amazônia. Arte indígena. Antropologia da arte

e dos rituais. Educação intercultural. Cultura, Comunicação e Identidade. Cultura e Patrimônio Material e Imaterial. Antropologia visual.

Bruno Souza Leal

Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, na linha de pesquisa Textualidades Midiáticas. É pesquisador do CNPq. Integra o Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência, a Rede Historicidades dos Processos Comunicacionais e o Linhas - Rede Mineira de Estudos em Narrativas e Historicidades. Sua produção científica (livros autorais, organizados, capítulos e artigos científicos), publicada no Brasil e no exterior, reflete sobre narrativa, textualidade, televisão e audiovisuais, historicidades e experiências culturais do tempo, relações de gênero e de sexualidade, entre outros.

Carlos Alberto de Carvalho

Professor associado do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, onde desenvolve pesquisas sobre Jornalismo, Narrativa, Divulgação Científica, Aids, Homofobia e Relações de Gênero, com financiamentos da Fapemig, da Capes e do CNPq. Possui artigos publicados em periódicos e capítulos de livros, além de livros publicados individualmente, em colaboração e como organizador, no Brasil e no exterior. Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais e pós-doutor pela Universidade do Minho, Portugal. Pesquisador 2 do CNPq (Bolsa Produtividade).

Cynthia Mara Miranda

Pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, doutora em Ciências Sociais (UnB), professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins. Líder do grupo de pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG/CNPq), integrante do Coletivo 50 graus - Pesquisa e Prática fotográfica. Integra a Comissão de Pesquisa da Red Internacional de

Periodistas con Visión de Género (RIPVG), a coordenação colegiada da Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadoras com Visão de Gênero e Raça e a Rede de Pesquisas em Feminismos e Política. Tem experiência nas seguintes áreas de estudo: representação da imagem da mulher nos meios de comunicação, violência de gênero midiática, narrativas do feminicídio, mídia e política, comunicação inclusiva e políticas públicas de comunicação.

Edgar Monteiro Chagas Junior

Doutor em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFGA). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (PPGDSTU/NAEA/UFGA) e Bacharel e Licenciado Pleno em Geografia (UFGA). Atua como pesquisador em diferentes institutos públicos e privados de cultura e possui vários capítulos de livros e artigos em periódicos voltados para a temática das manifestações culturais artísticas da Amazônia paraense. Atualmente é docente da rede estadual de ensino do estado do Pará e da Universidade da Amazônia – UNAMA, onde também coordena o Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura – PPGCLC. É líder do grupo de pesquisa *Batuques: Patrimônio Cultural e Representações do Lugar* (PPGCLC/UNAMA), além de músico percussionista.

Jorge Eiró

Arquiteto, artista plástico e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará e da Universidade da Amazônia. Doutor e mestre em Educação (UFGA). Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia (PPGCLC-UNAMA). Realizou dez exposições individuais e participou de várias mostras coletivas no Brasil e no exterior. Publicou os livros: “Quintais do Tempo” (Poesia, 1990) e “Escritura Exposta - Artigos, Crônicas e Ensaios sobre Arte Contemporânea Paraense” (2006). Dirige o Atelier Companhia de Jorge, espaço de criação deste artista.

Leandro Rodrigues Lage

Professor da Faculdade de Comunicação (Facom) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor e mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Comunicação: Imagens e Culturas Midiáticas pela UFMG. Realizou pesquisa de pós-doutorado em Comunicação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Vencedor do Prêmio Adelmo Genro Filho de Melhor Tese (2017), promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). É docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordena o Grupo de Pesquisa em Comunicação, Estética e Política (CEPOLIS/CNPq).

Liana Vidigal Rocha

É graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Espírito Santo e possui mestrado, doutorado e pós-doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Trabalhou na UniABC, em Santo André, e na Universidade Anhembi Morumbi, em São Paulo. É professora-adjunta no curso de Jornalismo, da Universidade Federal do Tocantins, onde lidera o Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (CNPq) desde 2009. É docente do mestrado em Comunicação e Sociedade (PPGCOM-UFT) e faz parte do grupo Geografias da Comunicação, do Intercom.

Maíra Evangelista de Sousa

É professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) e dos cursos de Comunicação Social da Universidade da Amazônia (UNAMA). Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA). Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS) e mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC). Graduada em Comunicação Social - Jornalismo (UFPA). Coordena o Grupo de Pesquisa (GP) “Ubiquidade da

Comunicação - UBICOM” (UNAMA/CNPq) e integra os GPs “Inovação e Convergência na Comunicação” - InovaCom (UFPA/CNPq) e “Laboratório de Edição, Cultura & Design - LEAD” (UFRGS/CNPq).

Phellipy Jácome

Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais e Pesquisador Permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMG), na linha de Textualidades Midiáticas. Doutor em Comunicação Social pela mesma instituição (estágio doutoral na University of Illinois at Urbana-Champaign, como bolsista Capes-PDSE). Pesquisador do Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: narrativa e experiência. Seus interesses de pesquisa e trajetória acadêmica compreendem estudos sobre as narrativas midiáticas, as historicidades dos processos comunicacionais, a temporalidade, a referencialidade e a ficção (tendo o jornalismo, em suas diversas textualidades, como principal objeto). É autor dos livros *Fissuras no espelho realista do jornalismo: a narratividade crítica de Barcelona* e *A constituição moderna do Jornalismo no Brasil*.

Verônica Dantas Meneses

Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília. Jornalista e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. Professora associada da Universidade Federal do Tocantins, atuando no curso de Bacharelado em Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade. Autora do livro *O Brasil e os brasis na televisão regional aberta*, membro da Rede Folkcom e líder do Grupo de Pesquisa e Extensão Comunicação, Imagem e Diversidade Cultural (CID/UFT).

CARLOS ALBERTO DE CARVALHO é professor associado do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, onde desenvolve pesquisas sobre Jornalismo, Narrativa, Divulgação Científica, Aids, Homofobia e Relações de Gênero, com financiamentos da Fapemig, da Capes e do CNPq. Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais e pós-doutor pela Universidade do Minho, Portugal.

CYNTHIA MARA MIRANDA é professora associada do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins, onde desenvolve pesquisas sobre representação da imagem da mulher nos meios de comunicação, violência de gênero midiática, narrativas do feminicídio, mídia e política, comunicação inclusiva e políticas públicas de comunicação. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília, pós-doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais e líder do grupo de pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG/CNPq).

LEANDRO RODRIGUES LAGE é professor da Faculdade de Comunicação (Facom) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor e mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Comunicação: Imagens e Culturas Midiáticas pela UFMG. Coordena o Grupo de Pesquisa em Comunicação, Estética e Política (CEPOLIS/CNPq).

MAÍRA EVANGELISTA DE SOUSA é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) e dos cursos de Comunicação Social da Universidade da Amazônia (UNAMA). Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA). Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRRGS). Coordena o Grupo de Pesquisa Ubiquidade da Comunicação (UBICOM/CNPq).

Esta coleção agrupa obras resultantes de parcerias e cooperações acadêmicas entre o PPGCOM-UFMG e outras universidades nacionais e internacionais, cujos projetos deram origem a textos comuns, abordagens cruzadas e aproximações conceituais marcadas pelo delicado jogo das dissonâncias.